

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO

**VIGIAI E ORAI’’: O Livro Tombo da Catedral de Lages (1898 — 1938) e a
Educação**

LAGES
2015

CARLOS FERMINO DE PAULO

**VIGIAI E ORAI”’: O Livro Tombo da Catedral de Lages (1898 — 1938) e a
Educação**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof^ª. Dra. Carmen Lúcia Fornari Diez.

LAGES

2015

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO

TERMO DE APROVAÇÃO

“VIGIAI E ORAI”: O Livro Tombo da Catedral de Lages (1898 — 1938) e a
Educação

POR

CARLOS FERMINO DE PAULO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. D^{ra}. Carmen Lúcia Fornari Diez
PPGE — Universidade do Planalto Catarinense

Prof. Dr. JORGE LUIZ VIESENTEINER
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Vanice dos Santos
PPGE — Universidade do Planalto Catarinense

Prof^a. Dr^a. Lurdes Caron
PPGE — Universidade do Planalto Catarinense

LAGES — 2015

Escreve-se sempre para dar a vida, para liberar a vida aí onde ela está aprisionada, para traçar linhas de fuga.

Gilles Deleuze

Dedico este trabalho primeiramente a Deus pelo dom da minha vida, aos meus familiares, e aos meus quatro amigos de estudo do tempo da graduação em filosofia, entre os quais compartilhamos tantas horas alegres ou difíceis, nutrindo uma sincera amizade e incentivo à vida acadêmica.

Quero registrar meus agradecimentos:

À Professora Doutora Carmen Lucia Fornari Diez com quem sempre tenho o privilégio de partilhar momentos da sua competência intelectual, ética e amiga, pela provocação que me fez crescer no conhecimento e no aprendizado durante a construção deste trabalho;

À Amiga Mestre Professora Rosani Kucarz da Cunha, pela interlocução e apoio nesta jornada;

Ao Professor Doutor Jorge Luiz Viesenteiner da Universidade Federal do Espírito Santo, pelo qual tenho muita admiração, que acolheu com tanta presteza, sabedoria e competência o convite para participar da avaliação desta dissertação;

A todos os professores doutores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, de forma muito carinhosa às professoras doutoras Lurdes Caron e Vanice dos Santos, que fazem parte desta banca examinadora;

Aos Bispos Diocesanos De Lages, Dom Irineu Andreassa e Dom Oneres — Bispo Emérito —, e a todos os padres da diocese, pelo incentivo e pelo material fornecido para presente pesquisa;

Aos meus familiares, pela compreensão e respeito que tiveram pelas minhas ausências necessárias durante todos esses anos de formação, de modo particular à minha mãe, pelas orações e carinho;

Aos meus vinte e cinco colegas do Mestrado em Educação da UNIPLAC, pela parceria na trajetória e pelo ambiente de crescimento intelectual, estímulo, responsabilidade e solidariedade;

Aos meus queridos paroquianos que tornaram minha caminhada mais significativa com suas demonstrações de carinho e amizade.

SUMÁRIO

RESUMO	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I— GENEALOGIA: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA	6
1.1 AS RAÍZES NIETZSCHEANAS DA GENEALOGIA DE FOUCAULT	16
CAPÍTULO II — SABER E PODER E A SOCIEDADE DISCIPLINAR.....	31
2.1 A RELAÇÃO ENTRE PODER E SABER EM MICHEL FOUCAULT	31
2.2 AS CONDIÇÕES DE SURGIMENTO DA SOCIEDADE DISCIPLINAR	40
2.3. A VIGILÂNCIA: CARACTERÍSTICA BÁSICA DA SOCIEDADE DISCIPLINAR.....	47
2.3.1 AS TÉCNICAS UTILIZADAS No CUMPRIMENTO DAS FUNÇÕES DAS	
INSTITUIÇÕES DISCIPLINARES	54
2.3.2 A PRISÃO COMO MODELO PARA A SOCIEDADE DISCIPLINAR.....	59
2.3.3 DA GOVERNAMETALIDADE OU DO GOVERNO DOS VIVOS	65
CAPÍTULO III— LIVRO TOMBO DA CATEDRAL DE LAGES: PROJEÇÃO DE	
VALORAÇÕES AUTOEVIDENTES	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS	111

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo realizar uma genealogia das prescrições para as práticas eclesiais registradas no Livro Tombo da Catedral de Lages, a fim de projetar autoevidências de como se tornaram inquestionáveis e influenciaram na cultura e educação local. Para tal empreendimento, parte-se da abordagem da genealogia, a fim de expor o procedimento utilizado nas análises de Foucault, apontando as suas raízes na genealogia inaugurada por Nietzsche especificamente no seu sentido crítico que corresponde a uma práxis que precisa desreferencializar ou implodir valorações, práticas, saberes, preconceitos. Num segundo momento, o tema Poder-Saber e a Sociedade disciplinar é abordado com maior ênfase, a partir de fragmentos das diversas análises históricas realizadas pelo autor, sobretudo, as que se referem ao final do século XVIII e início do XIX, período em se estabeleceu esse modelo de sociedade que também denominou de panoptismo por ter na base da sua estrutura a vigilância, e, que segundo o filósofo, se mantém na sociedade contemporânea. Aborda-se a relação entre poder e saber desde o surgimento da sociedade disciplinar, enfatizando a vigilância como sua característica básica e enfatiza-se as técnicas utilizadas no cumprimento das funções das instituições disciplinares. Assim, se apresenta a prisão como modelo para a sociedade disciplinar, bem como a governamentalidade ou do governo dos vivos. Estes dois marcos teóricos, sustentam a análise do terceiro capítulo que surge da indagação sobre os valores, práticas, conservadorismos, preconceitos, tendencialismos que são encontrados nos registros do Livro Tombo da Catedral de Lages, sobretudo, o sentido crítico da genealogia nas reflexões foucaultianas, como instrumento de implosão das autoevidências da moralidade gregária presente na cultura educacional lageana.

Palavras-chave: genealogia, implosão de valores, autoevidência, vigilância, disciplinarização.

ABSTRACT

This work aims to carry out a genealogy of the requirements for ecclesiastical practices recorded in the Book of Tombo Lages Cathedral, in order to design autoevidências how to become unquestionable and influenced the local culture and education. For such an undertaking, it is normally the genealogy approach in order to expose the procedure used in Foucault's analysis, pointing its roots in the genealogy inaugurated by Nietzsche specifically to your critical sense which corresponds to a practice that needs desreferencializar or implode valuations, practices, knowledge, prejudices. Secondly, the power-Saber theme and disciplinary Society is addressed more often, from fragments of several historical analyzes performed by the author, especially those relating to the late eighteenth and early nineteenth centuries, a period is established this model of society that also termed panoptism to have the base of the structure surveillance, and that according to the philosopher, remains in contemporary society. Deals with the relationship between power and knowledge since the emergence of the disciplinary society, emphasizing the surveillance as its basic feature and emphasizes the techniques used to comply with the functions of disciplinary institutions. Thus presents the arrest as a model for the disciplinary society and governmentality or government of the living. Both frameworks, support the analysis of the third chapter that arises from the inquiry into the values, practices, conservatism, prejudice, tendencialismos that are found in the records of the Book of Tombo Lages Cathedral, especially the critical sense of the genealogy in Foucault's reflections, implosion as a tool for autoevidências the gregarious morality present in lageana educational culture.

Keywords: genealogy, implosion values, self-evidence, monitoring, disciplining.

INTRODUÇÃO

Sou sacerdote, e entendo que esta é uma profissão que me aproxima muito da pedagogia, pois muitas das minhas tarefas também só se realizam com o educar. Por isto, e pelo desejo de constante crescimento, resolvi cursar o *stricto sensu*. Minha proposta inicial de pesquisa era sobre a Educação Religiosa no Instituto de Educação de Lages. Conversas com a população e algumas leituras haviam me instigado a pensar nesta proposta, pois até os anos 70 do século XX Lages era o centro de educação do interior de Santa Catarina, para onde vinham muitos jovens cursar o segundo grau. Havia três grandes instituições de ensino lageanas: Colégio Diocesano (masculino), Colégio Santa Rosa de Lima (feminino) e o Instituto de Educação de Lages, que era misto.

Os dois primeiros eram dos franciscanos e das Irmãs da Divina Providência, portanto, religiosos e o Instituto era laico, mas os padres franciscanos lá assumiam a disciplina de Religião. Isto indica o potencial da Igreja para influenciar a educação em toda a diocese, que compreendia toda a serra catarinense, desde o Rio Grande do Sul até Mafra. Daí meu interesse em desvendar como o pensamento eclesiástico poderia influenciar na educação na diocese. Havia algumas pistas sobre alguns padres terem sido os professores da disciplina, e entendi que seria possível coletar tais dados nos arquivos da Cúria e elaborar um projeto de história oral com moradores locais. Todavia, não consegui dados sobre a Educação religiosa na citada instituição, e tampouco encontrei moradores que pudessem contribuir com seus relatos para a minha intenção inicial de investigação.

Entretanto, realizando buscas nos Livro Tombo da Catedral, localizei alguns registros que indicam valores diocesanos pertinentes à educação, constituindo conteúdos riquíssimos para uma reflexão foucaultiana — com ênfase na genealogia em seu sentido “crítico”. Sentido este — como será visto no Capítulo I — que compreende a genealogia como práxis de implodir autoevidências de valorações que supostamente se tornaram inquestionáveis.

Neste caso, alguns dos registros do Livro Tombo configuram o objeto da pesquisa que usufrui da genealogia no sentido de método de análise no tocante à influência dos valores veiculados nas cartas pastorais e diversos documentos ali contidos, prescritivos das ações eclesiais a serem perquiridas, observando em que medida influenciaram a cultura disciplinadora presente nas instituições sociais dessa localidade. Foi, portanto, nesse momento de contato com o Livro Tombo que emergiu a possibilidade de um novo objetivo para esta dissertação, qual seja, realizar uma implosão das valorações, práticas, saberes e preconceitos registrados no Livro Tombo da Catedral de Lages, afim de mostrar como estes se tornaram supostamente autoevidências e, portanto, inquestionáveis na cultura e educação local. Atingir este objetivo também significa concretizar o resultado da própria genealogia como crítica, ou seja, a dimensão 'crítica' da genealogia, nesse caso, pretende pôr a nu, denunciar, implodir, enfim, justamente isso que se tornou sedimentado e autoevidente na cultura e educação local, pela influência dos valores cristãos, sobretudo, àqueles advindos dos conceitos de pecado e da figura do diabo. Esses conceitos nortearam a formação da moral que consideramos gregária numa concepção Nietzscheana. Assim, os marcos teóricos tem suas raízes na filosofia contemporânea, especificamente nos autores Nietzsche (1844-1900) e Foucault (1928-1984).

A proposta referenciada na concepção filosófica de Michel Foucault, tratará de dados históricos focalizando as relações entre saber e poder que ali definiram princípios para a educação. Poder, saber, disciplina e educação, portanto serão as categorias básicas do estudo.

Embora Foucault não empregue à genealogia o conceito de crítica, usa este conceito justamente nesse sentido, pois denuncia sempre autoevidências. Quando falamos em sociedade disciplinar e elencamos o controle do tempo como uma de suas características, visto que as práticas sedimentadas do hábito rigoroso de horários acabam por se tornarem inquestionáveis ao longo do tempo. A seriedade com o horário e o rigor na divisão das tarefas acabam até mesmo por se converterem em uma "virtude". Essa suposta virtude, porém, encobre justamente o que se torna autoevidente e inquestionável, a saber, o fato de que com o controle do tempo administra-se melhor uma sociedade inteira, tornando-a 'disciplinar', sem que

as pessoas se entendam controladas, vigiadas ou disciplinadas. Foucault, nesse caso, denuncia precisamente o controle mesmo do tempo como a instância que teria se tornado inquestionável. Ora, essa denúncia é justamente o sentido de genealogia como 'crítica'.

Inserir, portanto, a estrutura 'crítica' da genealogia no **primeiro capítulo** torna-se fundamental nesse trabalho, pois fará a conexão com o uso geral da prática foucaultiana para com a sociedade disciplinar, sobretudo no tocante às relações de poder e saber com ênfase na análise de Foucault sobre a governamentalidade e o governos dos vivos, expostos no **segundo capítulo**. Assim, a importância de explicar a genealogia como 'crítica' legitima a análise do material do **terceiro capítulo** onde se efetiva a investigação do Livro Tombo com a mesma prática genealógico-crítica que Foucault emprega para analisar a sociedade disciplinar. Assim, se estabelece o vínculo estreito da fundamentação teórica contida nos dois primeiros capítulos com o objeto efetivo de investigação, a saber, os registros do Livro Tombo trazidos no último capítulo.

Assim, a genealogia como perspectiva teórica para análise que se utiliza da categoria poder, não sob a concepção jurídica deste poder, pois dessa forma estaria de mãos dadas com lei e repressão. A postura genealógica mostra que as relações de poder não ocorrem no nível do direito ou no da violência. As teorias que o abordam nesses dois aspectos, podem ser agrupadas em duas modalidades. As primeiras, com sua gênese nos filósofos do século XVIII, consideram que o poder pode ser cedido ou alienado, enquanto direito originário, através do contrato, para a constituição de soberania; as teorias pertencentes ao outro grupo, acordes com o sistema jurídico, criticam o arbítrio real e os abusos de poder, reivindicando que o poder se exerça na forma da legalidade, enquanto direito.

Na trilha de Foucault, encontra-se uma nova concepção de poder decorrente do seu exercício genealógico crítico. Trata-se de uma contraposição às visões tradicionais do poder, ou seja, àquelas com vínculos exclusivos de dominação e repressão, com o argumento de que nenhum poder teria condições de ascensão e manutenção enquanto negatividade, apenas. A dominação capitalista não atingiria seus propósitos baseada somente na repressão. O que permite isto é o fato de que o poder "... produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo

e o conhecimento que dele se pode ter dizem respeito a essa produção.” (FOUCAULT, V.P, 2004, p. 196).

A metodologia de Foucault é embasada na proposta de Nietzsche de escavar os bas-fonds, ou "baixos fundos", como condição de interpretação restituidora da exterioridade que foi encoberta. Escavar não tem identidade com um mergulho onde se penetra do exterior ao interior, mas implica numa...

[...] avalanche cada vez maior, que permite que por cima de si se vá despregando a profundidade de forma cada vez mais visível; e a profundidade torna-se então um segredo absolutamente superficial de tal forma, que o voo da águia, a ascensão da montanha, toda esta verticalidade tão importante em Zaratustra, não é em sentido restrito, senão o revés da profundidade, a descoberta de que a profundidade não é senão um jogo e uma ruga da superfície. (FOUCAULT, 2004. p.19)

Projetamos a organização da dissertação em três capítulos. No primeiro, trataremos da perspectiva genealógica, ressaltando o sentido “crítico” da genealogia que traz as raízes nietzscheanas, sobretudo, a noção de Nietzsche sobre a Moral como interpretação dos fatos, o que recorre na sua concepção de moral de rebanho.

No segundo capítulo, de maneira introdutória trataremos da questão saber e poder na concepção foucaultiana. Esta será abordada com maior profundidade quando nos referirmos à sociedade disciplinar, as condições de seu surgimento. Nesse capítulo, portanto o sentido crítico da genealogia na perspectiva foucaultiana está presente na análise das instituições sociais como por exemplo, a abordagem sobre a prisão. Para o filósofo, escolas, quartéis, hospitais, igrejas são as instituições austeras que se pautam no mesmo modelo prisional.

Os dois marcos acima categorizados, nos levará a um dever de se perguntar justamente pelos valores, práticas, conservadorismos, preconceitos, tendencialismos que são encontrados nos registros do Livro Tombo da Catedral de Lages e se sedimentaram ao longo da história. É possível extrair desses registros conteúdos que possibilitem indagar, por exemplo, o que os livros-tombo trazem de tendencioso – como a questão do pecado e a figura do Diabo – e que se tornam preconceito, de modo que o professor, muitas vezes sendo católico ou ‘crente em algo’, não

consegue enxergar como problema, como preconceito? Portanto, a tarefa que se cumpre no terceiro capítulo é justamente de empregar em relação aos registros do Livro Tombo, precisamente o mesmo método de genealogia crítica que Foucault emprega na sociedade disciplinar, ou seja, denunciar e implodir autoevidências e preconceitos que se sedimentam e se tornam inquestionáveis ao longo do tempo.

A finalização da dissertação aponta para o importante papel do professor que pode se converter no genealogista crítico, pois antes de ser o professor propriamente dito, é um educador que se compromete com o princípio do senso crítico.

Considera-se que o empreendimento dessa dissertação se justifica não somente por demonstrar as habilidades e competências do pesquisador, no que diz respeito à seleção e interpretação das análises conceituais necessárias para atingir o objetivo da pesquisa, mas por fazer um exercício genealógico crítico do Livro Tombo, afim de questionar valores sedimentados e supostamente inquestionáveis, provocando assim, uma nova visão e compreensão da cultura local de Lages sob a influencia da Catedral na Diocese e desta nas instituições sociais e educacionais. A dissertação também se justifica por desenvolver no pesquisador, bem como a todos àqueles possíveis leitores envolvidos diretamente no processo educacional, a postura de genealogista crítico. Postura que quando exercida tende a se disseminar entre os sujeitos do processo ensino aprendizagem. Assim, este trabalho corresponde e solidifica a compromisso do PPGE da UNIPLAC em desenvolver conhecimentos transformadores da sociedade.

CAPÍTULO I— GENEALOGIA: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

En algún punto perdido del universo, cuyo resplandor se extiende a innumerables sistemas solares, hubo una vez un astro en el que unos animales inteligentes inventaron el conocimiento. Fue aquél el instante más mentiroso y arrogante de la historia Universal.

Nietzsche

Neste capítulo pretende-se apresentar algumas das concepções temáticas que se configuram no referencial teórico utilizado para a análise que se pretende como metodologia de pesquisa, a genealogia compreende uma série de questionamentos sobre práticas sociais do presente, investigando as condições em que tais práticas se desenvolveram, permeando por uma variedade de circunstâncias implicadas à gênese dessas práticas; como fundamentação teórica, a genealogia mostra, sobretudo, a gênese da relação poder-saber, questão nuclear do pensamento de Michel Foucault, marco referencial dessa dissertação. A via de acesso à noção de genealogia se fará a partir da abordagem de alguns termos que tomam sentido específico na concepção de Nietzsche (1844-1900) que posteriormente são recepcionados por Foucault (1926-1984). A genealogia é vista por estudiosos desses autores como um dos aspectos mais importantes para a compreensão da obra desses filósofos.

Procede-se inicialmente à abordagem da genealogia, a fim de expor o procedimento utilizado nas análises de Foucault, apontando as suas raízes na genealogia inaugurada por Nietzsche. Ao fazê-lo, pretende-se apresentar a genealogia como o procedimento que possibilita a tese de Foucault sobre a relação poder-saber e a Sociedade Disciplinar, bem como, a concepção de saberes e dispositivos que emergem das relações de poder e que acabam efetivando essas relações na sociedade, relações estas que cristalizam valores que se tornam

autoevidentes numa cultura, tal como a análise do Livro Tombo nos traz no terceiro capítulo. Pois, segundo FOUCAULT,

Qualquer um que tente fazer qualquer coisa – elaborar uma análise, por exemplo, ou formular uma teoria – deve ter uma ideia clara da maneira como ele quer que sua análise e sua teoria sejam utilizadas; deve saber a que fins ele almeja ver se aplica a ferramenta que ele fabrica—que ele próprio fabrica, e de que maneira ele quer que suas ferramentas se unam àquelas fabricadas por outros, no mesmo momento. De modo que considero muito importantes as relações entre a conjuntura presente e o que fazemos no interior de um quadro teórico. É preciso ter estas relações de modo bem claro na mente. Não se podem fabricar ferramentas para não importar o quê; é preciso fabricá-las para um fim preciso, mas saber que serão, talvez, ferramentas para outros fins (FOUCAULT, 2010, p.265-266).

Nesse sentido que a pesquisa aborda como metodologia a genealogia segundo Michel Foucault, para perceber a importância da análise de alguns registros do Livro Tombo no cumprimento do seu objetivo. Usar a genealogia no sentido crítico para questionar os valores que supostamente tornaram-se inquestionáveis.

Mas, o que é genealogia? A genealogia se opõe ao método histórico tradicional; seu objetivo é “assinalar a singularidade dos acontecimentos, fora de toda finalidade monótona”. Para a genealogia, não há essências fixas, nem leis subjacentes, nem finalidades metafísicas. A genealogia busca descontinuidades ali onde desenvolvimentos contínuos foram encontrados. Ela busca recorrências e jogo ali onde progresso e seriedade foram encontrados. Ela recorda o passado da humanidade para desmascarar os hinos solenes do progresso. A genealogia evita a busca da profundidade. Ela busca a superfície dos acontecimentos, os mínimos detalhes, as menores mudanças e os contornos sutis. Ela evita a profundidade dos grandes pensadores que nossa tradição produziu e reverenciou. (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 118).

A genealogia como metodologia ao identificar os mecanismos do poder que instituem desde a legitimação da ordem social até a produção de subjetividades segundo Foucault, busca privilegiar a atuação do poder nas relações mais sutis que contribuem para a constituição e a conduta dos indivíduos e considera a importância da compreensão da dinâmica das relações de poder através dos gestos, dos comportamentos, das classificações e dos exercícios de docilização sobre os

corpos. Desta maneira, uma dimensão que se enquadra na metodologia genealógica proposta, reflete como as relações de poder que também proporciona a construção de um saber sobre o corpo e sobre o indivíduo que estão articulados com a arte de governar e ser governado.

Refletir sobre os valores contidos sobre alguns aspectos registrados no Livro Tombo da Diocese de Lages ao ter como fio condutor o pensamento de Michel Foucault sobre as relações de poder-saber que se instituem e fortalecem mutuamente na dinâmica do governo das populações. Pois, como veremos no capítulo II tal governo, através da disciplinarização dos corpos edifica uma biopolítica de formação do cidadão forte, ágil e obediente. Neste contexto, não é para a genealogia que o poder é microfísico, mas, ao empregar a genealogia como metodologia, Foucault percebe o poder como sendo microfísico.

É, portanto, a partir de uma percepção das ações e relações de poder nos fenômenos sociais mais autônomos ou mais simples, que podemos ter uma noção geral que o constituem em níveis abrangentes. O saber científico, por exemplo, não deve ser centralizador e ocultar os conteúdos históricos e os saberes locais. O mesmo deve dar voz àquilo que o poder oculta, ou seja, os *bas-fonds* sendo uma tarefa de crítica sugerida por Foucault como genealogia ao:

Tratar-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra uma instância teórica que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome de uma ciência detida por alguns [...] Trata-se de uma insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa (FOUCAULT, 1985, p. 171).

Foucault é aquele que denuncia precisamente o controle mesmo do tempo como a instância que teria se tornado inquestionável. Ora, essa denúncia é justamente o sentido de genealogia como 'crítica'. Assim, a análise proposta para a pesquisa, se apresenta numa dimensão que se enquadra na metodologia genealógica, pois a mesma busca problematizar sobre o que os livros-tombo trazem de tendencioso – como a questão do pecado e a figura do Diabo se tornam

preconceito, de modo, por exemplo, que um professor, muitas vezes sendo católico ou crente em algo, não consegue enxergar como problema, ou como preconceito? É nesse sentido que se compreende as palavras de Foucault ao dizer que a genealogia ao

[...] analisar, não os comportamentos, nem as ideias, não as sociedades, nem suas 'ideologias', mas a problematização através das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e as práticas a partir das quais essas problematizações se formam. [...] a dimensão genealógica analisa, sua formação a partir das práticas e suas modificações (FOUCAULT, 1984, p. 15).

A importância de explicar a genealogia como 'crítica' está em legitimar justamente a análise do material do terceiro capítulo, a saber, os registros do Livro Tombo. Pois, é empregado neles a mesma prática genealógico-crítica que o Foucault emprega para analisar a sociedade disciplinar. Assim, a fundamentação teórica está estreitamente vinculada com o objeto efetivo de investigação, ou seja, a análise que pretende perguntar justamente pelos valores, práticas, conservadorismos, preconceitos, tendencialismos, enfim, que são encontrados nos registros do Livro Tombo.

Para compreender o sentido da genealogia como crítica, nos valem de indicativos que podem fundamentar o que a grosso modo, diz que a estrutura 'crítica' da genealogia significa uma práxis que precisa desreferencializar ou implodir valorações, práticas, saberes, "preconceitos" – O primeiro indicativo está em Nietzsche ao afirmar que tais valorações acabaram por se tornar autoevidentes e supostamente inquestionáveis, justamente porque ninguém mais consegue enxergá-los. O filósofo, define o exercício genealógico precisamente como crítica, é categórico ao afirmar que "necessitamos de uma crítica dos valores morais, o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão [...] Considerava-se o valor desses 'valores' como dado, [...] para além de todo questionamento." (NIETZSCHE, 1998, GM, Prólogo 6).

O segundo indicativo encontramos no 1º capítulo de Além de Bem e Mal, Dos Preconceito dos filósofos. Nesse capítulo, Nietzsche denuncia o que ele chamou de "típico preconceito", ou seja, um modo de julgar "pelo qual podem ser reconhecidos os metafísicos de todos os tempos; tal espécie de valoração está por trás de todos

os seus procedimentos lógicos; é a partir desta sua ‘crença’ que eles procuram alcançar seu ‘saber’, alcançar algo que no fim é batizado de ‘verdade’.”(NIETZSCHE ABM,PROLOGO,2). Observa ainda o aspecto fisiológico que permeia o universo humano, a vontade instintiva de verdade logo,

Por trás de toda a lógica e de sua aparente soberania de movimento existem valorações, ou, falando mais claramente, exigências fisiológicas para a preservação de uma determinada espécie de vida. Por exemplo, que o determinado tenha mais valor que o indeterminado, a aparência menos valor que a “verdade”:Tais avaliações poderiam, não obstante a sua importância reguladora *para nós*, ser apenas avaliações-de-fachada, um determinado de *niaiserie*[tolice], tal como pode ser necessário justamente para a preservação de seres como nós. Supondo, claro que não seja precisamente o homem a “medida de todas as coisas”...(NIETZSCHEABM,PROLOGO,3)

Nietzsche aponta para a necessidade de fazer a genealogia de um determinado valor com o objetivo de fazer crítica no sentido de apontar o efeito regulador, que rege uma determinada forma de vida, cultura ou de educação, condiciona os modos de ser e agir dos indivíduos. Com a genealogia se permite enxergar as reais intenções e mecanismos disciplinadores por meio de valores que se tornaram autoevidentes e supostamente inquestionáveis, neste caso da pesquisa a ideia de pecado e da figura do diabo.

Também em A Gaia Ciência, nos valem de algumas passagens em que Nietzsche aponta essa denuncia à falta de exercício crítico, por exemplo, em relação a moral, que aparece como autoevidente, portanto, não é problematizada e vista mesmo como um problema.

Uma grande questão colocada por Nietzsche trata-se do por quê temos essa dificuldade em questionar, cientes que somos os únicos dotados da razão, a qual ela própria se permite interrogar? O fato é que não nos admitimos numa condição para criticar os valores morais, ou seja, a condição de

[...] ateu ou ímpio, ou ainda imoralista, não acreditamos nem de longe estar caracterizados com isso: somos as três coisas em estágio muito avançado para que se compreenda. Toda a atitude “homem *contra* mundo, homem como princípio ‘negador do mundo”, homem como medida das coisas, como juiz do mundo, que afinal

põe a existência mesma em sua balança e acha que lhe falta peso a monstruosa falta de gosto dessa atitude nos veio à consciência e nos repugna(...)Não caímos exatamente com isso, na suspeita de uma oposição, uma oposição entre o mundo no qual até hoje, nos sentimos em casa com nossas venerações —em virtude das quais, talvez *suportávamos* viver —e um outro mundo *que somos nós mesmos*: numa inexorável, radical, profunda suspeita de acerca de nós mesmos(...) “Ou suprimir suas venerações ou—*a si mesmos!*”.(NIETZSCHE GC, 346,p.239-240)

Fazer genealogia crítica, portanto, exige que sejamos verdadeiros espíritos livres, logo compreende-se a facilidade que tornar um valor, uma prática ou um saber como autoevidente, simplesmente não colocá-lo em questão, supondo ser inquestionável. Adotam-se, então, formas de vida e definem modos de ser no mundo, cultura, educação, tal como podemos perceber em algumas considerações em torno da concepção da moral de rebanho, por ser esta concepção um exemplo resultante da crítica genealógica realizada por Nietzsche.

Para compreendermos a concepção nietzscheana de Moral de rebanho, parte-se de sua interpretação da própria moral, explicita na assertiva “Não existem fenômenos morais, mas interpretação moral dos fenômenos”. (ABM, 108).Este aforismo sintetiza a compreensão de Nietzsche sobre a moral como interpretação e, nos assegura o caminho que percorremos aqui, no qual, através da genealogia como crítica, compreenderemos os valores contidos nos registros do Livro Tombo, como apenas uma interpretação moral e não mais como uma verdade em si, e assim, fazer surgir a possibilidade de trazermos novos sentidos para esta valoração. Pois considerando que não existe o valor em si dos juízos de bem e do mal, não se pode perguntar quais são os valores ou os juízos que estabelecidos no conjunto de regras próprias de uma cultura; resta perguntar pelo valor desses valores e assim, cumpre-se na prática o exercício genealógico crítico que permite a tranvaloração dos valores. Nietzsche explica como ocorre essa tranvaloração ao pesquisar a etimologia do termo bom que originariamente está associado ideia de nobre, porém ele enfatiza na pesquisa os aspectos históricos que levaram a transformação conceitual do termo do “bom” e, descobre que este sofreu uma inversão ou transvaloração no seu sentido quando se dá a permuta do Judaísmo para o cristianismo. Ele observa que são relações de poder que definem os

conceitos, ou seja, por meio de uma moral que se pretende dominadora, mas que pode ter sido digna de louvor e utilidade somente para os próprios sujeitos da ação no momento de sua origem. Porém ao passar do tempo tornou-se costumeira, sua origem não mais foi questionada, sendo a ação cristalizada como “boa”. Contudo, se a busca genealógica dessa “boa ação”, fosse refeita em outro contexto, tal valor poderia ser considerado como oposto ou como diz Nietzsche, um erro, pois,

O caráter tosco da sua genealogia da moral se evidencia já no início, quando se trata de investigar a origem do conceito e do juízo “bom”. “Originalmente” — assim eles decretam — “as ações não egoístas foram louvadas e consideradas boas por aqueles aos quais eram feitas, aqueles aos quais eram *úteis*; mais tarde foi esquecida essa origem do louvor, e as ações não egoístas, pelo simples fato de terem sido costumeiramente tidas como boas, foram também sentidas como boas — como se em si fossem algo bom”. (...) temos aí “a utilidade”, “o esquecimento”, “o hábito” e por fim “o erro”, tudo servindo de base a uma valoração da qual o homem superior até agora teve orgulho, como se fosse um privilégio do próprio homem. (NIETZSCHE, GM, I, 2)

Nesse aforismo é possível compreendermos a necessidade da noção nietzscheana da moral como interpretação moral dos fatos, significa que nenhuma perspectiva metafísica está presente nesta noção, tão pouco a ideia de verdade em si, embora, devido a uma condição de vontade de poder, a interpretação se manifeste como uma possível verdade, porém flexível e propensa a novas interpretações ou sentidos. O que movimenta a consolidação das interpretações como valoração moral é, uma relação de forças de poder que se pretendem dominadoras (no caso da moral cristã) e se fazem quando configuradas em texto, discursos sobre valores, saberes e práticas. Para Nietzsche o critério de valorização ou não de uma interpretação, está em como tal valor intensifica a vida do homem como animal de rapina ou quando o faz um animal gregário. E, justamente a interpretação moral considerada gregária é a que foi designada moral de rebanho, ou seja, uma moral baseada nos valores socrático-cristãos que formam a base da cultura ocidental e que se pretende hegemônica. Assim,

Supondo que fosse verdadeiro o que agora se crê como “verdade”, ou seja, que o *sentido de toda cultura* é amestrar o animal de rapina “homem”, reduzi-lo a um animal manso e civilizado, *doméstico*, (,,,)eles representam o *retrocesso* da humanidade! Esses ‘instrumentos da cultura’ são uma vergonha para o homem, e na verdade uma acusação, um argumento contrário à própria cultura! (GM, I, 11)

Esse domesticar da cultura denunciado por Nietzsche procede de um recuo genealógico da análise dos valores de “Bom e Mau” e “bom e ruim”, feito por ele na primeira dissertação da Genealogia da Moral. Onde apresenta uma interpretação perspectivista, com distanciamento metafísico, embora se refira uma suposta natureza animal do homem, usada para diferenciar o homem como animal de rapina e animal de rebanho.

Ao diferenciar os binômios Bom e Mau e Bom e ruim como resultantes dessa natureza que permite ser capturada pela cultura proveniente dos ressentidos aos quais, segundo Nietzsche, é negada uma reação, lhes resta apenas o desejo de vingança imaginária que lhes oferece reparação quando inverte os valores de bom e ruim. O bom, caracterizado como nobre passa a ser entendido como “mau” portanto inimigo e o ruim caracterizado como fraco simples passa a ser atribuído valor de bom. Assim,

Aqui jamais negaríamos o seguinte: quem conhecesse aqueles “bons” apenas como inimigos, não conheceria senão *inimigos maus*, e os mesmos homens tão severamente contidos pelo costume, os usos, a gratidão, mais ainda pela vigilância mútua, pelo ciúme *inter pares*[entre iguais], que por outro lado se mostram tão pródigos em considerações, autocontrole, delicadeza, orgulho e amizade, nas relações entre si—para fora, ali onde começa o que é estranho, o *estrangeiro* eles não são melhores que animais de rapina deixados à solta. (GM, I, 11)

Logo, tanto nos homens fortes com natureza de animal de rapina, e mesmo que mínima entre os fracos, com natureza de rebanho e espírito gregário, a vontade de poder está presente, e muito forte na relação saber-poder. Moral de rebanho, portanto é aquela que transforma o animal de rapina em animal de rebanho,

gregário, domesticado. Não é mais o homem soberano, ele transfere seu instinto fundamental para a ideia de social, coletivo, e, como a finalidade última do homem é a felicidade ele a associa a vida no rebanho, tranquila, com um “bom pastor”. E assim, transforma os valores nobres como competitividade, força, bom combate. Esta transvalorização da moral seria uma doença degenerativa do animal de rapina, ou seja, o homem na sua natureza boa passa a sua natureza ruim, ou seja animal de rebanho, considerada “boa” moralmente mas, que segundo Nietzsche seriam “os inimigos maus” já descritos na citação acima.

Para o propósito que se estabeleceu neste momento, entendeu-se como suficiente apresentar a concepção de genealogia em Nietzsche, bem como a Moral de rebanho, que será retomada no terceiro capítulo por ser denunciada nas análises do livro tomo. Neste momento o que foi permeado sentidos dos termos que lhe são elementares, interpretação, investigação e engajamento, que fazem da genealogia um procedimento prático. Apontar para a presença desses aspectos na genealogia elaborada por Foucault é fundamental para a compreensão da gênese da relação poder-saber, e a sociedade disciplinar. Compreensão esta que se faz fundamental para a análise do terceiro capítulo.

Portanto, a genealogia crítica é uma forma de não suprimirmos a nós mesmos, de nos encontrarmos justamente por nos perdermos com vigor nas suspeitas, nos questionamentos, nas dúvidas e inquietações, nas vertigens advindas quando temos coragem de nos suspender da base de valores cristalizados pela autoevidência forjada pelo batismo da ideia de verdade.

Este é o emprego da genealogia no sentido crítico, como práxis de implodir autoevidências. Esse novo horizonte da crítica é o fio condutor da pesquisa e será retomado outras vezes ao longo da fundamentação, a fim de não perder a relação entre o conceito e o objeto a ser analisado no terceiro capítulo, ou seja fragmentos do livro tomo. Assim, pretende-se deixar sempre viva a estrutura ‘crítica’ da genealogia.

O sentido de genealogia que Foucault enfatiza é a dimensão “crítica”, ou seja, genealogia como “crítica” significa pôr em questão ou operar uma práxis interrogativa que consiste em implodir aquelas valorações, instituições, constituições

psíquicas que há muito se tornaram autoevidentes e, por isso, para além de quaisquer questionamentos.

Levaremos o pensamento de Foucault sobre genealogia a partir de textos que são de fundamental importância e nos serviram de guia. Um deles é “Nietzsche, a genealogia e a história”, em *Microfísica do Poder* de Foucault (1985). E, como se trata aqui do sentido crítico da genealogia, valemo-nos dos textos de Nietzsche, especificamente a primeira dissertação da *Genealogia da Moral*, primeiro capítulo de *Além de Bem e Mal* e aforismos 345 e 346 de *A Gaia ciência*. Mas é Foucault que nos orienta de que precisamos saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades; da mesma forma que é preciso saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e de energia, suas rachaduras e suas resistências para avaliar o que é um discurso filosófico. A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes, é o próprio corpo do devir. E preciso ser metafísico para lhe procurar uma alma na idealidade longínqua da origem.

Lá onde a alma pretende se unificar, lá onde o Eu inventa para si uma identidade ou uma coerência, o genealogista parte em busca do começo – dos começos inumeráveis que deixam esta suspeita de cor, esta marca quase apagada que não saberia enganar um olho, por pouco histórico que seja; a análise da proveniência permite dissociar o Eu e fazer pulular nos lugares e recantos de sua síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos. (FOUCAULT, 1985 p.14)

É justamente a partir destas considerações que entendemos ser preciso reconhecer os acontecimentos da história, para identificar as relações de poder existentes numa perspectiva foucaultiana.

[...] qual regra somos obrigado a obedecer, em uma certa época, quando se quer ter um discurso científico sobre a vida, sobre a história natural, sobre a economia política? A que se deve obedecer, a que coação estamos submetidos, como, e um discurso a outro, de um modelo a outro, se produzem efeitos de poder?

Como vimos, a genealogia obtém um sentido específico quando tomada a partir de Nietzsche e Foucault. Essa especificidade consiste na ampliação do conceito simplista que corresponde à mera busca pelas origens históricas de algo, de uma família, de uma instituição.

O objetivo de abrir esta análise com esta abordagem da genealogia segundo a especificidade desses autores, está em mostrar que a abordagem da genealogia tem dupla finalidade nesta dissertação. Em primeiro lugar, visa esclarecer alguns aspectos próprios da metodologia utilizada neste trabalho que se pretende configurar como um procedimento genealógico. Em segundo lugar, se configura como fundamentação teórica que será utilizada para a análise de alguns dos fragmentos do Livro-tombo da Catedral de Lages, como intuito de fazer implodir dali valorações que se tornaram autoevidentes e, supostamente inquestionáveis.

1.1 AS RAÍZES NIETZSCHEANAS DA GENEALOGIA DE FOUCAULT

Nietzsche se detém a fazer uma abordagem sobre a genealogia em alguns de seus textos, mas, sobretudo, faz genealogia ao questionar sobre a origem e o valor da moral contemporânea. Alguns termos vinculados à noção de genealogia em Nietzsche tomam um sentido específico, como, por exemplo, **vontade de poder**, **interpretação** e **engajamento**. Assim, elaborar uma exposição tomando esses termos na sua estrutura pode correr o risco de ser limitada nas suas possibilidades de abrangência, mas garante uma coesão na abordagem que aponta para a noção de genealogia como um procedimento que se constitui de elementos teóricos e práticos.

Inicia-se com a ideia de **vontade de poder**, porque se considera ser aquela que melhor identifica a originalidade nietzscheana da genealogia. Nietzsche, ao diferenciar a genealogia da simples busca de causas finais para origem de algo, comenta:

Mas todos os fins, todas as utilidades são apenas *indícios* de que uma vontade de poder se assenhoreou de algo menos poderoso e lhe imprimiu o sentido de uma função; e toda a história de uma “coisa”, um órgão, um uso, pode desse modo ser uma ininterrupta

cadeia de signos de sempre novas interpretações e ajustes, cujas causas nem precisam estar relacionadas entre si, antes podendo se suceder e substituir de maneira meramente casual. (NIETZSCHE, 1998, GM, II, p.12)

Nesse sentido a genealogia pode ser o resultado encontrado ou criado pelo genealogista, que movido pela vontade de poder, traz interpretações ou reinterpretaciones para os questionamentos que formula quando procura entender algo do seu presente.

Esses questionamentos se configuram como formulações teóricas, ou seja, a pesquisa das condições em que nascem e se desenvolvem os objetos em questão (no caso de Nietzsche, os valores morais), e, também, sob um aspecto prático, no sentido de que esses questionamentos não significam uma opção do genealogista, vêm como necessidade, um incômodo diante de uma tendência niilista, própria de sua época que leva a um conformismo, a uma busca de causas finais e teleológicas. Sobre essa condição, Nietzsche chama a atenção para **vontade de poder** presente na ação do genealogista, que faz com que se diferencie da perspectiva de pesquisadores que se detêm na moral do método, aquela que impõe pela consciência do método a

[...] não admitir várias espécies de causalidade enquanto não se leva ao limite extremo [...] a tentativa de se contentar com uma só: eis a moral do método, à qual ninguém deve se subtrair hoje; ela se dá “por definição”, como diria um matemático. A questão é, afinal, se reconhecemos a vontade realmente como *atuante*, [...] *temos* então que fazer a tentativa de hipoteticamente ver a causalidade da vontade como única.[...] : em suma, é preciso arriscar a hipótese de que em toda parte onde se reconhecem “efeitos”, vontade atua sobre vontade e de que todo acontecer mecânico, na medida e que nele age uma força, é justamente força de vontade, efeito da vontade. [...], então se obteria o direito de definir *toda* força atuante, inequivocamente, como *vontade de poder*. (NIETZSCHE, ABM 1992: p. 36)

Segundo Nietzsche (GM), quando o genealogista é movido por essa força atuante ou vontade de poder, uma vontade que mostra seus efeitos ao encontrar outras causalidades escondidas no passado, e as traz sob uma nova perspectiva,

ele não pretende dogmatizá-la ou estagná-la, mas colocá-la num jogo de forças, entre outras que também se pretendem verdadeiras, assim, vontade de verdade é, também, vontade de poder.

A partir desse impulso da vontade de poder, entra em cena o outro termo associado à noção de genealogia nesta abordagem, trata-se da **Interpretação**.

A compreensão do sentido de interpretação a que Nietzsche se refere pressupõe que se considerem as referências feitas pelo autor a respeito de um outro termo vinculado a esse aspecto peculiar à genealogia, ou seja, a investigação. Este termo se refere à ideia de pesquisa, porém sem limitar a genealogia à ideia de produção e acúmulo de conhecimento.

Pode-se dizer que a investigação remete às formulações que dão início ao procedimento genealógico. A investigação permeia as circunstâncias que levaram à necessidade do surgimento desse algo. Nietzsche comenta sobre tais formulações que o levaram a traços peculiares desse procedimento, afirmando nas seguintes palavras:

[..] tanto minha curiosidade, quanto minha suspeita deveriam logo deter-se na questão *de onde se originam* verdadeiramente nosso bem e nosso mal.[...] Por fortuna logo aprendi a separar o preconceito teológico do moral, e não mais busquei a origem do mal *por trás* do mundo. [...] em breve, transformou meu problema em outro: sob que condições o homem inventou para si os juízos de valor “bom” e “mau”? e que valor têm eles? Obstruíram ou promoveram até agora o crescimento do homem? São indício de miséria, empobrecimento, degeneração da vida? Ou, ao contrário, revela-se neles a plenitude, a força, a vontade da vida, sua coragem, sua certeza, seu futuro? Para isso encontrei e arrisquei respostas diversas, diferenciei épocas, povos, hierarquias dos indivíduos, especializei meu problema, das respostas nasceram novas perguntas, indagações, suposições, probabilidades: até que finalmente eu possuía um país meu, um chão próprio [...]. (NIETZSCHE, GM, Prólogo: § 3. 1998)

Nota-se que, quando Nietzsche pergunta pelas condições em que se desenvolveram os valores morais, aponta para a necessidade de num primeiro momento recorrer à esfera teórica. Para ele, no entanto, compreender a utilidade de algo, de uma forma ou de uma instituição, está longe de significar a compreensão de

sua gênese, pois todas as utilidades são apenas vestígios da ação das forças em um processo histórico. Portanto, a descrição de genealogia como “método” só cabe quando diz respeito ao que o filósofo se refere ao “conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram, sob as quais se desenvolveram e se modificaram”. (NIETZSCHE, *op.cit.*, Prólogo: § 6) Nietzsche demonstra esse sentido dado à investigação, quando diz que o genealogista não pode perder de vista “[...] o cinza, isto é, a coisa documentada, o efetivamente constatável, o realmente havido, numa palavra, a longa quase indecifrável escrita hieroglífica do passado moral humano!” (Idem: §7) Desse modo, quando a investigação leva ao encontro daquilo realmente havido, o genealogista faz a **interpretação**, lançando mão da sua vontade de verdade que também é vontade de poder.

Portanto, a investigação configura a esfera teórica (pesquisa) da genealogia, ao expor o curso percorrido nos estudos genealógicos, e, o fim a que podem levar esses estudos, ou seja, a uma esfera prática (interpretações sob novas perspectivas) designada por Edmilson Paschoal (2003) como um ‘procedimento prático’.

Tal procedimento decorre do fato de que Nietzsche, ao questionar os valores morais de sua época, não se limitou a apenas encontrar uma origem, por exemplo, fundada em conceitos transcendentais, mas, fazer interpretações ao invés de meras constatações. Assim, diante das circunstâncias relacionadas à origem dos valores morais, o filósofo se depara com outras questões, como o próprio valor dos valores. E, esclarece que: “No fundo interessava-me algo bem mais importante do que revolver hipóteses, minhas ou alheias, acerca da origem da moral [...] para mim tratava-se do *valor* da moral.” (NIETZSCHE, 1998: Prólogo, § 5) Questão esta, que o impele a continuar nesse procedimento necessário e estimulante por proporcionar, inclusive, a transvaloração dos valores. Nietzsche está consciente de que

[...] necessitamos de uma *crítica* dos valores morais, o *próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão* — **para isto é necessário** um conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram, sob as quais se desenvolveram e se modificaram (moral como consequência, como sintoma, máscara, tartufice, doença, mal-entendido; mas também moral como causa, medicamento, estimulante, inibição, veneno), um conhecimento tal

como até hoje nunca existiu nem foi desejado. (NIETZSCHE, *op. cit.*: Prólogo, § 6. [grifo nosso])

Nesse sentido, a necessidade da busca de um conhecimento novo que por meio do impulso da vontade de poder resulte em novas interpretações do genealogista, surge devido ao terceiro aspecto apontado nesta abordagem, o **engajamento**. Termo este que tem sua especificidade na concepção de genealogia e é compreendido com clareza numa leitura de Nietzsche feita por Edmilson Paschoal, que afirma:

É, no entanto, enquanto um procedimento prático, como um **engajamento** que a genealogia de Nietzsche produz seus melhores frutos. Para esse procedimento, aquele conhecimento produzido pela “pesquisa genealógica” é tomado como ponto de partida, para colocar em questão o valor que se convencionou atribuir, por exemplo, ao juízo do valor “bom”. [...] Em termos mais exatos, o que se tem com a genealogia, entendida enquanto um procedimento prático é a condução da análise dos valores morais para o campo da sintomatologia da vontade de poder. (PASCHOAL, 2003: 59. [grifo nosso])

Trata-se da postura básica e filosófica do genealogista diante da tendência niilista que o filósofo identifica na cultura de sua época, na qual ele está engajado, na medida em que é parte envolvida. Assim, “faz a genealogia de si mesmo e não pode negar o solo de onde parte a sua pesquisa, pois é esse solo mesmo que ele procura entender” (PASCHOAL, *op. cit.*: 70).

O **engajamento**, portanto, refere-se à postura do genealogista em oposição à tendência niilista em que se encontra e representa uma contraposição ao objetivo da tendência que é levar o homem moderno ao conformismo e uma espécie de inanição, de narcose. Nietzsche questiona o valor dos valores morais que se encontram na base dessa tendência e que pretendem manter-se como valores em si. Dessa forma, ele lança mão da genealogia como ação do filósofo que não toma os valores como algo inquestionável (para a partir deles formular teorias verdadeiras). Mas, ao questioná-los, abre oportunidade para que possa também criar novos valores, e participar no jogo das forças. Nesse sentido, Nietzsche faz

uma crítica a outros filósofos da moral que não a problematizam, apenas buscam fundamentá-la, chegando no máximo a um novo modo de expressar a mesma fé na moral dominante. Refere-se como aqueles que,

[...] desejaram a *fundamentação* da moral; a moral mesma, porém era tida como 'dada'. [...] como moralidade do seu ambiente, de sua classe, de sua Igreja, do espírito de sua época, de seu clima e lugar precisamente porque eram mal informados, não chegavam a ter em vista os verdadeiros problemas da moral [...]. Por estranho que possa soar, em toda 'ciência a moral' sempre faltou o problema da própria moral: faltou suspeita de que ali havia algo problemático. O que os filósofos denominavam 'fundamentação da moral', exigindo de si, era apenas, vista à luz adequada, uma forma erudita da ingênua *fé* na moral dominante, um novo modo de *expressá-la* [...]. (NIETZSCHE, ABN 1992: §186.)

O sentido de **engajamento** está implícito, portanto, nessa atitude do genealogista ao problematizar a moral, e acaba por desestabilizar os valores morais estabelecidos, quando apresenta outras perspectivas, aquelas que estavam nas profundezas, escondidas.

Entendendo a pesquisa genealógica como uma sintomatologia e algo que se insere em jogos de poder, pode-se se dizer que é próprio da genealogia a possibilidade de se apropriar, obliterar, fazer emergir novos significados a algo que se questiona no presente. Não há em Nietzsche a intenção de transformar esse algo, mas, as novas perspectivas trazidas por ele podem tanto causar conflitos que desestabilizam os valores até então cristalizados, quanto apontar para novos significados. Trata-se portanto do sentido crítico, tal como exemplo pensar a moral como um problema, trazido no início do capítulo e assim não suprimirmos a nós mesmos, mas nos encontrarmos, justamente nas indeterminações. O que pode ser tomado como exemplo é a transvaloração dos valores (*cf.*: MARTON, 1993), ou seja, o indeterminado passa a ser valorizado em relação ao determinado.

Quando Nietzsche questiona a origem da moral e o valor dos valores morais, o faz apresentando outras perspectivas. Por exemplo, em oposição à moral vigente (a qual chama de moral de escravos e será retomada adiante) ele apresenta uma moral de senhores que permite ainda a oposição direta que denuncia aspectos da

primeira, desenvolvimento de uma estratégia que consiste em mostrar aquela moral vigente como **uma** moral e não mais **a** moral. Mostrando sua data de nascimento e as condições nas quais vem ao mundo, ele a mostra como algo humano e resultado de jogos de poder; de uma vontade de poder em especial que se afirma com a negação de toda a força no homem. Nessa nova perspectiva, ele produziu uma reinterpretação invertendo o valor dos valores, por exemplo, *Bom* e *Ruim*. (MARTON, 1993.) Ao fazer a crítica dos valores, Nietzsche conclui, portanto, que os valores morais concebidos como, até então emancipadores para o homem podem ser, em outra interpretação, inibidores dessa emancipação.

Entretanto, não significa que as interpretações anteriores se anulem, mas abre espaço para manter o jogo, o conflito, enfim, a dinâmica das multiplicidades dos saberes opostos e que se pretendem verdadeiros. Pois Nietzsche, mesmo fazendo críticas a outros genealogistas da moral, sobretudo, por deixarem parecer uma certa insegurança quanto à validade dos questionamentos relacionados à moral, afirma a necessidade de levar a sério essas questões. Segundo ele, sobre a moral, “não existem coisas que mais *compensem* serem levadas a sério; sua recompensa está, por exemplo, em que talvez se possa algum dia levá-las na brincadeira, no jovialidade.” (NIETZSCHE, 1998: GM Prólogo, §7) Nietzsche acredita que a validade está no momento em que se procede uma “longa, valente, laboriosa e subterrânea seriedade, uma tal que, admito, não é para todos”. (NIETZSCHE, 1998:GM Prólogo, § 7)

É nesse sentido que se destaca a abordagem da genealogia nietzscheana nesta análise. A crítica de Nietzsche ao grau de ‘importância e seriedade’ dado pelo filósofo do século XIX à questão do valor da moral, será levantada no século XX por Foucault, quando analisou o aparecimento da prisão. Daí porque é necessário traçar uma abordagem sobre a influência da genealogia de Nietzsche nos escritos de Michel Foucault. É o que se pretende trazer a seguir.

A partir da apresentação preliminar da noção de genealogia, é possível, neste momento, verificar de que forma ela foi tomada por Foucault. E é ele mesmo quem se refere a essa sua apropriação de Nietzsche, numa de suas entrevistas:

[...] hoje fico mudo quando se trata de Nietzsche. No tempo em que era professor, dei freqüentemente cursos sobre ele, mas não mais o faria hoje. Se fosse pretensioso, daria como título geral ao que faço “genealogia da moral”.[...] Nietzsche é aquele que ofereceu como alvo essencial ao discurso filosófico, a relação de poder.[...] Quanto a mim, os autores que gosto, eu os utilizo. O único sinal de reconhecimento que se pode ter para um pensamento como o de Nietzsche, é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar. Que os comentários digam se se é ou não fiel, isto não tem o menor interesse. (FOUCAULT, 1985: 143)

Já de início, tem-se nessas palavras de Foucault algum ponto convergente em relação ao pensamento de Nietzsche. Primeiro em relação à forma como Foucault pretende usar sua teoria, como uma ferramenta que pode ser deformada, ou assumir formas a partir de necessidades. O próprio Nietzsche quando comenta sobre a vontade de verdade imposta às leis da natureza pelos físicos, os critica dizendo que seus textos não passam de interpretações. Segundo Nietzsche:

[...] é interpretação, não texto, e bem poderia vir alguém que, com intenção e arte de interpretação opostas, soubesse ler na mesma natureza, tendo em vista os mesmos fenômenos um interprete que lhes colocasse diante dos olhos o caráter não excepcional e peremptório de toda a “vontade de poder”[...]. (NIETZSCHE, ABN 1992: §22)

Nesse sentido, pode-se dizer que Foucault inspirou-se em Nietzsche, ou seja, em criar interpretações. E, isto está de acordo com o que Nietzsche pensa sobre vontade de poder, pois considera que as deformações ocorridas às leis da natureza ocorrem necessariamente devido a vontade de verdade que é **vontade de poder**. E, ao fazer a crítica à vontade de verdade dos físicos, deixa claro que esta crítica é também uma interpretação, quando diz que “[...] acontecendo de também isso ser apenas interpretação e vocês se apressarão em objetar isso, não? bem, tanto melhor!”. (*Idem*: §22.)

É nesse sentido de nova interpretação que se reconhece os traços da genealogia de Nietzsche no trabalho de Foucault. Sobretudo, quando se segue o raciocínio que divide seus escritos em três momentos apresentados por Salma

Muchail, que segue uma leitura aceita nos círculos que estudam os escritos de Foucault, a seguinte classificação:

[...] no primeiro momento, as publicações principais da década de 60, a saber, *História da loucura na idade clássica* (1961), *O Nascimento da clínica* uma arqueologia do olhar médico (1963), *As palavras e as coisas* uma arqueologia das ciências humanas (1966), a *Arqueologia do saber* (1969). No segundo, os dois grandes livros da década de 70, *Vigiar e punir* nascimento da prisão (1975), *A Vontade de saber* - volume I de *História da Sexualidade* (1976). O terceiro compreende os volumes II e III de *História da Sexualidade*, intitulados *O Uso dos Prazeres* e *o Cuidado de si* (1984). (MUCHAIL, 2001, p.80).

O segundo momento é aquele designado como genealogia, o qual tem como eixo temático “[...] a acentuação dos vínculos entre verdade e poder” (MUCHAIL, 2001p.80), ou ainda a articulação entre saber e poder.

Foucault comenta sobre a genealogia, num de seus cursos, no College de France¹, ao referir-se aos vários aspectos do conhecimento, abarcados numa pesquisa genealógica,

[...] chamemos provisoriamente de genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais.[...] não se trata de modo algum, de opor a unidade abstrata da teoria à multiplicidade concreta dos fatos e classificar o especulativo para lhe opor, em forma de cientificismo, o rigor de um conhecimento sistemático.[...] Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados [...] as genealogias são anti-ciência.[...] Trata-se de uma insurreição do saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizados que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa.[...] são efeitos de poder próprios a um discurso considerado como científico que a genealogia deve combater. (FOUCAULT, 1985: 171)

¹ Foucault ministrou os seguintes cursos no College de France: 1971: A vontade de saber;

Essa explicação de Foucault sobre a genealogia que buscou quando redirecionou a questão dos saberes da arqueologia para um enfoque genealógico, pode ser comparada com a explicação de Nietzsche (cf.: NIETZSCHE, ABN 1998: Prólogo, §3) sobre o seu interesse pelo valor da moral. Sobretudo, quando diz que logo ultrapassou a simples questão de buscar a origem do bem e do mal numa causa única e finalista, passando a formular diversas questões, desde as condições em que os valores foram inventados pelo homem até as suas conseqüências em termos de emancipação ou detrimento da própria vida, e, para essa análise, fez a insurreição dos contrários, daquilo que estava renegado como um anti-valor.

Assim, também Foucault vai além da busca sobre as memórias locais que constituíram os saberes e como eles são utilizados nas táticas atuais. Em outras palavras, Foucault está se referindo ao termo **investigação** no sentido da genealogia nietzscheana. Mas, ao ativar saberes considerados anticientíficos, desqualificados, enfim, mostrando sob quais condições (relações de poder) surgem os saberes, Foucault está constituindo, ou colocando as condições para que se constitua uma outra interpretação, diferente da dominante.

Nesse sentido, vê-se que os dois autores foram impulsionados e, talvez por estarem **engajados** na tendência nihilista, escolheram a busca genealógica, absorvida no processo genealógico não por opção, mas por necessidade do presente.

Com a genealogia foi possível que Foucault não apenas descrevesse, ou identificasse os saberes próprios de certos períodos, mas, segundo Salma Muchail, foi possível a ele

[...] explicitar de que maneira o surgimento e o funcionamento, as transformações e o desaparecimento de saberes qualificados têm correlatos indissociáveis nas práticas sociais; não apenas enunciá-las, mas também denunciar as relações que aquelas regras ou condições de surgimento de “verdades” mantêm, recíproca e circularmente, com mecanismo de poder. (MUCHAIL, 2001: 09)

É, portanto, a **vontade de poder** o aspecto que melhor representa a ligação entre Nietzsche e Foucault.

Trata-se de uma configuração da vontade de poder, a qual Nietzsche atribui a todas as coisas como algo que está “operante em todo acontecer” (NIETZSCHE, 1998: II-§12). É nesse sentido que Foucault vê toda a humanidade como uma constante série de interpretações. Assemelha-se, portanto, a Nietzsche ao explicar que, quando se busca o sentido, causa ou função de algo, se chegará apenas às interpretações resultantes da vontade de poder que entra em cena, e que não necessita de relações causais. Portanto, este é mais um argumento que se adequa à genealogia como crítica às valorações autoevidentes. Pois, estando suspensos dos valores cristalizados na vontade de verdade e sob o desconforto da não separação entre homem e mundo, o que não possibilita mais a certeza dos valores objetivados pela razão humana, resta entender que este arcabouço de valorações são interpretações e, entre elas existem àquelas se se tornaram autoevidentes e supostamente inquestionáveis.

A genealogia crítica, ao investigar valores, práticas e saberes por vias secundárias, por exemplo, o Livro Tombo, pode suscitar novas interpretações. Assim, o objetivo dessa pesquisa pretende efetivar-se, para além de apenas mostrar onde estão as origens de certos valores que influenciaram a cultura local de Lages, possibilitando um novo olhar sobre os valores ainda hoje considerados autoevidentes.

Dessas interpretações surgem certos saberes que nas análises de Foucault (1999, 2010, 2001, 2009 e 2004) estão relacionados à ideia de poder. Embora a relação entre poder e saber será tomada adiante, ela é mencionada aqui a fim de ilustrar que se trata de uma interpretação resultante das análises de Foucault a respeito dos saberes, que foi possível devido ao procedimento genealógico que adotou no segundo momento de seus escritos. Segundo Roberto Machado,

[...] percebemos claramente se abrir um novo caminho para as análises históricas[de Foucault] sobre os saberes[...] parte de outra questão.[...] explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes,[...] que os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente política. É essa análise dos saberes, que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-os como peças de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político, que utilizando um termo nietzscheano Foucault chamará de

“genealogia”, para definir o tipo de análise que realiza há alguns anos. (MACHADO, 1981: 187)

Roberto Machado está se referindo ao segundo momento dos escritos de Foucault do período em que a genealogia se efetiva (MUCHAIL, 2001), a partir do livro *Vigiar e Punir*, no qual o próprio Foucault (2004) ao expor o objetivo do livro demonstra claramente o sentido da genealogia:

[...] objetivo deste livro: uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus feitos e mascara sua exorbitante singularidade. (FOUCAULT, 2004: 23)

Segundo Roberto Machado, no bojo das pesquisas de Foucault, e, a partir desse livro, está uma questão central: “[...] o poder e sua importância para a constituição dos saberes” (MACHADO, *op. cit.*: 1881), em outras palavras significa que com a genealogia, Foucault mostra que foram as condições políticas que possibilitaram certos discursos chamados de saberes. Esta questão central é explicitada pelo próprio Foucault (2004) que a apresenta ao se referir aos três modelos de tecnologias do poder de punir na forma de uma questão que é central para entender a genealogia que se processa com *Vigiar e Punir*:

O problema é então o seguinte: como é possível que o terceiro se tenha finalmente imposto? Como o modelo coercivo, corporal, solitário, secreto, do poder de punir substitui o modelo representativo, cênico, significante, público, coletivo? Por que o exercício físico da punição (e que não é suplício) substituiu, com a prisão que é seu suporte institucional, o jogo social dos sinais de castigo, e da festa bastarda que os fazia circular? (FOUCAULT. 2004: 108)

Foucault parte de algo do presente, a prisão, e se lança na busca de suas origens como pertencentes a um modo de exercício de poder que produz saberes sobre os indivíduos, aspecto que pode ficar mais claro nas palavras de Salma Muchail:

Assim, o livro *Vigiar e punir*, por exemplo, faz ver de que modo, em diferentes sociedades historicamente descritas, práticas sociais judiciárias como inquérito ou exame estão vinculadas a tipos diferentes de poder a soberania e a disciplina e articuladas a diferentes configurações de saberes o das ciências da natureza e o das ciências humanas; e, como direção final, o livro diagnostica as articulações entre exame. A disciplina e as ciências humanas na produção dos mesmos efeitos de “normalização” dos indivíduos e de vigilância social na sociedade moderna que ainda é nossa.[...] em suma [...], as análises genealógicas acrescentam-lhe as articulações com exercícios de poderes e conduzem a descrição destas produções historicamente ocorridas na direção da nossa atualidade. (MUCHAIL, 2001 : 9-10)

Salma Muchail comenta sobre alguns dos mecanismos de poder (exame, vigilância etc.) para descrever as circunstâncias nas quais nasceram alguns dos saberes próprios da sociedade moderna. A análise do poder via genealogia permitiu que Foucault olhasse por outra perspectiva as teorias do poder, que não recaem numa teoria na qual o poder significa repressão. Pois Foucault rejeita a teoria da “soma zero” para o poder, a qual diz:

[..] que o poder é *mercadoria rara*, que só podemos possuir *às custas* de outra pessoa. Ou ainda: que o poder que possuo é a contrapartida do fato de que alguém não o possui [...] Se X tem o poder, é preciso que em algum lugar haja um ou vários Y que sejam desprovidos de tal poder. (LEBRUN, 1999: 18)

Em suma, na concepção de Foucault, significa que o poder não existe em si como um ente, como algo que se adquire ou se deixa escapar. Trata-se do “nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda parte na espessura do corpo social.” (LEBRUN, *op. cit.*: 20.)²

Completando, por fim, a noção de genealogia para Foucault, bem como suas raízes nietzscheanas, a contribuição de outro estudioso torna-se relevante.

² Sobre este aspecto, também se trará a contribuição de outros comentadores de Foucault. Entretanto, neste momento, esta teoria sobre o poder apenas aparece como um exemplo do resultado das pesquisas de caráter genealógico.

Para Escobar, genealogia, por ser deveras esclarecida, pode ser considerada uma também uma estratégia. Assim, a questão da vontade de poder de Nietzsche aparece intrínseca nestas características.

Essa abordagem sucinta da genealogia de Nietzsche absorvida nos escritos de Foucault leva a concluir que, em Foucault, não se trata de uma concepção de genealogia diferente daquela presente nas obras de Nietzsche. Enquanto Nietzsche constrói um solo próprio formulando questões que partem em busca desde a origem, até o valor da “moral”, Foucault, sobretudo quando questiona a prisão, utiliza as mesmas formulações para submeter “as verdades dos saberes” a um processo genealógico que não se configura como um “método” para conhecer a verdade, mas como crítica e meio de trazer uma multiplicidade de interpretações que se pretendem verdadeiras. Portanto, a genealogia aqui é compreendida no sentido crítico que orienta o caminho da pesquisa, por isso também método, mas não método que pretende chegar a verdade.

Ainda um aspecto comum que surge nas interpretações dos filósofos diz respeito à denuncia ao “amolecimento do homem moderno”. Tanto a moral vigente estudada por Nietzsche como a disciplina aplicada nas práticas sociais analisadas por Foucault, são fatos que resultaram numa condição para o homem moderno que o impele para uma “atividade maquinal” associada às “pequenas alegrias”. Pois,

[...] a atividade maquinal e o que dela é próprio a absoluta regularidade, a obediência pontual e impensada, o modo de vida fixado uma vez por todas, o preenchimento do tempo, uma certa permissão, mesmo educação para a “impessoalidade”, para o esquecimento de si [...] uma *pequena alegria* que seja de fácil obtenção e possa ser tornada regra; [...] A forma mais frequente em que a alegria é assim prescrita como meio de cura é a alegria de causar alegrias [...] a felicidade da “pequena superioridade”.(NIETZSCHE, 1998: III- §18)

Dessa circunstância do homem moderno apontado por Nietzsche, é que se pode dizer que se configura a sua perspectiva da Moral do rebanho, ou moral gregária, da qual, embora já comentamos sobre sua oposição, a saber, moral do Senhor, merece mais algumas considerações visto que será detectada na análise dos conteúdos do Livro Tombo. E, uma das maneiras dessa moral se estabelecer é

em decorrência dos mecanismos disciplinares apontados por Foucault (a serem expostos no capítulo II), dos quais se configura a sociedade disciplinar.

Como vimos, a genealogia crítica tem como fundamentação teórica a concepção nietzschiana de moral como interpretação moral dos fatos e as relações de poder-saber na sociedade disciplinar. Assim entende-se que a necessidade de trazer o sentido da genealogia crítica realizada por Nietzsche e entendê-la melhor quando exercida por Foucault como metodologia para análise das relações saber poder e sociedade disciplinar trazida no próximo capítulo.

CAPÍTULO II — SABER E PODER E A SOCIEDADE DISCIPLINAR

Este capítulo tem por objetivo dar continuidade ao embasamento teórico da pesquisa e apresentar aqui a estrutura da sociedade disciplinar, a qual se constitui de mecanismos ou dispositivos advindos das relações de poder presentes nessa estrutura social. Foucault (2004) coloca a nu os mecanismos de dominação moral-social, por exemplo a vigilância, até então (ou até hoje) obscuros, camuflados, imperceptíveis e muito eficazes. Com ênfase nas denúncias das relações de poder que se tornaram inquestionáveis nessa estrutura social, pressupõe aqui a compreensão de tais relações e da própria concepção de sociedade disciplinar.

2.1 A RELAÇÃO ENTRE PODER E SABER EM MICHEL FOUCAULT

Para que haja uma compreensão dessa relação intrínseca entre Poder- Saber que permeia as estruturas da Sociedade Disciplinar, traz-se a concepção de poder que Foucault engendra ao dedicar-se aos temas que investigou e que foram apresentados sob o fio condutor, que percorre sua obra, configurando-se como uma grande tema: **Poder**. Através de um método arque-genealógico, segundo Foucault o poder como instrumento de dominação, não seria um fenômeno necessariamente vinculado à política, restrito a certos aspectos de uma organização social. Foucault entende que o poder se dá em relações e não em objetos específicos, e nestas relações o fato de alguém ter o poder, não significa que outrem não o tenha.

Para Foucault (1984), o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outra aqueles que se encontrariam dele aliados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existe sim, ao contrário, práticas ou relações do poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E,

além disso, funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. Sobretudo, sua forma de efetivação e atuação na estrutura social é exercido nas formas mais sutis e quase de maneira imperceptível.

Os Micro-poderes – poderes periféricos e moleculares – não foram confiscados e absorvidos pelo aparelho de Estado. Não são necessariamente criados pelo Estado e, acrescente-se a isto, também não nasceram fora dele. Foram, inevitavelmente, reduzidos a uma forma ou manifestação do aparelho central.

É que nem o controle, nem a destruição do aparelho de Estado, como muitas vezes se pensa – embora, talvez cada vez menos – é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade. Não se trata, porém, de minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes em uma determinada sociedade. (Foucault, 1985, p.XIII.)

Essa dicotomia entre um poder central – Estado – ou periférica – instruções – ou ainda em outras palavras, um nível macro ou micro, visa distinguir as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças de regime política ao nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica de poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo, por exemplo – e que se situa ao nível do próprio corpo social e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e, por isso, podendo ser caracterizado como micropoder. A título de exemplos, pode-se apontar: a relação exercida em sala de aula entre professo-aluno e, além disso, as próprias formas de disposição das carteiras em sala de aula – o que proporciona uma visão por parte do professor de todos os alunos presentes –; no âmbito profissional entre patrão-empregado, e entre várias outras relações.

O Estado não é necessariamente o ponto de partida, nem o ponto absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e nem explica sozinho a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos que, com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho de Estado. (Foucault, 1985, p.149)

A partir do momento que se está vivo, dentro de uma convivência com o outro, exerce-se uma relação de poder, visto que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social.

Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder, há resistências, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem, igualmente, por toda a estrutura do corpo social.

Eu não estou querendo dizer que o aparelho de Estado não seja importante, mas me parece que, entre todas as condições que se deve reunir para não recomençar as primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados. (FOUCAULT, 1985, p. 149).

Foucault mostra através de suas análises, que a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão. Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-la por sua função repressiva. O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, mas controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades.

O Estado acumulou conhecimentos para melhor assegurar o seu funcionamento. O exército e a polícia garantem para a sociedade que os indivíduos serão controlados, não somente pela consciência e pela ideologia, mas também pelo corpo que é uma realidade bio-política.

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele exclui, ele reprime, ele recalca, ele abstrai, ele marca, ele esconde. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo (FOUCAULT, 1985, p.XVI)

As instituições exemplificam tipos específicos de poder, que Foucault chamou de disciplina ou poder disciplinar, que melhor será analisado adiante quando nos determos no conceito de sociedade disciplinar. O Poder é como uma técnica, um instrumento ou métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade.

São formas de um poder que não atuam do exterior, mas trabalham o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial e capitalista.

Em suma, o poder não é um objeto, uma coisa, um prêmio. Ao contrário, uma relação a que nada escapa e, além disso, sendo que nada está isento de poder. Aliás, para Foucault, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder.

As relações entre poder e saber se configuram no pensamento de Foucault (1984, 1985, 2004, 1999, 2001 e 2010) como um tema central e também como um pressuposto teórico para compreensão de outros temas, como, por exemplo, do sujeito constituído.

Captar a concepção da noção poder-saber nas obras de Foucault, no entanto, requer um empreendimento detalhado, cuidadoso e acima de tudo desenvolvido com perspicácia, porque os termos desta relação (poder e saber) se constituem mutuamente. A relação entre saber e poder não se configura como uma teoria geral com aspectos metafísicos e, também, não é amparada por nenhuma outra teoria para ser compreendida. Portanto, existe uma certa dificuldade em apreender essa concepção, reconhecida pelo próprio Foucault. Segundo ele,

[...] essa camada de objetos, melhor, essa camada de relações, é difícil de apreender; e como não se tem teoria geral para apreendê-las, eu sou, se vocês quiserem, um empirista cego, isto quer dizer que estou na pior das situações. Não tenho teoria geral e tampouco instrumentos seguros. (FOUCAULT, 2002a: 331)

Apesar da circunstância insegura apontada por Foucault, ele elabora sua tese a respeito da relação entre **poder** e **saber**, que em síntese significa “que o poder produz saber [...] que não há relação de poder sem constituição correlata com um campo de saber”. (FOUCAULT, 2004: 27)

Nota-se, portanto, que os saberes se produzem num feixe de relações de poder, das quais também podem ser constituintes. No comentário Foucault afirma:

[...] não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 2004: 27)

Sobre o aspecto das relações de poder-saber, Roberto Machado expõe claramente algumas ideias de Foucault, ao escrever:

[...] todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios do saber. A investigação

do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria sua origem, mas a relação de poder que lhes constituem. Não há saber neutro. Todo saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado, é apropriado por ele, que dele se serve como instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial. Mas porque todo saber tem sua gênese em relações de poder. O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. (MACHADO, *in*. FOUCAULT, 1985: XXI)

Nesse sentido, poder e saber podem ser considerados numa relação dialética. Exemplos clássicos das análises realizadas por Foucault que apontam para a tese de que todo saber tem sua gênese nas relações de poder, encontram-se em *Vigiar e Punir* (1975).. Roberto Machado afirma algo correspondente a essa questão:

[...] parece-me, em suma, que a mutação assinalada por livros como *Vigiar e Punir*, de 1975, e *A Vontade de Saber*, de 1976, primeiro volume da *História da Sexualidade*, foi a introdução nas análises históricas da questão do poder como um instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes. Mas é preciso não se equivocar e se arriscar a nada compreender das investigações mais recentes desta genealogia: não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. (MACHADO, IN FOUCAULT, 1985: X)

Também, Merquior (1985) comenta sobre essa nova concepção de Foucault a respeito de saber-poder, sobretudo, em relação ao de poder:

A teoria das práticas discursivas em *Arqueologia do saber* e em *L'Ordre du discours* permanecia presa a uma concepção de poder demasiado negativa, que destacava a coerção, a proibição e a exclusão. Depois de *Vigiar e Punir*, Foucault mudou seu foco. Agora advertia: ' *Temos de deixar de descrever sempre os efeitos do poder*

em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “censura”, “recalca”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção’. [...] a causa do poder é sua capacidade de fazer algo mais do que repressão, tanto quanto a causa de sobrevivência da prisão é uma capacidade de fazer algo mais do que malograr em impedir o crime. (MERQUIOR, 1985: 166-67)

A interdependência desses conceitos se faz num feixe de relações em que o poder ultrapassa a função de reprimir, passando a instituir saberes sobre peculiaridades do indivíduo, sobre seu comportamento; são dados que passam a ter força no seu controle, e nesse sentido também poder sobre ele.

Assim, embora não haja possibilidade de tomar o termo poder de forma totalmente desvinculada do saber, é possível lançar um olhar para essa relação e identificar os delineamentos que configuram o poder na perspectiva apontada no bojo das análises de Foucault, que mostra o poder como **formas de exercício de poder**.

Ciente também, de que a questão do poder é uma problemática que não poderia ser inserida “a qualquer preço numa coerência, numa continuidade linear e sem falhas” é importante trazer os aspectos mais emblemáticos da concepção de poder. (FOUCAULT, 2002a: 331)

É nessa perspectiva que faremos a análise dos registros do Livro Tombo, afim de detectar as relações de poder-saber ali contidas e que, de certa forma se configuraram como instrumentos controladores do comportamento e cultura dos indivíduos, seja por representar um tipo de saber que pode exercer força para estabelecer preconceitos ou valores que se tornaram autoevidentes.

As autoevidências se forjam, sobretudo, por práticas que se naturalizam num corpo social. Logo conhecer os exercícios de poder praticados nas instituições

sociais e que definiram o que Foucault chamou de Sociedade Disciplinar, é fundamental para a análise final, sabe-se que os mesmos mecanismos próprios das relações de poder, sobretudo os micros poderes estão presente na sociedade contemporânea.

O intuito, a seguir, é trazer o conceito de sociedade disciplinar, apontando suas condições de surgimento e os recursos aplicados na instauração desse modelo de sociedade que se estabeleceu entre o final do século XVIII e início do século XIX.

As análises de Foucault sobre as instituições sociais, como a escola, o hospital, a prisão, entre outras, têm um papel fundamental no conceito de sociedade disciplinar. Elas mostraram que as instituições se configuram num modelo denominado por ele como disciplinar. Este modelo traz como característica básica a visibilidade projetada para essas estruturas, propiciando uma vigilância constante e, a partir dela, o registro do que é visto. Tal situação se desencadeia por meio de dispositivos de controle numa relação entre saber-poder, voltada para os indivíduos da sociedade.

Segundo Foucault, na sociedade atual os mecanismos de controle e disciplina da relação de força entre saber-poder continuam atuando, sobretudo nas instituições sociais, justamente pela eficiência de seus resultados sobre os indivíduos.

A sociedade disciplinar foi o grande tema analisado pelo autor em alguns de seus escritos, sobretudo, *Vigiar e Punir* (1975), mas, de uma maneira muito clara foi abordado nas conferências que proferiu em 1973, na PUC do Rio de Janeiro, e que foram agrupadas e publicadas posteriormente. Nesses colóquios, Foucault esclarece ao público: “gostaria que nos situássemos, agora, em fins do século XVIII e início do XIX, no momento em que se constitui o que tentarei analisar nesta e na próxima conferência sob o nome de 'sociedade disciplinar'. A sociedade contemporânea, por razões que explicarei, merece o nome de 'sociedade disciplinar'. (FOUCAULT, 1999: 79)

Assim, para compreender a concepção de Foucault sobre a sociedade disciplinar, é necessário considerar a fundamentação teórica do primeiro capítulo sobre a noção da genealogia e a articulação da relação poder-saber. Critério este,

obrigatório para a elaboração da abordagem sobre as condições de surgimento da sociedade disciplinar, a qual se julga ainda hoje se manifestar.

Portanto, é nesta perspectiva foucaultiana que analisaremos as relações de poder existentes nos registros do Livro Tombo da Catedra de Lages.

Neste contexto, o pesquisador deve estar ciente que não há caminhos prontos, o mesmo é desvendado e reformulado no desenvolver da pesquisa. Nos registros tombados estão conteúdos relacionados aos hábitos e rotinas que se instituem do fazer diário ao de uma cultura local.

Essa análise é para o pesquisador um desafio, pois afazer emergir os efeitos das práticas ali registradas, que muitas vezes passam por despercebidas na ação do cotidiano. Na medida em que o pesquisador interage com o objeto, há possibilidade de uma vasta atividade interrogativa e formativa surgindo através do diálogo cria novas possibilidades de aproximação e descobertas. Ao caminhar para um processo e busca de conhecimento, segundo Duarte (2010) a realidade é construída pela ciência que:

[...] podemos chamar, uma “realidade de segunda ordem”: uma realidade que se apoia naquela em que nos movemos em nosso dia-a-dia. Melhor dizendo: a construção científica partem, inevitavelmente, de nossa (humana) percepção da realidade. (DUARTE, 2000, p. 94)

É neste sentido que, ao trazer a análise devemos ter um olhar para a realidade em que nos movemos em nosso cotidiano. Portanto, percebemos que trata-se de um documento de memórias que passam a fazer parte da construção da história, ao identificar que desde cedo há um compromisso com o contexto social. Halbwacks (1990, p.26) acredita que:

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós:

porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

A genealogia interrogará o porquê político histórico e às continuidades do dispositivo, a heterogeneidade que o perpassa no dito e no não dito como discursos, instituições, organizações arquitetônicas decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos proposições filosóficas morais e filantrópicas.

2.2 AS CONDIÇÕES DE SURGIMENTO DA SOCIEDADE DISCIPLINAR

A concepção da sociedade disciplinar criada por Foucault tem como características fundamentais a organização do espaço e tempo, a vigilância, a registro do comportamento dos indivíduos, a avaliação, sobretudo, por meio do exame. Salma Muchail traz de uma maneira muito objetiva as características da sociedade disciplinar. No seu estudo sobre *O lugar das instituições na sociedade disciplinar*, a autora toma como referencial teórico, as conferências de 1973, e afirma que a sociedade disciplinar,

[...] caracterizando-se, principalmente como modo de organizar o espaço, de controlar o tempo, de vigiar e registrar continuamente o indivíduo e sua conduta, a sociedade disciplinar deu lugar ao nascimento de determinados saberes (os das chamadas ciências humanas), onde o modelo prioritário de estabelecimento da verdade é o “exame”; pelo “exame”, instaura-se, igualmente um modo de poder onde a sujeição não se faz apenas na forma negativa da repressão, mas sobretudo, ao modo mais sutil do adestramento, da produção positiva de comportamentos que definem o “indivíduo” ou o que “deve” dele ele ser segundo o padrão da “normalidade”.(MUCHAIL, in: RIBEIRO, 1985: 198)

Esse modelo de sociedade, que tem o poder de controlar o indivíduo e a população, é possibilitado pelo saber que ela mesmo produz, as chamadas “ciências

do homem”³, aquelas que produzem as positivities, ou seja, saberes que surgem a seu respeito e de seu comportamento a partir do controle de suas atividades vigiadas, foi inspirado numa estrutura arquitetônica criada por Jeremy Bentham (1748-1832), conhecida como Panóptico. A autora diz que “este tipo de sociedade e de poder é perpassado pelo que Foucault denomina ‘panoptismo’” (MUCHAIL, in RIBEIRO, 1985: 199.) Este fato que é analisado pelo genealogista leva-o a constatar que houve uma nova teoria que culminou com os modos contemporâneos relativos às práticas penais.⁴

Surge, portanto, uma nova imagem do criminoso, ou seja, o criminoso passa a ser visto como um rompedor do pacto social, portanto, um inimigo da sociedade, e não mais como um indivíduo que desrespeitou a moral da sociedade e paga pelo seu erro, mas como aquele que ameaça todo o corpo social. Assim, “a lei penal não pode prescrever uma vingança, a redenção de um pecado. [...] A lei penal deve reparar o mal ou impedir que males semelhantes possam ser cometidos contra o corpo social.” (FOUCAULT, 1999: 81-82)

Como reflexo desse novo pensamento, as possibilidades de penas passam a ser a deportação, já que a pessoa que quebrou o pacto social deve ser banida desta sociedade, exilada e sentir-se envergonhada. Contudo, trata-se de uma exclusão que pode ser feita no próprio seio da sociedade com a publicação da infração, de modo que a pessoa se sente humilhada e fica marcada pela sociedade. O trabalho forçado pode ser a reparação do dano social forçando o indivíduo a produzir um trabalho útil à sociedade. Conforme afirma Foucault (2004) seguindo a lógica da Lei

³ “Ciências do Homem” ao invés de “ciências humanas” é a expressão denominada por Edmilson Paschoal, porque ressalta o homem como objeto de conhecimento das ciências humanas, papel dado a ele na sociedade disciplinar, diferente se sujeito de conhecimento sobre o homem, como possibilidade de ser interpretado na expressão ciências humanas

⁴ Essa reformulação teórica ocorrida no final do século XVIII foi pensada por Beccaria, Bentham, Brissot e legisladores dos códigos penais do Novo Regime Francês. Segundo Foucault, estes revolucionários propunham: dissociar crime ou infração, no sentido penal, da moral religiosa. Pois estes crimes se constituem, exclusivamente, em ruptura com a lei civil explícita; uma vez que o nocivo ao pacto social deve ser repreendido, a lei penal deve se restringir à representação daquilo que é útil à sociedade; e, consoante aos princípios anteriores, assevera-se que o crime é danoso à sociedade, e não um pecado ou falta moral. (FOUCAULT, 1985: 81-82).

do Talião: mata-se quem matou, tomam-se os bens de quem roubou de forma a reprimir o dano, ou seja, inviabilizando-o.

Foucault (1985) analisa particularmente a França e a Inglaterra para mostrar os aspectos contraditórios desse fato e expõe as relações de poder que configuraram as formas jurídicas desse período, bem como o tipo de saber e de sujeito do conhecimento que sustentavam tais formas jurídicas.

Na França, a forma de exercício de poder aconteceu de maneira um pouco diferente da Inglaterra⁵.Dentre as instituições da polícia francesa se achavam as *lettres-de-cachet*, que eram uma ordem do rei a um indivíduo, obrigando-o a fazer alguma coisa, sendo na maioria das vezes um instrumento de punição. "Ela era um dos grandes instrumentos de poder da monarquia absoluta." (FOUCAULT, 1999: 96)

Apesar disso as *lettres-de-cachet* na maioria das vezes não eram enviadas por iniciativa do rei. Na sua maioria eram solicitadas por diversos indivíduos: maridos ultrajados, pais de famílias descontentes, comunidades religiosas incomodadas etc. Estes indivíduos solicitavam aos intendentos do rei uma *lettre-de-cachet* contra uma pessoa, pedido este que passava por um inquérito para averiguar a veracidade da queixa. Quando o pedido era correto solicitavam a emissão ao ministro do rei encarregado do assunto. Dessa forma as *lettres-de-cachet*, instrumentos de arbitrariedade do monarca, se tornam de forma espontânea em instrumento de controle de baixo para cima, que a comunidade exercia sobre si mesma.

Quando a *lettre-de-cachet* assumia caráter punitivo, tinha como resultado a prisão, que não era uma pena no sistema penal francês àquela altura. Era sim punições de condenação à morte, ser queimado, ser esquartejado etc., porque até então estar preso significava estar aguardando a punição. Entretanto, a prisão torna-se a grande punição do século XIX, substancialmente pela prática judiciária das *lettres-de-cachet*.

⁵ A França vivia um momento histórico distinto do inglês, esteve imersa no absolutismo monárquico 150 anos a mais que os ingleses, o processo foi bastante diferente. O aparelho judiciário do Estado absolutista francês era apoiado em um instrumento judiciário clássico (os parlamentos, as cortes, etc) e em um instrumento para-judiciário, a polícia.

Diante dessa retrospectiva histórica, Foucault chega à conclusão de que foram as práticas extrapenais que tornaram possíveis que as grandes teorias de Beccaria e outros pudessem ser esquecidas ou substituídas por uma outra prática jurídica totalmente diferente da planejada. Sentido de genealogia como crítica, desvendou o inquestionável, ou seja, as “práticas extrapenais”

Contudo, Foucault levanta uma dúvida: "por que o poder ou aqueles que o detinham retomaram esses mecanismos de controle situados ao nível mais baixo da população?" (FOUCAULT, 1999: 100)

Ele aponta a resposta a esta questão, primeiramente, como sendo a mudança que sofreu a materialidade da riqueza naquele período. Pois,

[...] a riqueza dos séculos XVI e XVII era essencialmente constituída pela fortuna de terras, por espécies monetárias ou eventualmente por letras de câmbio que os indivíduos podiam trocar. No século XVIII aparece uma forma de riqueza que é agora investida no interior de um novo tipo de materialidade não mais monetária; que é investida em mercadorias, estoques, máquinas, oficinas, matérias-primas, mercadorias que estão para ser expedidas, etc. E o nascimento do capitalismo ou a transformação e aceleração da instalação do capitalismo vai se traduzir neste novo modo da fortuna se investir materialmente. (FOUCAULT, 1999: 100)

Assim, com essa nova situação, "toda essa população de gente pobre, de desempregados, de pessoas que procuram trabalho tem agora uma espécie de contato direto com a riqueza." (FOUCAULT, 1999: 100-101) Daí a necessidade de se implantarem mecanismos de controle sobre essa nova forma de fortuna, ou seja, por meio de técnicas e recursos disciplinares, sobretudo o exame por ter a função de trazer a “verdade” confortante para o homem moderno.

Na Inglaterra, o sistema de sociedade disciplinar é percebido por Foucault, ao fazer a análise de associações que surgiram e que apresentaram três deslocamentos bem peculiares.

Trata-se, primeiramente dos movimentos populares ligados a grupos religiosos que tinham como objetivo se organizar para suprimir os vícios. Estes grupos estavam ancorados nos princípios morais e se constituíam naquilo que se

entendia como o nível mais baixo da sociedade (FOUCAULT, 1999). Respondiam pela sua comunidade perante um fiscal, e assim mantinham o controle. Porém na sua análise, Foucault conclui que em verdade, o que se queria era escapar ao poder político, à legislação penal, ainda muito rígida. Pois, no início do século XVIII, quase 300 casos previstos em lei eram passíveis de enforcamento. Ou seja, "este esforço de penalidade autônoma era uma maneira de escapar à penalidade estatal." (FOUCAULT, 1999: 93) Depois surgem sociedades encarregadas de suprimir o mal, já um pouco mais distantes da dos grupos religiosos, mas ainda sobre o controle deles. Contudo, um outro deslocamento acontece, o controle desses movimentos passam para as mãos da classe burguesa e aristocrata, que não visa mais a um controle em função de um plano moral, mas sim, penal. Esse controle "se torna assim um instrumento de poder das classes ricas sobre as classes pobres, das classes que exploram sobre as classes exploradas [...]." (FOUCAULT, 1999: 94) Esse deslocamento decorre da ameaça de revolta das classes populares e exploradas. É a questão do medo urbano que está presente. Formam-se assim os grupos de caráter paramilitar, como a Infantaria Militar de Londres, a Companhia de Artilharia etc.

Foucault ainda aponta para uma segunda razão para o controle social mais efetivo no final do século XVIII. Corresponde ao fato de que, tanto na França quanto na Inglaterra, a propriedade de terras vai sofrer mudanças na sua forma. Com a multiplicação das pequenas propriedades e sua delimitação desaparecem os grandes espaços desertos ou pouco cultivados e ainda as propriedades comuns em que todos podiam cultivar e viver. Conseqüentemente essas pequenas propriedades vão sofrer uma série de depredações, sendo que inclusive "um dos grandes problemas da revolução Francesa foi de fazer desaparecer este tipo de rapina camponesa. [...] Foi, portanto essa nova divisão espacial e social da riqueza industrial e agrícola que tornou necessários novos controles sociais no fim do século XVIII." (FOUCAULT, 1999: 102) Trata-se de uma divisão social que se fez pela governamentalidade que pretendia controlar pelo viés da moralização.

Todavia, o início do século XIX consolida algo inédito: a prisão, como prática penal. Esta modalidade, exterior ao projeto de aplicação de penas do final do século XVIII e que se difundiu no século XIX, diverge do que havia sido projetado pelos

reformuladores da teoria. As práticas penais revolucionárias do Novo Regime caíram em desuso com a ascensão da prisão. Nela, a penalização do século XIX se transforma em controle nem tanto para verificar se as ações cometidas estão de acordo ou não com a lei, mas no âmbito do que os indivíduos podem fazer, (FOUCAULT, 1999: 85) no sentido de sua periculosidade. Uma vez que

[...] a grande noção da criminologia e da penalidade em fins do século XIX foi a escandalosa noção, em termos de teoria penal, de periculosidade. A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam. O último ponto capital que a teoria penal coloca em questão ainda mais fortemente do que Beccaria é que, para assegurar o controle dos indivíduos — que não é mais reação penal ao que eles fizeram, mas controle de seu comportamento no momento mesmo em que ele se esboça — a instituição não pode mais estar inteiramente em mãos de um poder autônomo: o poder judiciário. (FOUCAULT, 1999: 85)

Esse novo modelo jurídico descentralizou a instrução penal da exclusividade do poder jurídico, para uma multiplicidade paralela de outros poderes de vigilância, como a polícia, e de correção, como as clínicas psicológicas, médicas, instituições pedagógicas etc. Assim, amplia-se o conceito de governar, que de uma prática que já estava sendo estendida por diversos papéis sociais, como o “pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo,” (FOUCAULT, 1985: 280) passa, por meio da disciplina, a gerir a população tendo as instituições como instrumento nessa nova forma de ‘governamentalidade’. Portanto, a prisão é tomada aqui como um dos exemplos que suporta a idéia dessa nova forma de controle da população.

Sobre essa questão da nova forma de ‘governamentalidade’, que se torna central, principalmente quanto às técnicas e aos recursos utilizados nas instituições que passam a exercer uma forma de poder específica e um conjunto de saberes, é importante apontar para suas fontes inspiradoras.

Para Foucault, o tempo que enfatiza a correção, o controle social, é a "idade da ortopedia social", sob a ideia do Panóptico de Jeremy Bentham:

O *Panopticon* era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando a sua loucura, etc. Na torre central havia um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o interior e para o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda a cela; não havia nela nenhum ponto de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante que o observava através de venezianas, de postigos semi-cerrados de modo a poder ver tudo sem que ninguém ao contrário pudesse vê-lo. Para Bentham esta pequena e maravilhosa astúcia arquitetônica podia ser utilizada por uma série de instituições. O *Panopticon* é a utopia de uma sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos — utopia que efetivamente se realizou. Este tipo de poder pode perfeitamente receber o nome de panoptismo. Vivemos em uma sociedade onde reina o panoptismo. (FOUCAULT, 1999: 87)

No entanto, um dos primeiros exemplos dessa visibilidade isolante aconteceu antes de Bentham criar o panóptico, trata-se da proposta para os dormitórios da Escola Militar de Paris, em 1751, onde “cada aluno devia dispor de uma cela envidraçada onde ele podia ser visto durante a noite sem ter nenhum contato com seus colegas, nem mesmo com os empregados” (FOUCAULT, 1985: 211). Nessa escola, outras situações foram observadas pelo irmão de Bentham que a visitou. Também outras situações já manifestavam o efeito da visibilidade e, sobretudo, “a existência de um ponto central que deve ser o local de exercício de poder e, ao mesmo tempo, o lugar do registro do saber” (FOUCAULT, 1985: 211). Entretanto, para Foucault,

[...] se a ideia do panopticon é anterior a Bentham, na verdade foi Bentham que a formulou. E batizou. A própria palavra “panopticon” é fundamental. Designa um princípio de conjunto. Sendo assim, Bentham não imaginou simplesmente uma figura arquitetural

destinada a resolver um problema específico, como o da prisão, o da escola, ou dos hospitais. Ele anuncia uma verdadeira invenção que ele diz ser o “ovo de Colombo”. E, na verdade, é aquilo que os médicos, os penalistas, os industriais,, os educadores, procuravam que Bentham lhes propõe: ele descobriu uma tecnologia de poder própria para resolver os problemas de vigilância. (FOUCAULT, 1985: 211)

Segundo Foucault, no início da Idade Moderna passou-se a viver em uma sociedade panóptica, não mais pautada, como na Idade Média no inquérito, mas na vigilância, no exame. Não se trata mais de inquirir para reconstituir um evento passado, mas de vigiar, examinar permanentemente os indivíduos, para saber como se conduzem, se são normais ou não. E, segundo o autor, ainda se vive nesse modelo de sociedade, porém, os procedimentos do poder colocados em prática se diversificaram, multiplicaram-se e se sofisticaram.

Com essa breve síntese do contexto histórico-político-econômico analisado por Foucault, têm-se as condições e circunstâncias que, na sua visão, deram origem, no final do século XVIII, à sociedade disciplinar, ou seja, a tomada pelo poder estatal dos mecanismos de controle social de origem popular, fato que foi possível devido ao que Foucault denominou de panoptismo.

Prossegue-se, portanto, com o intuito de mostrar o princípio geral sob o qual foi possível o estabelecimento do modelo de sociedade disciplinar também chamada de panóptica, a saber, a sociedade da vigilância.

2.3. A VIGILÂNCIA: CARACTERÍSTICA BÁSICA DA SOCIEDADE DISCIPLINAR

Na 5ª Conferência de “A verdade e as Formas Jurídicas” Michel Foucault analisa a maneira como foi institucionalizada a sociedade disciplinar, ou seja, por meio do que denominou de “um ‘dispositivo’ articulador das relações entre produção de saberes e modos de exercício de poder”(MUCHAIL, in: RIBEIRO, 1985: 198) que tem como elementos constitutivos as instituições disciplinares baseadas no

panoptismo. Trata-se das fábricas, hospitais, escolas, casas de correção, prisões etc.

Segundo Foucault, o panoptismo é um dos traços característicos da nossa sociedade, no que diz respeito ao princípio geral da vigilância, que tem como instrumento o controle dos corpos em função do tempo. Embora Foucault não analise todas as instituições em que são atualizadas as características do panoptismo, próprias a sociedade moderna, industrial e capitalista, o que ele pretende é,

[...] apreender este panoptismo, essa vigilância na base, no lugar em que aparece talvez menos claramente, em que está mais afastado do centro da decisão, do poder do Estado; mostrar como este panoptismo existe, ao nível mais simples e no funcionamento quotidiano de instituições que enquadram a vida e os corpos dos indivíduos; o panoptismo, ao nível, portanto, da existência individual. (FOUCAULT, 1999: 107.)

A vigilância entendida como característica básica das instituições disciplinares se configura como uma vigilância,

[...] que é “ao mesmo tempo global e individualizante”, onde o “anteparo da escuridão” é substituído por uma “visibilidade isolante”, vai se constituindo então um tipo de poder que se exerce “por transparências”, uma dominação que se faz como que por “iluminação.” (MUCHAIL, in: RIBEIRO, 1985: 201)

Foucault salienta que a vigilância de alguém (mestre-escola, chefe da oficina, médico, psiquiatra, diretor de prisão) direcionada constantemente sobre os indivíduos exerce um poder que ao mesmo tempo em que vigia, constitui sobre ele um certo saber que fiscaliza seu comportamento diante das regras da instituição, que o enquadra num comportamento desejável. Pois, as instituições significam as fábricas, escolas, hospitais, prisão e, apesar de serem denominadas por Foucault de

“instituição de seqüestro”, elas não têm o objetivo de exclusão daqueles que estão fora da normalidade, como explica Salma Tannus Muchail, “em razão de que a reclusão que elas operam não pretende propriamente ‘excluir’ o indivíduo recluso, mas antes, ‘incluir-lo’ num sistema normalizador” (MUCHAIL, in: RIBEIRO, 1985: 200). Isto explica uma das funções das instituições de seqüestro que...

[...] através destes jogos de poder e do saber, poder múltiplo e saber que interfere e se exerce simultaneamente nestas instituições, temos a transformação da força do tempo e da força de trabalho e sua integração com na produção. Que o tempo da vida se torne tempo de trabalho, que o tempo de trabalho se torne força de trabalho, que a força de trabalho se torne força produtiva. (FOUCAULT, 1999: 122)

Trata-se, sobretudo da inclusão do indivíduo à sociedade disciplinar, mediante o poder instalado pelas instituições. Um poder que, segundo Foucault, “em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura liga-las para multiplica-las e utiliza-las num todo.” (FOUCAULT, 2004: 143) Salma Muchail, se refere a esse poder como um poder que “[...] se desdobra em múltiplos caracteres que, esquematicamente, podemos designar econômicos, políticos, judiciários e epistemológicos.” (MUCHAIL, in: RIBEIRO, 1985: 204.)

A forma mais eficaz para as instituições exercerem esse poder foi, portanto, a aplicação da técnica da visibilidade, entendida como princípio geral da sociedade disciplinar. Foucault afirma que

[...] o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. Lentamente, no decorrer da época clássica, são construídos esses ‘observatórios’ da multiplicidade humana para as quais a história das ciências guardou tão poucos elogios. Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver

sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-los. (FOUCAULT, 2004: 143-144)

A vigilância proporciona o êxito no desempenho das funções institucionais, ao implantar um instrumento que possibilite que ela atue constantemente, mantendo-se “onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível.” (FOUCAULT, 2004: 176) Trata-se do controle exercido por técnicas e recursos para controlar o tempo e os corpos, que funcionam como dispositivos que viabilizam, sobretudo, o caráter epistemológico do poder.

O **controle**, portanto, é o segundo aspecto relevante da sociedade disciplinar. O controle do tempo era feito pela programação contínua do tempo das atividades “não só nas fábricas, como nas escolas, nas prisões, nos orfanatos, nos hospitais, nas casas de correção, etc., como um dos nós que amarram esta rede de instituições.” (MUCHAIL, *in* :RIBEIRO, 1985: 203) Trata-se de controlar além as atividades produtivas, o tempo de lazer, descanso, de prazer, pois a função das instituições é “transformar todo o tempo dos homens em tempo de trabalho”.(MUCHAIL, *in* :RIBEIRO, 1985: 203)

O controle da atividade é analisado por Foucault que se reporta ao século XVII, no qual se inicia a busca pelo estabelecimento do tempo industrial. Segundo ele, “[...] no século XVII, o regulamento das grandes manufaturas precisava os exercícios que deviam escandir o trabalho.” (FOUCAULT, 2004: 128). Assim, toda uma disciplina, com o apoio das congregações, se estendeu nas fábricas, escolas elementares onde a divisão do tempo tornou-se cada vez mais esmiuçante. Mesmo no século XIX, nas escolas militares, o tempo foi controlado com o apoio da disciplina dos conventos. Conforme relata Foucault, no início do século XIX, na França, “serão propostos para a escola mútua horários como o seguinte: 8,45 entrada do monitor, 8,52 chamada do monitor, 8,56 entrada das crianças e oração, 9 horas entrada nos bancos, 9,04 primeira lousa, 9,08 fim do ditado, 9,12 segunda lousa, etc.” (FOUCAULT, 2004: 128) O que é definido nesse período não é propriamente o tempo, mas um programa de atividades que se define como

[...] uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento. O ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder.” (FOUCAULT, 2004: 129)

O controle do tempo possibilitou o alcance de um objetivo maior da sociedade disciplinar: produzir corpos dóceis e úteis. Essa forma de exercício de poder criou mecanismos utilizando o princípio da visibilidade para produzir corpos dóceis, por meio das instituições disciplinares. Foucault faz sua análise, constatando que foi a partir de um estereótipo de soldado ideal no século XVII, que foi possível criar uma máquina de disciplinarizar ou mesmo fabricar corpos dóceis, considerados ideais pela sua utilidade e facilidade de dominação. Segundo Foucault,

[...] houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto de alvo e poder.[...] Não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhar detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível da mecânica”. [...] A modalidade enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’.[...] Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (FOUCAULT, 2004: 117-118).

A visibilidade da máquina panóptica inserida nas instituições que têm como função produzir corpos dóceis e úteis, consegue, portanto, atingir o propósito da disciplina que seria o aumento do domínio do próprio corpo. Para isso, forma-se uma política das coerções que, segundo Foucault,

[...] são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma 'anatomia política', que é também igualmente uma 'mecânica do poder', está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. [...] A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: Ela dissocia o poder do corpo; [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 2004: 119)

Assim, por meio da vigilância que resulta na disciplina, conseguem-se resultados eficientes que se estendem por todo o corpo social. Ela forma uma nova anatomia política, numa multiplicidade de processos de origens e aplicações diferentes, mas que configuram o mesmo método disciplinar. É nesse sentido que se entende o aspecto polivalente do poder disciplinar. Segundo Foucault, “[...] a formação da sociedade disciplinar está ligada a um certo número de amplos processos históricos no interior dos quais ela tem lugar: econômicos, jurídico-políticos, científicos, enfim.” (FOUCAULT, 2004: 179.) Inclui-se aqui o esquema apontado por Salma Muchail, citado anteriormente(Cf., MUCHAIL, 2001, p. 10), sobre o aspecto polimorfo e por isso polivalente do poder disciplinar exercido nas instituições, porque ele se desdobra em diversos caracteres, ou formas que desempenham funções diferentes na sociedade. Trata-se do caráter econômico, político, judiciário e epistemológico. Sobre cada um deles, a autora afirma que:

[...] o caráter econômico do poder disciplinar é evidente[...]. Mas ao caráter econômico se atrela o político: “As pessoas que dirigem estas instituições se delegam o direito de dar ordens, de estabelecer regulamentos, de tomar medidas, de expulsar indivíduos, aceitar outros, etc.” Ambos, o econômico e o político, se articulam no judiciário: “nestas instituições,[...] se tem o direito de punir e compensar, se tem o poder de fazer comparecer diante das instâncias de julgamento”.[...] Poder econômico, poder político, poder judiciário, o poder instalado nas instituições disciplinares é também epistemológico, isto é, produz saberes. E os produz duplamente:

quer extraindo saber *dos* indivíduos, quer elaborando saber *sobre* os indivíduos. (MUCHAIL, *in*: RIBEIRO, 1985: 205)

Dessa articulação entre aos caracteres do poder disciplinar, talvez, o caráter **epistemológico** seja o grande efeito mantenedor do sucesso da disciplina como formadora da sociedade, pois, ao produzir novos saberes que emergem das relações de poder que envolvem técnicas disciplinares, a disciplina se auto-alimenta do poder do contido nesses saberes. Mas, com certeza, trata-se do núcleo do pensamento de Foucault, ou seja, a articulação entre poder e saber. E, a vigilância, sendo característica básica da sociedade disciplinar, atua nessa produção de saberes, que fica clara no exemplo seguinte:

Um exemplo de saber extraído *dos* indivíduos ocorre em instituições como fábricas, onde o saber do operário a respeito de seu próprio trabalho, nascido de seu a prática, e constantemente submetido á vigilância e ao registro, fornece os elementos para gerar saber acerca da produção. Por sua vez, os saberes *sobre* o indivíduo nascem das observações, das classificações, das anotações, que se fazem sobre o doente, sobre o criminoso, sobre a criança etc.(MUCHAIL, *in*: RIBEIRO, 1985: 205)

É dessa forma que a disciplina se efetiva por meio de técnicas que consideram uma “observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para o controle e utilização dos homens” (FOUCAULT, 2004:121). Pelas técnicas utilizadas no controle dos homens, se exemplifica, se exemplifica quais e como os valores ou regras se tornam outo evidentes. Com a análise de Foucault há uma implosão desses valores, o tempo por exemplo, nos nossos dias atuais, pode deixar de ser instrumento de controle e passar a ser o alvo do nosso do nosso controle consciente.

2.3.1 AS TÉCNICAS UTILIZADAS NO CUMPRIMENTO DAS FUNÇÕES DAS INSTITUIÇÕES DISCIPLINARES

As técnicas de vigilância e controle do tempo são justamente o que acaba por se tornar inquestionável, de modo que o exercício de genealogia crítica é pôr em evidência tais inquestionabilidades.

Começa a Articulando-se ainda a essas funções das instituições de controle do tempo e dos corpos, alguns recursos tornam-se relevantes para a eficácia das disciplinas. Trata-se da arte da distribuição, da sanção normalizadora e do exame.

Um exemplo da arte das distribuições, aplicado nas instituições escolares se reflete na posição da fila. A partir de 1762, o espaço escolar se desdobra. A classe torna-se homogênea, ela apenas se compõe de elementos individuais, todos submetidos aos olhares do mestre, conforme explica Foucault:

A ordenação por fileiras, no século XVIII, definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana, de mês, de ano em ano,...]. [enfim] E nesse conjunto de alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo, numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores ou dos méritos. (FOUCAULT, 2004:126)

Com esse exemplo da utilização da técnica da arte da distribuição, a questão do poder instituído a certos saberes, lhes conferindo estatuto, passa a também ser exemplificada nesse procedimento. Também é o momento em que se configura uma nova forma de exercício de poder que gera saber. Esse mecanismo procriador do novo saber que é desvelado por Foucault, é o resultado da sua genealogia crítica.

O saber resultante da vigilância, organizado em torno da norma pelo controle dos indivíduos no decorrer de sua existência, “[...] é a base do poder, a forma de saber-poder que vai dar lugar não às grandes ciências de observação como no caso do inquérito, mas ao que chamamos ciências humanas: Psiquiatria, Psicologia, Sociologia, etc.” (FOUCAULT, 1999: 88)

Quanto à sanção normalizadora, trata-se de um dos recursos utilizados para o bom adestramento. É um mecanismo penal que funciona na essência de todos os sistemas disciplinares, que passam a ser autoevidentes; considerando que a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir que se configura como um modelo reduzido do tribunal. Segundo Foucault,

[...] na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. [...] Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), a maneira de ser (grosseria, desobediência), os discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão desde o castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se ao mesmo tempo de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo que possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. (FOUCAULT, 2004: 149)

O poder que se enraíza por meio da punição traz, portanto, a normalização, ou seja, a aceitação de um conjunto de regras que ao serem cumpridas levam e mantêm o indivíduo dentro de padrões considerados “normais”. Assim, se estabelecem as normas de comportamento disciplinar para todas as instituições e, com a coerção ao não cumprimento dessas normas citadas acima, consegue-se homogeneidade, que também passa a ser regra, inibindo a diversidade dos indivíduos. Nesse sentido, a sanção normalizadora contribui eficientemente para o controle dos indivíduos.

Por fim, o exame é apresentado por Foucault como o dispositivo fundamental para o exercício da disciplina e, sobretudo, o recurso mais eficaz na produção de saberes, que configura o caráter epistemológico do poder disciplinar. É por meio do exame que se obtêm os dados que ao serem manipulados por aquele que compõem a hierarquia da vigilância (FOUCAULT, 2004:143 e seguintes.) se transformam em saberes. Ele articula as “técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que

normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 2004: 154). É esse o motivo que faz com que o exame seja, segundo Foucault, “altamente ritualizado.[...] a superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o brilho visível.” (FOUCAULT, 2004: 154)

O exame é o mecanismo que melhor apresenta a relação entre saber-poder. Ele liga a autoridade de certos tipos de saber a certos exercícios de poder. (FOUCAULT, 2004: 156)

Um dos exemplos citados por Foucault se refere ao saber da medicina que passa a incluir o exame como uma prática contínua e rotineira. Foucault relata como essa prática foi se inserindo gradativamente nas instituições, fornecendo todo um campo epistemológico para a medicina daquele período, a partir do registro que passou a ser elaborado nas visitas do médico aos pacientes. O caráter de sedimentação dessa prática é, simultaneamente, o processo de tornar essa mesma prática autoevidente. O que Foucault está fazendo é justamente pôr a nu a prática mesma que se tornou evidente e inquestionável.

Segundo ele,

[...] a inspeção de antigamente, descontínua e rápida, se transforma em uma observação regular que coloca o doente em uma situação de exame perpétuo. Com duas conseqüências: na hierarquia interna, o médico, elemento até então exterior, começa a suplantiar o pessoal religioso e a lhe confiar um papel determinado mas subordinado, na técnica do exame; aparece então a categoria do “enfermeiro”; quanto ao próprio hospital, que era antes de tudo um local de assistência, vai tornar-se local de formação e aperfeiçoamento científico: viravolta das relações de poder e constituição de um saber. O hospital bem “disciplinado” constituirá o local adequado da “disciplina” médica; esta poderá então perder seu caráter textual e encontrar suas referências menos na tradição dos autores decisivos que num campo de objetos perpetuamente oferecidos ao exame. (FOUCAULT, 2004: 155)

Assim, o exame passou a constituir-se como uma técnica dotada de poder, capaz de extrair saberes. Foucault Também aponta para outras instituições da sociedade, que do mesmo modo foram se tornando um aparelho de exame. Pode-se adiantar aqui uma comparação com os registros do Livro Tombo, de certa forma como uma prática rotineira, dotada de poder pela sua oficialidade, donde se pode extrair saberes e estes tornarem-se autoevidentes, tal como será analisado no próximo capítulo.

Trazer o exemplo da escola também torna-se importante para mostrar que desde o século XVII a instituição escolar mantém esse mecanismo que coloca o exame numa relação de poder e saber. Aspecto este de grande valia para a pesquisa que se concentra na área da educação porque ainda nos dias atuais o exame é um valor autoevidente que se exerce na relação de poder e saber das escolas. As mudanças que se evidenciaram no decorrer dos séculos apenas retificaram algumas práticas, sobretudo, aquelas que contrariavam os saberes estabelecidos pelas ciências humanas, surgidas no século XIX, que amenizaram o rigor das normas aplicado nas escolas. (FOUCAULT, 2004: 156). Como relata Foucault:

[...] o exame permite ao mestre, ao mesmo tempo em que transmite seu saber, levantar um campo de conhecimento sobre seus alunos. Enquanto que a prova com o que terminava um aprendizado na tradição corporativa validava uma aptidão adquirida a “obra-prima” autenticava uma transmissão de saber já feita o exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre. A escola torna-se o local de elaboração da pedagogia. E do mesmo modo como o processo do exame hospitalar permitiu a liberação epistemológica da medicina, a era da escola “examinatória” marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência. A era das inspeções e das manobras indefinidamente repetidas, no exército, marcou também o desenvolvimento de um imenso saber tático que teve efeito nas guerras napoleônicas. (FOUCAULT, 2004: 156)

O interesse, portanto, em manter o exame sempre próximo do poder disciplinar está, sobretudo, na sua capacidade de assegurar a ordenação das

multiplicidades humanas dentro de um sistema social. Entretanto, o exame faz também a individualidade entrar num campo documentário, constituindo-se em saberes que possuem o poder de controlar as individualidades de maneira global. Assim,

[...] as disciplinas atravessam então o limiar 'tecnológico'. O hospital primeiro, depois a escola, mais tarde ainda a oficina, não foram simplesmente 'postos em ordem' pelas disciplinas; tornaram-se, graças a elas, aparelhos tais que qualquer mecanismo de objetivação pode valer neles como instrumentos de sujeição, e qualquer crescimento de poder dá neles lugar a conhecimentos possíveis; foi a partir desse laço, próprio dos sistemas tecnológicos, que se puderam formar no elemento disciplinar a medicina clínica, a psiquiatria, a psicologia da criança, a psicopedagogia, a racionalização do trabalho. Duplo processo, portanto: arrancada epistemológica a partir de um afinamento das relações de poder; multiplicação dos efeitos de poder graças à formação e a acumulação de novos conhecimentos. (FOUCAULT, 2004: 184-5)

O mecanismo dos exames se mantém pelo fato de que quando exercido na sociedade, traz consigo a propriedade das disciplinas em relação às multiplicidades, ou seja, um exercício de poder com baixo custo, sem possibilidade de fracasso nem de lacunas, e, especificamente se tratando do caráter econômico do poder disciplinar, ele ao mesmo tempo que contribui para o crescimento econômico do poder e o rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce, as instituições, ele promove a docilidade e utilidade de todos os elementos do sistema. (FOUCAULT, 2004: 180)

Portanto, a soma desses mecanismos de controle aplicados por meio de técnicas e recursos que têm como princípio geral a vigilância, constituem o que Foucault denominou de sociedade disciplinar, que, segundo ele, é a nossa sociedade atual. Pois,

[...] não devemos nos enganar: essas técnicas apenas mandam os indivíduos de uma instância disciplinar a outra, e reproduzem, de

uma forma concentrada, ou formalizada, o esquema de poder saber próprio a toda disciplina. O grande inquérito que deu lugar às ciências da natureza destacou-se de seu modelo político-jurídico; o exame, em compensação, continua preso à tecnologia disciplinar. (FOUCAULT, 2004: 186)

É nesse sentido que se pretende identificar algum desses mecanismos presentes no Livro Tombo que se inspira nas palavras — citadas acima — de Foucault.

Entretanto, a prisão é a instituição social que tornou-se emblemática na sociedade disciplinar: Portanto, trazê-la na pesquisa com um tópico específico contribui ainda mais para a compreensão de como a genealogia crítica utilizada por Foucault implode uma valoração que supostamente foi tida como inquestionável, a saber, o positivismo da prisão.

2.3.2 A PRISÃO COMO MODELO PARA A SOCIEDADE DISCIPLINAR

A prisão e o seu funcionamento são como uma grande maquinaria carcerária. Local de vigilância, onde cada passo do detento deve ser minuciosamente observado, deve-se obter um saber individualizado sobre cada detento, ter um perfeito controle de todas as suas ações. As prisões devem ser concebidas como um local de formação para um saber clínico sobre os condenados.

É preciso transformar homens maus em indivíduos dóceis e úteis. Para tanto, basta trabalhar seu corpo, que por seu turno, é pertencente a um indivíduo mecanizado, transformado em máquina, que faz da prisão a peça essencial no conjunto das punições.

O trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade. A prisão não é uma oficina; ela é uma máquina de que os detentos-operários são ao mesmo tempo as engrenagens e os produtos; ela os “ocupa”...(FOUCAULT, 2004, p. 203)

O trabalho representa na sociedade atual a moral, preenche o vazio das crenças e passa por ser o princípio de todo bem. É-se reconhecido como cidadão, quando se tem uma profissão e um emprego. O trabalho devia ser a religião das prisões. Esse trabalho penal, por sua vez não visa o lucro, mas a constituição de uma relação de poder, um sistema de submissão individual e concomitante a um ajustamento do aparelho de produção.

O trabalho pelo qual o condenado atende a suas próprias necessidades requalifica o ladrão em operário dócil. E é nesse ponto que intervém a utilidade de uma retribuição pelo trabalho penal; ela impõe ao detento a forma “moral” do salário como condição de sua existência. O salário faz com que se adquira “amor e hábito” ao trabalho; dá a esses malfeitores que ignoram a diferença entre o meu e o teu, o sentido da propriedade – “daquela que se ganhou com o suor do rosto”, ensina-lhes também, a eles que viveram na dissipação, o que é a previdência, a poupança, o cálculo do futuro; enfim proponho uma medida do trabalho feito, permite avaliar quantitativamente o zelo do detento e os progressos de sua regeneração. (FOUCAULT, 2004, p. 204).

Na prática do convívio na prisão, ocorre que nem tudo é tão simples quanto na teoria, não é tão fácil transformar delinquentes em indivíduos dóceis e úteis ao aparelho de Estado. É aí que entra a disciplina e toda a sua formulação, observação e aplicação. O projeto arquitetônico que melhor exemplifica essa ideia de prisão, denominado de Panóptico, foi elaborado em fins do século XVIII, pelo jurista inglês Jeremy Bentham. A prisão ajusta-se perfeitamente a todas as suas exigências, como uma combinação perfeita. Eis a passagem da “Microfísica do Poder”⁶ que ficou famosa por caracterizar o panóptico:

O princípio é: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte inferior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas

⁶ Também em “Vigiar e Punir” o Panóptico é dissecado.

da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito de contraluz, podem-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. Em suma, inverte-se o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia. (FOUCAULT, 1985, P.210).

Enfim, é de total importância para a sociedade atual, saber que a prisão institucionalizou-se como modelo para todas as outras instituições, seja para demonstrar como utilizam o projeto arquitetônico, seja para analisar sua participação no adestramento, próprio à sociedade disciplinar.

Deixou-se para trás o ritual do suplício, pois o corpo adquiriu nova realidade na sociedade capitalista. Agora ele tem valor de mercado, assim não se vê muitas vantagens em extinguir o corpo num ritual de suplício. Além de ser um processo que custa caro, o crescimento populacional torna impossível que, para cada crime cometido se realize um espetáculo individual de suplício.

Invertem-se as maneiras de vigiar e punir, agora o criminoso não é exposto em praça pública para que o espetáculo aconteça, ele é constantemente vigiado nas prisões e, a punição dá-se por transparências, tudo é dado por iluminação. Pois a escuridão da masmorra que parecia punir, na realidade, era uma forma de abrigar o criminoso.

Descobre-se que a punição dá-se não somente pela repressão, ela adquire uma forma muito mais sutil em seu exercício de punir. A prisão tem uma função estratégica em seu funcionamento na sociedade disciplinar. Seu poder perpassa as grades da cela, pois sua simples existência faz com que os indivíduos sejam adestrados à distância. Só se é considerado um indivíduo normal, desde que seu comportamento siga o padrão imposto pela sociedade. Caso contrário, o indivíduo sabe que a prisão estará aguardando por ele lá fora.

Acontece que o Panopticon é simplesmente o modelo ao qual se ajusta perfeitamente à sociedade capitalista. Ele adaptou-se sutilmente em todas as instituições: no hospital, na escola, no hospital psiquiátrico, na fábrica, na prisão; todas são prova da existência de um adestramento em massa.

Um exemplo claro desse adestramento pode ficar explicado quando Foucault fala dos escritos de Philippe Ariès sob um aspecto bem cotidiano:

Aparece uma arquitetura específica. Philippe Ariès escreveu coisas que me parecem importantes a respeito do fato da casa, até o século XVIII, continuar sendo um espaço indiferenciado. Existem peças: nelas se dorme, se come, se recebe, pouco importa. Depois, pouco a pouco, o espaço se especifica e torna-se funcional. Nós temos um exemplo disto na edificação das cidades operárias dos anos 1830-1870. A família operária será fixada; será prescrito para ela um tipo de moralidade, através da determinação de seu espaço de vida, com uma peça que serve como cozinha e sala de jantar, o quarto dos pais (que é o lugar da procriação) e o quarto das crianças. Às vezes, nos casos mais favoráveis, há o quarto das meninas e o quarto dos meninos. Seria preciso fazer uma “história dos espaços” – que seria ao mesmo tempo uma “história dos prazeres” – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas (FOUCAULT, 1985, p.211)

Notam-se semelhanças entre as instituições disciplinares, desde a forma como são construídas, isto é, a arquitetura tem o mesmo objetivo: disciplinar o indivíduo através da vigilância dos corpos. Seja para transmitir conhecimento ou para aplicar formas de correção, o indivíduo é sempre levado a uma normalização de comportamento.

O espaço organizado da forma como Jeremy Bentham idealizou sua invenção: **a tecnologia do poder**, é apocalíptico. Em um dos artigos da *Microfísica do Poder*, lê-se a seguinte observação de Jean-Pierre Barou afirmando que:

Entretanto, não se percebe se o espaço organizado da forma como Bentham preconiza pode ser utilizado por qualquer um, além daqueles que estão na torre central ou que a visitam. Tem-se a impressão de estar na presença de um mundo infernal do qual ninguém pode escapar, tanto os que olham quanto os que são olhados” (Idem. p. 218).

A complementação de Michel Foucault, segue-se da seguinte maneira:

Sem dúvida é o que há de diabólico nesta idéia assim como em todas as suas concretizações. Não se tem neste caso uma força que seria inteiramente dada a alguém e que este alguém exerceria isoladamente, totalmente sobre os outros; é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. Isto me parece ser a característica das sociedades que se instauram no século XIX. O poder não é substancialmente identificado com o indivíduo que o possuiria ou que o exerceria devido a seu nascimento; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular. Logicamente, nesta máquina ninguém ocupa o mesmo lugar; alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. De modo que eles podem assegurar uma dominação de classe, na medida em que dissociam o poder do domínio individual (FOUCAULT, 1985, . 219)

Dentro da manutenção da sociedade disciplinar, é indispensável um controle do tempo e um controle dos corpos. O tempo é controlado constantemente, seja no horário de trabalho, seja quando se estuda, seja em um hospital e até mesmo quando se está em horário de lazer, o indivíduo é controlado incessantemente. Já que o corpo social é representado pelo corpo do indivíduo, cada corpo é também controlado ininterruptamente. Faz-se necessário **proteger** o corpo daqueles que são os chamados degenerados e criminosos, pois neste novo contexto social, ele é de suma importância, tem valor econômico.

A prisão consegue justificar seu poder de punir utilizando-se de sua ambiguidade, isto é, utilizando-se simultaneamente de sua singularidade e de sua pluralidade, enquanto instituição da sociedade disciplinar.

Singular porque ela mantém uma **diferença** em relação às outras instituições, não são todos os que fazem parte da realidade da instituição prisão, sendo restrita a certa parcela do corpo social, que é considerada marginal. Entretanto, a curiosidade que desperta nas pessoas talvez possa ser explicada, uma vez que

A prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral. “Tenho razão em punir, pois, vocês sabem que é desonesto roubar, matar...” O que é fascinante nas prisões é que nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais ínfimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro,

é inteiramente “justificado”, visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem. (FOUCAULT, 1988, p. 73)

Em contraposição a sua diferença em relação às outras instituições, a prisão serve de modelo para todas as outras, pois todas lhes são semelhantes. Apesar de parecer com as outras, ela existe separadamente para mostrar aos que não estão trancafiados, que não abusem de sua suposta liberdade. Mesmo porque não há como contestar a prisão, pois ela apenas faz o que todas as outras instituições fazem diariamente. Assim, ela inocenta as demais instituições e se inocenta de ser prisão.

A prisão emite dois discursos. Ela diz: “Eis o que é a sociedade; vocês não podem me criticar na medida em que eu faço unicamente aquilo que lhes fazem diariamente na fábrica, na escola, etc. É isso que se encontra na teoria da penalidade ou da criminologia; a prisão não é uma ruptura com o que se passa todos os dias. Mas ao mesmo tempo a prisão emite um outro discurso: “A melhor prova de que vocês não estão na prisão é que eu existo como instituição particular, separada das outras, destinada apenas àqueles que cometeram uma falta contra a lei” (FOUCAULT, 1999, p. 99)

Portanto, o que mantém a prisão como instituição punitiva, por mais de cento e cinquenta anos, é a sua ambiguidade; a sutileza com que ela consegue permear todas as outras instituições e, conseqüentemente, impregnar-se em cada indivíduo sem que ele mesmo a perceba. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a prisão física – com todo seu aparato de controle e vigilância – exerce sua atividade sobre os desviados da sociedade, ela também consegue sobreviver, sobretudo com seus aparatos de controle, invisivelmente, ou antes, sutilmente, em todas as outras instituições de controle que cercam a vida cotidiana.

Relacionar a ambiguidade da prisão com a sedimentação de uma prática que se torna autoevidente, e o papel de Foucault como aquele que desvela tal ambiguidade, na medida em que executa o exercício de genealogia como crítica, pois mostra o quão fascinante é essa sutileza com a qual esse controle disciplinar é

exercido. Pois a própria realidade mostra que o indivíduo não se percebe controlado; prefere, antes, acreditar em sua utópica liberdade. E nada melhor que a prisão para manter a disciplina, ainda que seja de maneira inconsciente.

2.3.3 DA GOVERNAMENTALIDADE OU DO GOVERNO DOS VIVOS

A partir da aula ministrada por Michel Foucault que traz como exemplo a forma de governo do famoso Imperador Romano Sétimo Severo que para reforçar o seu poder organizou a sua corte, a partir de tudo que há na natureza em especial a organização e como estão distribuídos e ordenados os astros no firmamento, desta maneira procura desempenhar o seu papel sobre todos os que viviam sobre o seu governo. Este texto é resultado das aulas ministradas por Michel Foucault no College de France, onde ele proferia duas aulas semanais, em uma disciplina sobre história do pensamento. Este trabalho Foucault, desenvolveu durante a década de 70 e 80 do século passado.

Retomando o texto do Governo dos Vivos, no qual Foucault procura salienta como Sétimo Severo governou entre os séculos II e III, da era cristã. Foucault tem como finalidade mostrar a forma de governo do Imperador Sétimo Severo, que ao construiu seu palácio, e na sala principal do palácio onde aconteciam as audiências, consequentemente, resultado das audiências as sentenças e por vezes era executada a justiça. Esta sala era muito bem representada por seus afrescos registrados na cúpula, que representava o céu do sonho do Imperador e como ele distribuiu as estrelas em conformidade as seus interesses. Com isso, suas intenções ficam bem explicita, quando busca revelar que suas sentenças eram tão bem elaboradas e fundamentadas, como a organização e distribuição das estrelas no céu. Ainda que este céu representado pelo Imperador fosse o céu da sua experiência e de sua vontade de governo. Com isso confirmava o seu poder, não mais pela força e violência, porém de uma maneira dócil, justificava todas as suas ordens e caprichos. Evidentemente com essa forma de agir, ele justificava que não era por acaso que estava ocupando o cargo, mas o destino o pôs ali para desempenhar o poder a ele conferido.

Pois assim confirmava o direito de estar ocupando aquele cargo;

[...]a fortuna do Imperador e o quanto ela era fatal, inevitável, inacessível; mostrar até que ponto era impossível para alguém, qualquer conspirador, qualquer rival, qualquer inimigo, se apossar de seu trono, uma vez que os astros mostravam que a ele estava destinado e que ninguém podia, finalmente, dele valer-se. (ver no texto governo dos vivos)

Tudo isso tem como principal finalidade se assegurar por todo o seu passado que poderia ser conhecido por alguém e que alguém pudesse ter como intenção organizar e conspirar contra o Imperador. No entanto ele procurou que fixasse em suas pinturas na cúpula da sala algo que fosse lido como verdade absoluta, sendo assim ele poderia exercer com tranquilidade o seu poder, pois tinha os astros a seu favor.

Este céu estrelado tão bem representado na cúpula da sala de audiência e que visto por todos que ali deveria sentar-se diante do rei, revelava todo o seu poder, porém em outro cômodo do palácio do rei, que era em um lugar bem reservado e que poucos tinham acesso, isto é, os familiares por serem pessoas de confiança do rei, tinham passagem livre para contemplar um outro céu bem diferente daquele representado na cúpula da sala de audiência, pois esse céu pintado na parte superior do quarto do rei revelava a fragilidade e a insegurança do rei, enquanto o pintado na sala revelava toda força que o rei exercia sobre aqueles que eram governado por ele. Esta prática revela uma genealogia histórica das formas de governo. No entanto, Michel Foucault procura dar destaque em três importantes momentos do exercício do governo dos homens: na Idade Média onde a ordem, obediência e o governo eram regulados pelo Sagrado e devia-se obediência ao Papa; na transição da Idade Média para a Idade Moderna muda-se, em vez do Papa, passa-se agora para os príncipes e todos eram subordinados ao rei; com a decadência dos impérios e com isso o enfraquecimentos dos reis este poder passa a ser assumido pelo povo. Nesta transferência de poder e agora de forma mais democrática o povo deve obediência a si mesmo. No entanto, a obediência nunca foi um valor tão eficaz e é partindo deste enfoque que o filósofo com Foucault, se

posicionou numa análise rigorosa, mostrando que as instituições e as práticas de disciplinarização, de manifestações da verdade, das relações de saber e poder, práticas estas que são exercidas principalmente nas instituições religiosas, nas casa de repouso (asilos), nos hospitais e de maneira bem mais explícita nos que trabalham com a psiquiatria, nas prisões, nas clínicas médicas e nas escolas.

O saber e o poder caminham paralelo um do outro, isto é na medida em que se adquire saber conseqüentemente se detém o poder. O poder é fruto das relações, e jamais se impõe ao saber. Em Foucault o poder esta presente nas condutas e se torna gradualmente permissivo. As aulas transcritas são norteadas pela manifestação da verdade e o exercício desse poder, assim como a necessidade de uma manifestação da verdade que toma a forma de subjetividade para o exercício do poder, e, o que a manifestação da verdade permite conhecer. O poder não é de todo aceitável e inevitável, é uma submissão deliberada, porém livre, é uma obediência voluntária, obviamente livre quando não há nenhuma obrigação legal ou política em questão.

Foucault faz sérios questionamentos sobre o fato de como os indivíduos vão se apropriando do poder, com isto, fica possível entender como identificar a presença do outro em mim nessas relações de poder e pelo poder governar a si mesmo e os outros. Ninguém 'torna-se' só, porque há em cada indivíduo a construção de sua própria história através das técnicas de governar a si mesmo.

Foucault ao citar a história de Sétimo Severo procura fazer uma analogia das formas de poder, quando demonstra que o Imperador buscasse criar em seu palácio, formas de expressar seu modo de governar, impondo suas verdades para que seu poder permanecesse através da racionalidade e não da violência. Formas muito usadas pelos imperadores no século II e III d.C. As pinturas dos astros, do céu estrelado, em lugar estratégico como o teto no lugar onde as audiências e sentenças eram pronunciadas e onde se distribuía a justiça, era para que o poder do rei se assemelhasse ao poder do divindade. Leis que vinham de cima guiadas pela sabedoria celeste. Com objetivo de manter se no poder, era necessário ter uma liturgia que produzisse nos indivíduos certa culpabilidade, isto é, através de um ritual da manifestação da verdade. A pintura por estarem dividida entre dois cômodo do

palácio tinha como finalidade usar de uma metáfora, que podia delinear a magia, o misticismo e a religiosidade, vista na sala, no quarto do Imperador que esta indicando para o ocidente, num local bem reservado ao Imperador e aos íntimos significava a derrubada do império, a morte como fim do poder do império. Assim desconhecendo o fim e o destino do reinado seus súditos permaneceriam guiados por ele. Após esse período de imperadores e reis, o povo seria o condutor das suas próprias condutas. Sétimo Severo era um visionário. Sabia que para governar era necessário conhecer a quem se governa e o meio para se estabelecer este governo.

Para governar existiu e existe ainda na atualidade rituais e formas de manifestação que se transformam em exercício de poder e conseqüentemente na arte de governar. Sem manter esses rituais da corte e seus cerimoniais, não se mantém viva a manifestação da verdade e do poder. Desses modos de governar nascem outros conhecimentos na economia, na política e no conhecimento da sociedade. Com o crescimento desordenado da população faz necessário.

Governar é uma arte que consiste em estabelecer nas relações um ponto de verdade, não a verdade que se opõe ao falso, e sim uma verdade que surge destas relações e que se solidifica em meio ao desconhecido. (FOUCAULT, 2009) O governo se dá na medida em que o poder direciona, domina a direção dos indivíduos e estes numa relação de si mesmos. Pois fica muito, mas cômodo quando eu decido permanecer passivo a ponto de preferir que o outro me diga aquilo que eu devo querer. Nessa relação de poder, quem dirige e quem guia, não precisa necessariamente ser o detentor de abastados conhecimentos científicos e teóricos, uma imposição de conduta basta para gerir uma vida de obediência voluntária. Assim a política se apresenta como imprescindível para ser imposta no direcionamento dos interesses sociais, isto é, alguém tem que dizer quais interesses temos que ter.

A tomada de consciência dos indivíduos de todo processo econômico, de todos os mecanismos de exploração e de dominação e a 'humanização' do homem no sentido de direitos e deveres, de fraternidade e solidariedade, resultaria na não necessidade de haver um governo.

Para o autor não existe ideologia subentendida ou subscrita. A partir do momento em que o indivíduo se submete livremente a aceitar o dito como verdade, ele está se sujeitando, se dobrando ao poder que nesse caso não é negativo, porém se torna positivo, pois aval de todos os indivíduos, pois,

Não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análise não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas dispares, heterogêneas em constante transformação. [...] O que aparece como evidente é a existência de formas do exercício de poder diferentes do Estado, a ele articulada de maneiras variadas e que são inclusive a sua sustentação e atuação eficaz. [...] O objetivo da análise é estabelecer relações entre os saberes — cada um considerado como possuindo positividade específica [...]. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma produtividade. E é justamente este aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não suplicia-lo, mutila-lo mas para aprimora-lo adestra-lo. (MACHADO, in FOUCAULT, 1985, p. X- XI – XIV)

É nesse sentido que a noção de poder em Foucault sustenta a análise que aponta a eficácia e a positividade exercida para consolidar valores e comportamentos sobre uma população doutrinada sob orientações trazidas dos registros dos livros-tombo da Catedral de Lages. Contudo, as relações de poder existem somente a partir do momento em que se aceita a condução e os saberes do outro. Logo, o exercício genealógico crítico, por ser questionador, pode ser considerado uma forma de resistência às redes de poder, visto que não existe lado de fora das redes de poder.

Estar ciente desse aspecto das relações de poder, é fundamental para que se faça, a seguir, a análise dos conteúdos do Livro Tombo, afim de trazer a nu uma valoração tendenciosa utilizada para construir um animal de rebanho.

CAPÍTULO III— LIVRO TOMBO DA CATEDRAL DE LAGES: PROJEÇÃO DE VALORAÇÕES AUTOEVIDENTES

Neste capítulo faremos uma análise Foucaultiana do Livro Tombo da Catedral de Lages, revelando a preocupação da Igreja com a salvação das almas dos católicos, e da perspectiva de pensamento que sustentava as ações eclesásticas, pautada na vigilância e vontade de disciplinarização.

A formação catequética neste período — fins do século XIX e primeiras décadas do XX —, à luz da Doutrina Social da Igreja do Papa Leão XIII, procurava ressaltar a questão do pecado e a figura do Diabo, que decorriam da desobediência dos mandamentos das leis de Deus. Nos lugares públicos onde ocorriam as diversões que fossem alheias aos ensinamentos da Igreja e que não tinham como premissa uma formação teológica, mas sim os atendimentos dos fiéis, membros da Igreja no cumprimento dos sacramentos, podem destacar dois sacramentos principais: batismo e da extrema unção. As figuras morais como pecado e do diabo são justamente conceitos que se tornaram autoevidentes, por isso sedimentados para além de quaisquer questionamentos.

A expressão Tombamento e Livro de Tombo, provém do Direito Português, onde a palavra tombar tem o sentido de registrar, inventariar inscrever bens nos arquivos do Reino. Tal inventário era inscrito em livro próprio que era guardado na Torre do Tombo, a torre albarrã, do castelo de São Jorge, em Lisboa. Ali se guardavam, para além dos referidos Tombo de registo e demarcação de bens e direitos, os documentos da Fazenda, os capítulos das Cortes, os livros de chancelaria, os registos de instituição de morgados e capelas, os testamentos, os forais, as sentenças do juiz dos feitos da Coroa, as bulas papais, os tratados internacionais, a correspondência régia e muitos outros documentos oficiais da

história do país, e muitos referentes à História do Brasil. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ, 2014, [s.p.]

A Catedral de Lages teve sua trajetória registrada no Livro Tombo, na verdade em vários livros que aqui denominamos de tomos, dos quais, sete soubemos existirem, a saber:

Tomo I de 1766 a 1843; Tomo II de 1843 a 1897; Tomo III de 1898 a 1903; Tomo IV de 1904 a 1919; Tomo V, 1920 a 1938; Tomo VI de 1939 a 1985 e Tomo VII, de 1980 a 1999.

Nossa pesquisa selecionou os Tomo III, IV e V, por duas classes de motivos. A primeira, relativa às dificuldades de manuseio e leitura e a segunda, pela importância da época para o presente estudo.

Assim, o estado natural de deterioração pela antiguidade nos fez desistir de consultar os 2 primeiros tomos. Fotocopiámos todos — incluindo os dois primeiros tomos — mas consultamos apenas cinco, a partir do terceiro com registros a partir de 1898 e fizemos a leitura dos fragmentos mais legíveis — devido ao formato de letra manuscrita e à qualidade da fotocópia. Elegemos, finalmente, os Tomos III, IV e V como objeto de estudo, por considerarmos que o período coberto — 1898 a 1938 — foi o mais profícuo para a pretendida genealogia, pois trata dos momentos de crescimento da Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres desde sua vinculação a São Paulo, Curitiba e Florianópolis e de sua consolidação como Diocese ocorrida em 1929.

Não obstante existirem outras paróquias com seus respectivos Livros-Tombo, o que estudamos, pelo fato de pertencer à Catedral, é de grande importância para entender a influência da cultura local na educação, considerando que as cartas pastorais e documentos prescritivos aí constantes eram divulgados para toda a diocese.

Segundo Costa (1982, p.319) O Morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo, além de indicar o nome da Vila - Vila Nova dos Prazeres, pois a Virgem dos Prazeres era sua advogada, madrinha e padroeira - também recomenda que na bagagem, inclua os paramentos e alfaias para a igreja:

[...] hua bestimenta de damasco vermelho com seus pertences, digo de damasco vermelho e branco, com seus pertences, hua alva de pano de linho lizo, hua toalha de altar de pano de linho lizo com renda estreita, hua dita liza q serve de forro ao altar, hua guarda, hum corporal, hu amito, hu frontal de Damasco branco, e vermelho, hu miçal, hu purificador, Tres sanguinhos, cujos ornamentos são todos velhos, e já com seus remendos, pertencentes ao Colégio dos Jesuítas da Cidade de São Paulo".

O Papa Júlio III criou o primeiro bispado do Brasil em 1551, sediado na Bahia e com Jurisdição sobre toda a então colônia brasileira. Apenas em 1676, o papa Inocêncio XI criou as dioceses de Olinda e Rio de Janeiro. Esta última ficou com a responsabilidade de cuidar pastoralmente do sul do Brasil. Em 1745, o Papa Bento XIV desmembrou da Diocese do Rio de Janeiro a Diocese de São Paulo, sendo que esta então passou a ter jurisdição sobre a região de Lages. Em 1768, Lages foi elevada a paróquia, sob o patrocínio de Nossa Senhora dos Prazeres, como vimos acima, e confiada aos padres diocesanos. A partir de 1891, a paróquia foi atendida pelos padres franciscanos, que posteriormente também assumiriam as providências de organização da nova Diocese. (DIOCESE DE LAGES, 2015, [s.p.])

Em 1892 foi criada a Província Eclesiástica do Rio de Janeiro, com os Bispados sufragâneos de São Paulo e Curitiba. O território catarinense foi incluído neste último, ou seja, a paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres, de Lages, ficou vinculada à Diocese de Curitiba, que por sua vez estava dependente do arcebispado de São Paulo.

O primeiro bispo de Curitiba, Dom José de Barros Camargo (1894-1904) visitou Lages pela primeira vez no ano de 1898. (idem)

O livro tombo da paróquia, portanto, para registrar todas as ocorrências, comumente transcrevia as mensagens do Arcebispado de São Paulo e, com mais frequência, do Bispo de Curitiba.

Muitas provisões constam no livro. Provisão, neste caso, é o registro que se constitui em documento oficial administrativo através do qual os superiores eclesiásticos atribuíam ofícios, cargos, tarefas, autorizavam e instruíam o andamento do trabalho da diocese.

Documentos similares aparecem nos vários tomos, com os nomes de Mandamentos, Circulares, Convocatórias, Licenças, Dispensa de impedimento de matrimônio por consanguinidade, etc.

Constam também no Livro Tombo as doações, inicialmente à capela, depois à paróquia Nossa Senhora dos Prazeres, seguindo à Comarca Eclesiástica de Lages, e posteriormente à Diocese, bem como suas respectivas escrituras.

Antes da genealogia foucaultiana o poder era teorizado como posse de alguns, repressivo, prerrogativa dos dominantes e, em benefício destes, o poder político estaria centralizado no Estado. Foucault deslocou o poder da posse ao exercício, do movimento descendente ao ascendente, do exclusivamente repressivo ao produtor de positivities, da centralidade às instâncias periféricas. Além disso, fez a genealogia do Estado mostrando “governamentalidade” como práticas de governo que têm na população seu objeto, na economia o saber privilegiado, e que, dos dispositivos que essa economia dispõe, emergiu o bio-poder. Neste está explícita toda uma economia política da vida atravessada por dispositivos diversos — que engendram e são engendrados por poder e saber — imbricados aos novos hedonismos, à genética, à bio-ética e à ecologia, dentre outros. Não são ideológicos, porque explícitos, mas tanto sua atualidade como sua internalização na «alma moderna» — talvez já de uma outra Era — não suscitam nessa *psique* contemporânea a vontade de saber a respeito dos mesmos, pois

Nessa humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de encarceramento, objetos para discursos que são eles mesmos elementos dessa estratégia, temos que ouvir o ronco surdo da batalha. (Vigiar e Punir: 269)

As Provisões constantes nos livros pesquisados têm o sentido da governamentalidade, pois referem-se aos modos de como o clero procede para cumprir sua missão.

No tomo III são bastante frequentes as provisões de dispensa matrimonial “[...] em favor dos Oradores [... fulano e fulana...]” tal frequência causou-nos estranhamento, considerando o rigor canônico do qual tal dispensa se reveste.

Todavia, no tomo IV, uma carta de 31 de janeiro de 1908 coloca aos párocos várias exigências a respeito, conforme trataremos adiante.

Provisão de confessor ordinário das Irmãs da Divina Providencia a favor do Padre Bruno Hauser O.F.M., que termina a 1 de janeiro de 1908, e Provisão de confessor extraordinário das Irmãs da Divina Providencia a favor do Padre Justus [ilegível] O.F.M. até a mesma data. (T.IV, p. 9)

Provisão de absolvição da excomunhão. (T.V. p. 47)

Provisão de procissão para a Parochia de Lages em favor do Festeiro do Divino Espirito Santo, dada em 4 de abril de 1898. (T. III, p. 44)

“Provisão de Vigario encarregado da Parochia de Campos Novos a favor do Exmo Revmo Pe Rogerio Neuhaus” (T. III, p. 46)

Provisões concedendo licença para celebrações de missas nas capelas diversas.

Provisão Determinando a organização da Catequese em 2 turmas. Uma para os que ainda vão fazer a Primeira Comunhão e outra para os que já fizeram, para que aprofundem seus conhecimentos do catecismo. (T. III, p. 44)

Provisão para que o Sacerdote que celebrar missa na “Capella de Bom Jesus de Cannôas”,

[...] será obrigado a recitar em voz clara e intelligivel com os assistentes, antes de começar a Missa, os Actos de Fé, Esperança, Caridade e Contrição. Concedemos mais, que na mesma Capella se possam celebrar os demais actos do culto publico contanto que não resulte algum abuso e se observem tôdas as determinações lithurgicas, e que na mesma possam ser [ilegível] do preceito da Egreja mediante a confissão Sacramental e Sagrada Comunhão. (T. III, p. 54)

O livro foi aberto em 01 de dezembro de 1898, mas nele constam Provisões e cartas anteriores a esta data. Tudo o que havia sido definido por Bispado e Arcebispado e que precisava ser cumprido na nova paróquia. Assim, o Tomo III tem registros desde fevereiro de 1895 até 15 de novembro de 1903, iniciado com o seguinte:

TERMO DE ABERTURA

Servira este livro por mim numerado e rubricado com a minha rubrica que diz P Rogerio para o tombo desta parochia de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages e leva no fim o termo de encerramento

Lages, 1 de dezembro de 1898.

Pe. Fr Rogerio Neuhaus O.F.M.

Vigario de Lages por comissão do Ex^{mo} e Rev^{mo} Sñr Bispo (T.IV, p. 1)

A primeira transcrição trata da criação da diocese de Curitiba, em uma Carta na qual o Bispo empossado, D. José de Camargo Barros, enviou sua prédica de posse e se dirige às autoridades civis e eclesiásticas e ao “...veneravel clero dos Estados do Parana e de Sancta Catharina, que constituem a Diocese de Curytiba.”(T. III, p 1)

O religioso foi nomeado bispo em 16 de setembro de 1893 e recebeu a Confirmação em 16 de janeiro de 1894.

O D. José falou da importância da missão pastoral e historiou como se tornou bispo:

Quando assim viviamos tranquilo na sombra protetora de seu baculo pastoral, como relampago das alturas do Vaticano ouvimos uma voz, que apontando para a nova Diocese de Curytiba disse: ‘Levanta-te, toma teu cajado e vae: aquelle é teu novo rebanho.’

Foi para nos um momento de summa angustiae pavor, e temor que invadiram a nossa alma, não porque desconfiassemos de vos ou porque temessemos trabalhos e sacrificios, mas pelo peso mesmo do proprio cargo.

E não era infundada esta perturbação de nosso espirito. É a propria Igreja que nos vem dizer que a dignidade episcopal é formidavel aos hombros dos propios Anjos. Formidavel aos hombros daqueles espiritos celestes cuja força é infadigavel e cujo vigor imortal, como não o sera para os homens, pobres mortais, circundados das fraquezas e paixões da natureza corrompida.

Continua mostrando a importância do cargo:

Se na guarda de uma so alma o Anjo deve empregar todos os seus cuidados, todas as suas luzes, todo o seu amor, que somma de cuidados devera ter aquelle que tem sob sua responsabilidade a salvação, não de uma, mas de centenas de almas, por cuja perda, ainda mesmo de uma, Deus exigira estrictas contas?

Estava lavrada portanto a nossa sentença

Diz que se apropriará das palavras de Jesus no Monte das Oliveiras: “[...] aceitando o cálice das amarguras que nos foi oferecido, respondemos: Seja feita a vontade de Deus e não a nossa” (T. III, p. 2)

Continuou a exortação:

Que é pois um Bispo? É um servo de Deos [...] eleito apóstolo por vocação divina e enviado para semear a palavra da salvação, pela predica de Evangelho a Deos prometeu por seus prophetas nas Sagradas Escripturas. (T. III, p. 3)

Fez apologias sobre o poder do bispo.

[...] a autoridade de que dispõe, deve assemelhar-se á auctoridade paterna, em cujo exercicio predomina o amor mais de que o imperio, a clemencia mais do que a severidade, a brandura mais que o rigor.

Em alguma vez, a gravidade de um delicto necessita ser punida, ainda aqui ele applica o rigor com mansidão, a justiça com misericordia, a severidade com brandura, para que a disciplina saudavel e necessaria aos poucos se installe e conserve sem aspereza. (T. III, p. 4)

Completo a justificativa dos motivos pelos quais o bispo deve ser obedecido:

Por conseguinte o Bispo que na sua Diocese ensina em união com a Sancta Sé, participa desta auctoridade e infallibilidade divinas, porque não ensina douctrina sua, mas d’Aquelle que o enviou e

porque tem ainda o cuidado de evitar novidades até no modo de ensinar essa celeste doutrina. (T. III, p. 5)

Arrancar os vícios dos corações dos seus diocesanos, aniquilar o reinado das paixões, destruir a escravidão do pecado, o imperio do demonio, plantar as bellissimas flores das virtudes christãs, edificar nos corações dos fieis os templos purissimos de Deos, se oppôr ao mal, proteger o bem, combater a iniquidade, propagar a sanctidade. (T. III, p. 6)

Para Foucault (VP) as instituições austeras, tais como escolas, fábricas e hospitais, seguem o modelo prisional, que se sustenta no intuito de disciplinarização para o que vigilância, exame e controle da atividade são fundamentais.

A prisão por isolamento celular é que foi, ao contrário, a grande inovação dos projetos e das realizações de sistemas penitenciários. O nascimento do hospício também não destruiu a especificidade da loucura. Antes à loucura era permitido o seu vagar. Mas a modernidade promoveu o modo inclusivo que loca-a no interior da instituição produzindo louco como doente mental, personagem individualizado a partir da instauração de relações disciplinares de poder. Ainda retrocedendo no tempo, desde o século XVI, a organização das paróquias, a institucionalização do exame de consciência e da direção espiritual e a reorganização do sacramento da confissão, aparecem como importantes dispositivos de individualização. Em suma, o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, ele o fabrica; não o exclui, mas o inclui. O indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos.

O poder individualizador é a disciplina. Seus vetores são as instituições e as práticas sociais. Este poder é característico de uma época, de uma forma específica de dominação. A existência de um tipo de poder que pretende instaurar uma dissimetria entre os termos de sua relação, no sentido em que se exerce o mais possível anonimamente — e sujeita individualmente — é bio-poder (cf História da sexualidade: A Vontade de Saber) ou a humanização das penas (cf Vigiar e Punir) resultados do deslocamento do poder do soberano para o da soberania da nação, de uma política sobre as populações denominada governamentalidade:

[...] a individualização é máxima do lado em que se exerce a soberania e nas regiões superiores do poder, em um regime disciplinar a individualização, em contrapartida, é descendente: à medida que o poder se torna mais anônimo e funcional, àqueles sobre quem ele se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados; e isso por vigilâncias mais do que por cerimônias, por observações mais do que por narrativas comemorativas, por medidas comparativas, que têm a norma como referência, e não por genealogias que apresentam os ancestrais como pontos de referência; por separações mais do que por proezas. (Vigiar e Punir, p. 195)

Não obstante a luta diária contra os protestantes como veremos nos relatos do livro Tombo), o novo bispo não se furta a usar frase de um orador dessa criticada religião:

Foram os Bispos que constituíram a França, disse um dia um grande orador protestante. Sem faltar a verdade histórica, isto se pode afirmar de todas as nações civilizadas da terra. (T. III, p. 6)

A construção do primeiro mundo, ou seja, o progresso, é a promessa para o povo obediente ao cajado. Com tal norte a vigilância se torna legítima aos olhos do rebanho:

A Timotheo, seu discípulo, Paulo resume a obrigação do Bispo nestas Palavras: ‘Tu porem vigia, trabalha em tudo, exercita a missão de um Evangelista cumpre o teu ministerio.

Lembra D. José, que etimologicamente, bispo significa visitador, portanto adverte sobre a primeira obrigação para o Bispo desempenhar seu mister: “[...] seu officio é o de vigiar.” (T. III, p. 7)

A vigilância do bispo é como do pastor, cujo olhar alonga-se sobre todo no rebanho, e sobre a vida do rebanho e fora dele, de modo a conhecer tudo. Deve fazer com que as ovelhas andem em paz, harmonia e união. Deve se esmerar com as enfermas e pestilentas, afastando-as das outras, pois “[...] uma só ovelha má deita todo o rebanho a perder.” (T. III, p. 7)

Vigilância cuidadosa e infatigável para

[...] afugentar os lobos vorazes, repreender os turbulentos, consolar os fracos, acolher os enfermos, arguir os contra-dictores, evitar ciladas, instruir os ignorantes, reprimir perturbações, abater os soberbos, apaziguar os litigiosos, libertar os oprimidos, aplaudir os bons, suportar os maus e amar a todos. (T. III, p. 7)

Vigiar e lutar. O combate não é contra os homens, mas contra os principados, o poder do inferno e os espíritos malignos, pois: “Por si mesmo não é o homem capaz de ter um bom pensamento.” (T. III, p. 8)

Recomenda aos párocos a constante vigilância, a obediência e a humildade. Este comportamento dos padres é necessário uma vez que:

[...] quanto mais desconhecidas forem suas fadigas apostolicas, tanto maior brilho terão diante de Deos, maior peso na balança do ultimo juízo e maior recompensa do Supremo e Eterno Remunerador. (T. III, p. 8)

Lembra que a pregação mais convincente é aquela confirmada pelo exemplo, portanto, os párocos devem ser modelos perfeitos para os paroquianos,

Diffundi sempre a luz em redor de vos ja que sois outros tantos candelabros erguidos na casa de Deos. Não vos esqueção, outrossim, dessas ternas ovelhinhas do rebanho de Christo. Agucem os vossos olhos, os vossos affectoa, os vossos cuidados. [...]

Volvei continuamente vossos cuidados para com a instrucção das creanças ensinae-lhes as verdades eternas, a moral christam, mostrae-lhes com a mão paternal o caminho do ceo. Dae-lhes como fazia o Apostolo a beber do leite dulcissimo do ensino rudimentar, ensinae-lhes o catecismo. (T. III, p. 9)

[...]

Distintos filhos de Ignacio de Loyola e de Francisco de Assis: a historia da Igreja é uma vasta epopea de vosso heroismo e das vossas virtudes, dos vossos martyrios e das vossas victorias. (T. III, p. 9)

Saúda os Presidentes dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, afirmando que eles são o poder temporal necessário e indispensável para a manutenção da ordem e harmonia do edifício social, e proclama:

Por isso, como enviado de Deos, como pregoeiro da paz, com o Evangelho nas mãos, não cessamos de dizer aos nossos irmãos e filhos: obedeei aos vossos presidentes e sede submissos e submissos não por causa do castigo, mas também por amor da consciencia.

E de envolta com nossas saudações, apresentamo-vos os nossos agradecimentos pelas felicitações [ilegível] porque isto muito nos compensa dos nossos sacrificios. (T. III, p. 10)

À página 11, O bispo tece elogios ao Papa Leão XIII, e assina como + D. José, Bispo de Corityba.

Em seguida é transcrito:

Mandamento: Julgamos de nosso dever ordenar o seguinte: 1. Que esta pastoral será lida em por partes á estação da missa conventual em tôdas as matrizes, Igrejas e Capellas publicas de N. Diocese[...]

E mais 3 itens pertinentes ao referido mandamento, indicando detalhadamente a quem e como divulgar a dita prédica, em missas para o Divino Espírito Santo em todas as localidades abrangidas pela diocese, criando “colleita” especial do Espírito Santo e suspendendo no tempo recomendado quaisquer outras coletas diferentes destas.

Ordena, ainda, que a mesma prédica, denominada Pastoral, seja registrada em todos os livros competentes das paróquias da diocese.

À página 12, se lê

Foram cumpridos todos os mandamentos do Exmo e Revmo Sñr Bispo de que dou fé.

Lages, 10 de novembro de 1894.

Frei Herculano [ilegível] O.F.M.

Vigário da Vara de Lages

Em carta de 3 de novembro de 1894, o Bispo D. José envia carta pedindo diligências para a criação de um seminário, argumentando:

É pois chegada a hora de pormos mão activa e vigorosa nessas obras tão anciosamente desejadas.

O seminario não é um edificio particular, nao é propriedade de ninguem é um monumento de luz e de gloria para todo o povo.

Eis [porque fazemos empenho, mas muito empenho, de que todos, absolutamente todos, os diocesanos se façam representar, na altura das suas posses, na construção desse santuario da sciencia e da virtude. (T. III, p. 13)

A necessidade de multiplicar o repasse dos ensinamentos de Cristo, é a justificativa da construção do seminário. Para tanto, o bispo promulga uma Provisão para “[...] collecta entre todos os seus parochianos.” (T. III, p. 13)

O Bispo ordena que o resultado dos esforços da coleta seja enviado logo à comissão central nomeada para a Capital de Corityba, composta por Pe. Alberto Gonçalves, Desembargador Agostinho Ermelino de Leão, Augusto de Assis Teixeira e Manoel de Miranda da Rosa.

Define que todas as paróquias devem participar do esforço:

Para que se possa com mais promptidão recolher os donativos de todos, V. Rev^{ma} poderá nomear comissão e subcomissão de alguns membros, mas membros probos, activos e dispostos a trabalhar em pról de tão sancta causa, cujos nomes serão enviados a referida comissão central; e como nem todos podem dar de prompto quantias avultadas, determinamos que V. Rev^{ma} procure estabelecer entre seus parochianos uma contrinuição mensal, embora pequena, mas continua, além das offertas que agora receber.

Escusado é dizer que a presente circular, bem como todos os demais documentos relativos ao governo administrativo da diocese, devem ser integralmente registrados nos livros competentes da parochia. (T. III, p. 13)

O Pastor relata a importância da personalidade episcopal para a população da época, pois cerca de dez mil pessoas foram à estação da estrada de ferro para receber o Bispo de “Corityba”. T. III, p. 14)

Novamente o Bispo fala sobre o papel do chefe diocesano, evocando o exemplo de São Pedro e pontífices para reafirmar sobre a obrigação de vigiar, tarefa para a qual a visita pastoral é de suma relevância. Ensinar ao chefe de família que

Mesmo na conducta dos negocios domesticos [ilegível] nada mais vantajoso do que uma vigilancia frequentemente exercida sobre toda a casa. Porque a vigilancia do pai excita a diligencia e a atividade de todos aquelles que ele é encarregado de conduzir.

A infra-estrutura material também é normatizada cuidadosamente:

Todos os parochos e demais sacerdotes encarregados de administrar os sacramentos de Baptismo e Extrema Unção, são obrigados, debaixo de preceito grave, a procurar, o mais prontamente possível, os Sanctos Oleos bentos no mesmo anno, seja qual for a quantidade que sobrar do anno anterior. Entretanto, quando não chegam os novos, podem servir-se dos velhos, que devem depois ser consumidos na lampada da matriz. (T. III, p. 25)

Em 19 de agosto de 1896 Frei Rogério Neuhaus recebeu provisão para vigário da paróquia de Lages.

Ele se preocupava com a educação da pobreza e fazia coro com o bispo de Curitiba acerca da necessidade de Seminário, já no ano de 1900:

Já temos uns 10 ou 12 meninos pobres que querem estudar para padres, mas são pobres e não podem pagar as despesas no Seminario. [inteligível] como o Seminario não tem nada, não tem patrimonio nem pensão algumas, como vae viver no dia a dia com o pagamento de mensalidade de poucos alumnos.

[...] assim temos a cruel necessidade de não aceitar esses meninos. (T. III, p. 29)

A Primeira Comunhão torna-se fundamental para a perspectiva educacional. Por isto, a Provisão do Pastor:

Em todas as parochias, capellarias e [ilegível] desta diocese fica instituída, como obrigatória, a festa da Primeira Comunhão.

Dizendo festa, não pensamos em missas cantadas a grande orchestra, procissões, foguetes, baterias, etc. Entendemos mormente o facto mesmo da Primeira Comunhão porque feita como dever ser, agrada a Deus, alegra aos Anjos, consola os Parochos, comove os piores até as lagrimas, arrebatada as creanças e suavemente edifica a todos. (T. III, p. 39)

Grande conteúdo moral tem a carta da “Pastoral Collectiva dos Bispos da Provincia Ecclesiastica Meridional do Brasil,” de 12 de novembro de 1901, assinada pelos bispos de sete dioceses: Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo, Petrópolis, Curitiba, Rio Grande do Sul e Porto Alegre.

A mensagem é dirigida a “todos os Irmãos e Filhos em Jesus Christo”, e tanto se inspira quanto atende às resoluções do Concílio Plenário Latino-Americano (p. 76) e ordena que seja a pastoral coletiva lida em todos os seminários e comunidades religiosas, bem como seja transcrita no livro competente de cada paróquia “[...] e activada com o texto de nossas resoluções; e queremos que os rvdos. vigários accussem o recebimento dela á suas respectivas Camaras Diocesanas.

A carta inicia definindo o padre como instrumento indispensável para a salvação dos homens, pois se faltar esta figura religiosa, não se infunda nas almas a graça, não se extirpam os vícios, não germinam as virtudes e não se povoa o céu de bem aventurados. Se o padre não existe, ou, existindo,

[...] se leva uma vida desoccupada, ou occupada no que não é proprio do ministerio sacerdotal, desfallece e morre a vida christã, entrando em seu logar a vida mundana com o cortejo de erros, torpezas e desordens, que o inimigo de Deus e dos homens cultiva eficazmente no gênero humano.” (T. III, p. 70)

Afirmam os bispos que se há lugares nos quais a fé é moribunda, campeia a lascívia nos moços, “[...] o concubinato legal e não legal”, ignorância e ausência de ordem, é porque lá não há padre, ou se há, é inerte, pois “[...] onde o padre trabalha e lucta, poderá o demonio alcançar algum sucesso parcial, mas a victoria final é sempre de Deus e da Egreja.” (T. III, p. 71)

Daí a importância dos Seminários, e de muito bons Seminários, nos quais os sacerdotes sejam formados com erudição, piedade, ciência e disciplina. Além da formação regular nos seminários, os bispos instituem modos de atualização dos ensinamentos e práticas espirituais:

[...] que todos os anos tenha cada sacerdote alguns dias de exercicios espirituais em commum, ou, siquer, em particular. Chamaremos annualmente uma parte do nosso clero a fazel-os em comum, de maneira que de dous em dous, ou de tres em tres anos, quando mais a miúdo ser não possa, todos compare’am nestes cenaculos de luz e de graça. (T. III, p. 71)

Propõem que nos anos intercalados, os que não puderam participar das reuniões do clero, não devem se privar de tais práticas, podendo vivenciá-las nas casa de colegas, ou até sozinhos como autodidatas. Além do mais desejam que se realizem conferências teológicas reunindo ao menos três sacerdotes, sob a liderança de um vigário, de modo que sejam ventiladas e resolvidas questões de moral e outras disciplinas eclesiásticas.

Sejam portanto todos os sacerdotes pontualmente respeitadores dos direitos dos outros; nada façam em parochia alheia sem previo e livre consentimento de seu proprio parochio. Por outro lado sejam os parochos de tôda benignidade com seus collegas e não recusem os serviços destes tôda vez que não resultar em desordem ou perturbação. (T. III, p. 71)

A carta coloca aos padres “[...] rigorosa prohibição, posta pelos sagrados canones, de coabitarem com pessoas do outro sexo, que possam prestar ocasião á

suspeita.”(*idem, ibidem*) A proibição se estendia mesmo a parentes próximas de pouca idade, a jogos de azar, caçadas clamorosas, espetáculos profanos.

Os padres devem ensinar. Tirar os homens da ignorância. Ensinar a ordem, a obediência, a disciplina. Ensinar as verdades da fé, mostrar os vícios e pecados a evitar. Devem ser diligentes e levar o Evangelho e Sacramentos a todos os confins.

Devem cuidar para que na sede das freguesias e povoados seja o Santíssimo levado aos enfermos com a [...] decencia e ceremonias prescriptas no Títul Romano, mas quando fôr tal a distancia que nem a cavallo se possa levar solememente, permittimos que o revd. vigario O conduza de todo occulto, em relicario atado ao peito, e debaixo da batina ou capa. (T. III, p. 74)

Sobre a importância da confissão e os cuidados que o padre deve ter:

Estejam porem mui expertos e avisados para que o Sacramento, que é a salvação dos penitentes, não se converta em perdição para o ministro.

A falta de estudo ou infeliz respeito humano, a omissão de telas necessarias, podem ter consequências fataes para o sacerdote e o penitente. Prohibimos, por isso, que se confessem mulheres fora das grades do confessionario e nos corredores, sacristias, tribunas e côro. Prohibimos que se confessem doentes, mormente mulheres, e tambem pessoas sãs, principalmente menores, em quartos com as portas fechadas.

[...] Ensinar muitas vezes a summa necessidade deste sacramento para a salvação, por não se perdoar sem elle nenhum pecado mortal. (T. III, p. 74)

Ensinar a obrigação de confessar os pecados graves, de modo que a omissão voluntária de um só, sem valor toda a confissão, e a faz sacrílega, sem nenhum perdão, “[...] causa de mór castigo e tormento no inferno.” (*idem, ibidem*)

Ensinar, aos casais que um bom marido e uma boa mulher são presentes divinos, e que a vida santa deve ser cultivada; aos moços, que não estraguem a mocidade com leviandades profanas “[...] com que as moças fazem corte ao demonio. (p. 74)

Há que cuidar com novos costumes da sociedade moderna.

Que cousa é o chamado casamento civil, senão o berço de uma educação pervertida para a mocidade? Que se procura com o ensino leigo, com escolhas sem religião e sem Deus, senão extinguir nos princípios da existencia humana todo o germen da vida sobrenatural, e conquistar o menino para o bando dos impios [...]?

Há que vigiar as leituras de livros que propositadamente omitem Deus, que plantam o vício e a torpeza nos incautos jovens. Também os divertimentos licenciosos, as pinturas obscenas, e tantas outras “[...] industrias infames que attestam o esforço desesperado com que busca o inferno ganhar a intelligencia e o coração do menino.” (p. 75),

O objetivo principal dos párocos deve ser “[...] ganhar o menino para a religião.”(p. 76) Neste sentido, todos os esforços devem ser feitos:

Não consintamos que Satanaz conquiste esses corações inexperientes, o logar que a Deus pertence. Tomemos a peito a preservação da creança, a conservação de sua innocencia, a cultura de sua alma por virtudes solidas, mas compatíveis com sua tenra idade. [...]

Havemos de educal-os por meio de seus paes de sangue, insistindo com eles oportuna e inoportunamente, que criem os filhos no santo temor de Deus. Velem sempre despertos pela sua innocencia e arredem delles quanto lhes pode prejudicar a pureza da fé ou dos costumes; mãos companheiros, mãos livros, mãos mestres, divertimentos perigosos, demasiada liberdade, familiaridades excessivas. (T. III, p. 75)

DONZELOT (1986), analisa a família como objeto de preocupação do ocidental, e mostra como historicamente esta chamada célula máter da sociedade se constituiu como elemento concentrador das recomendações religiosas, governamentais, etc, porque também vetor das políticas idealizadas.

Questiona, o autor, o modo como explicaríamos o lugar específico da família nas sociedades ocidentais:

Lugar, sem dúvida alguma, nevrálgico, se o julgarmos através da interrogação lancinante de que são objeto as menores metamorfoses que o afetam. Tornou-se um ritual essencial de nossas sociedades

escrutar, em intervalos regulares, a face da família, a fim de nela decifrar nosso destino, entrever, com sua morte, a iminência de um retorno à barbárie, o afrouxamento de nossas razões de viver ou, então, a fim de regarantir-se diante de sua inesgotável capacidade de sobrevivência. (Donzelot, 1986, p. 10).

Enfim, a família tornou-se o foco principal de vigilância e controle das populações. Outro ponto de convergência da governamentalidade foi constituído pela escola.

Os bispos recomendam a vigilância dos professores, através dos quais o clero educará as crianças e jovens. Se tais professores forem confiáveis e se mantiverem dentro dos princípios da moral cristã, deverão receber todo apoio e deles os padres devem se aproximar e

[...] termos com eles relações de bôa intelligencia e de amizade. Esforcemo-nos por lhes ganhar o coração, e assim guial-os no altissimo mister de formar a mocidade; e si algum fôr pedra de escandalo por sua indiferença religiosa, ou por uma vida immoral, não intrepidemos um instante em arrancar de suas garras as creanças, custe o que custar. (T. III, p. 75)

Alguns mandamentos seguidos reiteraram que as coletas deveriam ser efetuadas para a festa de 25 anos do pontificado de Leão XIII, ou para outros fins nas instâncias superiores devem ter provocado alguma insatisfação e até uma certa indisciplina, pois em um Mandamento de 17 de outubro de 1902 do Bispo de Curitiba, D. José, traz uma introdução mais sete artigos reordenando os métodos, instrumentos e justificativas acerca da coleta. Inicia dizendo que o bispo, por conhecer estas paragens, percebe tudo o que acontece ou deixa da acontecer. Os artigos a revogam toda e qualquer dispensa de coleta para a caixa diocesana em benefício de paróquias ou capelas; ordenam que todas as outras coletas com destino local devem o percentual destinado à diocese; [continua o Mandamento]:

Se V. Rev^{ma} esqueceu-se do cumprimento deste dever e concorrer com 5% não lhe sera renovada a sua Provisão annual, senão

mediante o pagamento de uma quantia proporcional á importancia de sua parochia ou capellania, quantia que por nos sera taxada.

Do mesmo modo se procedera se Rev^{ma} não instituir em sua parochia a colleta já anteriormente ordenada e não mandar os 50% da mesma; (T. III, p. 82)

Ordena que se façam coletas, não apenas nas missas, mas em todas as festas, novenas e celebrações, e que não mais se façam em saco fechado, mas em recipiente aberto e visível — como prato de metal — e sempre por duas pessoas juntas e probas; manda que os padres expliquem muitas vezes aos fiéis a razão de ser dessas coletas, explicando que não são para a diocese e o bispo “[...] como erroneamente tem anunciado por alguns Vigarios,” mas que é uma determinação do Papa e do Prelado Diocesano, que é praticada em todas as igrejas e catedrais da Europa. Deve o clero mostrar aos fiéis que para eles é um dever de honra e de consciência.

Afirma ainda;

Está bem claro e evidente que enquanto não for creada uma Diocese no Estado de S. Catharina, o predente Mandatto attinge, abrange e obriga a todas as matrizes e capellas do mesmo Estado. (T. III, p. 82)

Bispo envia consternação pela morte do Papa, a qual tomou conhecimento apenas seis dias após, e pelos jornais de São Paulo e manda suspender imediatamente as manifestações e festejos do jubileu de pontificado. (T. III, p. 85)

No Ano seguinte D. José foi nomeado Bispo de São Paulo e foi sucedido na diocese de Curitiba por D. Duarte Leopoldo e Silva, por sua vez sucedido por D. João Francisco Braga. (T.IV, p.2); (ARQUIDIOCESE DE CURITIBA, 2015). Em 1906 D. José, o primeiro bispo diocesano ao qual a paróquia lageana devia obediência, faleceu em naufrágio próximo à costa espanhola.

Sob a data de 15 de outubro de 1904 o Exmo Sñr Bispo Diocesano D. Duarte Leopoldo e Silva publicou um mandamento convocando os Rvms Sacerdotes ao Retiro Espiritual em duas turmas, uma para o Estado do Parana e outra para o Estado de Santa Catharina. Para

este fim ordena o sumo Sr. Bispo em vez da collecta do Espirito Santo, a oração Pro Petitione lacrymarum e tambem o registro deste mandamento no livro tomo. (T.IV, p.2)

No mesmo mandamento, em outro artigo, o bispo D. Leopoldo manda reproduzir um documento do Jubileu Mariano onde estão publicadas as condições para ganhar indulgências do referido Jubileu.

No início do século XX as imigrações para o Brasil — principalmente para o sul e especialmente de europeus — mudou o panorama da comunicação entre as pessoas, pela presença de várias línguas.

Ora, como produzir a tão almejada ordem sem unidade de comunicação? Foucault (1985, p. 52) lembra sobre o incômodo para o ocidental, da não convergência linguística, uma vez que ordem e disciplina norteiam nossas percepções e ações:

Primeiramente a linguagem dada por Deus era um signo das coisas absolutamente certas e transparentes. Essa transparência foi destruída em Babel para punição dos homens, a partir daí as línguas foram separadas.

Deleuze, elucida que a morte do homem, em Foucault, é uma visão nietzscheana, sobre a experiência da vida. Para o autor (*in* DIEZ, 2001), quando Nietzsche multiplicou a morte de Deus em diferentes variantes, na verdade seu objeto era a morte do homem:

Enquanto Deus existe, quer dizer, enquanto a forma-Deus funciona, o homem não existe ainda. Mas quando a forma-Homem aparece, ela não o faz sem englobar já a morte do homem, de três maneiras, pelo menos. Por um lado, onde poderia o homem encontrar a garantia de uma identidade, na ausência de Deus? Por outro lado, a forma-Homem em si própria não se constituiu senão nas dobras da finitude: e esta introduz a morte no homem. [...] Finalmente, as próprias forças da finitude fazem com que o homem não exista a não ser através da disseminação dos planos de organização da vida, da dispersão das línguas, da disparidade dos modos de produção, os quais implicam que a única 'crítica do conhecimento' seja uma ontologia de aniquilação dos seres. (DELEUZE, 1985: 176-177))

DIEZ (2001), analisando o conceito foucaultiano de simultaneidade epistemológica lembra que os saberes emergem em vinculação com a *episteme* que é peculiar a cada época, quaisquer deslocamentos que ocorram neste solo influirão na construção do conhecimento e, conseqüentemente, nos modos de interpretação da existência. Neste sentido, teorizando sobre o campo epistemológico contemporâneo, Foucault encerrou *As Palavras e as Coisas* com o vaticínio:

Se estas disposições viessem a desaparecer tal como apareceram, se, por algum acontecimento de que podemos presentir a possibilidade, mas de que no momento não conhecemos ainda nem a forma nem a promessa, se desvanecessem, como aconteceu, na curva do século XVIII, com o solo do pensamento clássico — então se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia. (p. 404)

Isto posto, é possível compreender a preocupação do Mandamento datado de 2 de janeiro de 1905, ditado por D. Duarte Leopoldo e Silva⁷:

Por mercê de Deus e da Sancta Sé Apostolica [...] ao Revmo clero desta nossa Diocese de Curityba, saudação, paz e benção em N. S. Jesus Xto.

Em virtude das difficuldades, quase insuperaveis que nos tem deparado no provimento de certas parochias da Diocese, chamamos a melhor attenção de V. Revma. Para a conveniencia e necessidade do estudo da língua portugueza.

Compostas as nossas populações na immensa maioria de nacionaes e estrangeiros de diversas nacionalidades, não podemos consentir que se levantem muralhas chinezas em torno de certas populações, nesta terra que nos offerece [ilegível] de hospitalidade, todos os recursos de sua abundancia.

Sobre ser anti-social e profundamente contrario aos principios mais elementares [...]de uma economia [ilegível]

Si é verdade que muitos estrangeiros, já por defeito de educação, não conseguem apprender a nossa bella lingua portuguesa, não seja este o motivo para lhes negarmos o pão de espírito na única língua em que o pobre receber. Mas não se comprehende como possa, em bôa consciencia abandonar tão grande numero de almas á fatalidade

⁷ Filho de Portugueses que adquiriu o título de Conde Romano

da ignorancia religiosa. Um padre que não conhece as regras de possibilidade de seu ministerio. [...]

Assim não é permitido a quem por dever de estado ha de estar em contacto com as populações, ignorar a língua qu ainda é e sempre sera o laço de união entre nacionais e estrangeiros. (T. IV, p.5)

Finalmente, diz a carta, que para o futuro, nenhum sacerdote estrangeiro poderá exercer seu mister na diocese, sem que tenha prestado exame prático da língua a portuguesa.

No século XVII, o grande Padre Vieira também se preocupava com a questão das línguas, não acerca do padre dominar o vernáculo português, mas de decifrar as línguas indígenas para obter a compreensão e evangelizar. Ele historiou sobre o início do cristianismo quando o Espírito Santo descia sobre os apóstolos e a língua de fogo na verdade os permitia compreender e falar todas as línguas necessárias à difusão da Pavra.

Diz Vieira, quanto às dificuldades trazidas pelas línguas antes da Igreja Primitiva — na qual o fogo assentou as línguas nos apóstolos — o Senhor mandou Ezequiel comer um livro e sair a ensinar tudo que os escritos diziam. Ezequiel, por reverência, comeu o livro e aprendeu-o integralmente. (*in*: DIEZ, 2001)

Oh que doce modo de estudar! Tal foi o modo com que Deus em um momento antigamente ensinava os profetas [...]. Mas haver de comer os livros folha a folha, haver de levar as ciências bocado a bocado, e às vezes com muito fastio; haver de mastigar as línguas nome por nome, verbo por verbo, sílaba por sílaba, e ainda letra por letra, por certo que é cousa muito dura, e muito desabrida e muito para amargar, e que só o muito amor de Deus a pode fazer doce. (VIEIRA. *In*: DIEZ, 2001, p. 135-136)

Vieira lembrava que o Brasil tinha tantas línguas que muitos chamam o Amazonas de Rio Babel. E isso, segundo ele, é não conseguir entender a dimensão da variedade lingüística nem mesmo apenas do Amazonas.

Porque verdadeiramente é um mar doce, maior que o mar mediterrâneo no comprimento e na boca. O mar Mediterrâneo no largo da boca tem sete léguas, e o rio das Amazonas oitenta: o mar Mediterrâneo do estreito de Gibraltar até as prais da Síria, que é a maior longitude, tem mil léguas de comprido, e o rio das Amazonas

da cidade de Belém para cima, já se lhe têm contado mais de três mil, e ainda se lhe não sabe o princípio. [...]E vem lhe curto também o nome de Babel, porque na torre de Babel, como diz S. Jerónimo, houve somente setenta e duas línguas, e as que se falam no rio das Amazonas, são tantas e tão diversas, que se lhes não sabe o nome, nem o número. As conhecidas até o ano de 639 no descobrimento do rio de Quito, eram cento e cinquenta. Depois se descobriram muitas mais, e a menor parte do rio, de seus imensos braços, e das nações que os habitam, é o que está descoberto. Tantos são os povos, tantas e tão ocultas as línguas, e de tão nova e nunca ouvida inteligência: *Ad populos multos profundi sermonis, et ignotae linguæ, quorum non possis audire sermones.* (IDEM, p. 136)

A partir da citação latina, Viera explica que o sentido de ouvir é entender, e tece considerações diversas — ensinando como aprender e ensinar.

Em 1906 há registro de disputa entre o governo municipal, na pessoa de Belizario Ramos, e o paroquial, pelo vigário Padre André Noirkomme, a respeito da posse de terrenos.

Nas páginas 9 e 10 do Tomo IV, com data de 31 de janeiro de 1908, consta uma carta assinada pelo Monsenhor Alberto Gonçalves, Governador do Bispado, e pelo Padre Gersino de S. A Oliveira, Secretário do Bispado, foi dirigida ao vigário lageano com o intuito de esclarecer pontos relativos aos casamentos:

Conforme esta determinado na Pastoral que sobre esta materia expediu sua Ilma. Revma. Ilmo. Bispo D. Duarte Leopoldo, na Parochia, não podem administrar os sacramento do matrimonio inconsulto Episcopo, os nubentes inhabeis para fazerem o contrato civil.

Enquanto este não constitua impedimento perante a legislação canonica, é evidente que seria concessão para uma espécie de bigamia, aconsoando desse modo a imoralidade, permitir a autoridade eclesiastica que possam contrahir matrimonio individuos unidos perante a lei civil como pessoa Diversa.

É deveras para admirar que se apresentem alguns ao seo Parocho fazendo profissão de sentimentos religiosos e pedindo para casar com essa pessoa que não aquella que receberam perante o funcionario civil!

Taes sentimentos foram por elles esquecidos quando, cumpridos os deveres de cidadãos, não cumpriram os de catholicos constituindo familia fóra das vistas e das benções de Deus. Soffram agora o castigo do seo pecado.

Igualmente, para evitar que pessoas sem escrupolos e consciencia, depois de receberem o sacramento do matrimonio se separam e tentam fazer com outra pessoa o contrato civil, observem os

Parochos as preocupação da Igreja, isto é, não se tratando de pessoa de inteira confiança por taes garantidas e em casos muito especiaes e graves não admittem o sacramento do matrimonio sinão os que materialmente já tenham feito o contrato civil, ou tenham a certeza que o vão fazer no mesmo dia.

Em caso de rapto ou fuga, e sendo um dos nubentes menos de vinte e um annos ou orphão, exijam os Parochos a apresentação da licença dos paes ou da autoridade competente.

Quando os nubentes residirem em Parochias differentes devem apresentar a certidão dos proclamas corridos em ambas sem o que não poderá ser celebrado o casamento, salvo dispensa da autoridade diocesana.

A esse respeito varias queixas tenho recebido, e entretanto esta exigencia não pode ser ignorada nem desprezada.

Os requerimenstos á Camara Eclesiastica solicitando dispensa de impedimento devem vir acompanhados da informação do respectivo Parocho sobre as causas canonicas para obter a dita dispensa e do esquema do parentesco ou arvore genealógica como esta muito bem explicado na ultima pastoral dos Exmos e Revmos e Ilmos Bispos unnidos em Marianna.

Lembro ainda aos Parochos as penas impostas aos catholicos que vivem unidos apenas pelo contrato civil, a saber:

Perante Deus estão em pecado mortal, indignos são da absolvição sacramental, não podem servir de padrinhos nem de sufrágios públicos, depois de mortos e sem filhos, são considerados illegitimos para todos os fins e effeitos religiosos.

Finalmente, lembro a V. Revma a conveniencia de ler anunciadas vezes o que esta escrito na Pastoral a que me referi no principio. Esta sera transcripta no livro do Tombo da Parochia. Deus Guarde a V. Rvma. (T.IV, p. 9-10)

Em 1908 foi criada a diocese de Florianópolis e o bispo de Curitiba, D. João Francisco Braga, atuou como administrador apostólico até a posse do primeiro Bispo Diocesano próprio, D. João Becker, o qual permaneceu apenas algum tempo no cargo que de 1914 a 1967 foi ocupado por D. Joaquim Domingues de Oliveira. (ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, 2015).

Em 13 de dezembro de 1908 (T.IV, p. 11) com Mandamento do Bispo de Florianópolis, D. João Becker, autorizando todas as provisões que deveriam ser atualizadas até o dia 15 de dezembro, “[...] afim de serem renovadas ou terem visto necessario.”

Provimento de visita pastoral do Bispo D. João Becker relatando a passagem, em outubro de 1909 pelas capelas de Painel, São José e Coração de Jesus de Serrito, Canoas, Campo Belo e Capão Alto. Agradece a recepção

[...] do muito estimado vigário da Parochia e de seus mui activos coadjutores, as benemeritas auctoridades civis, ás dignas comissões de recepção, garbosa guarda de honra, ás Irmãs da Divina Providencia, Filhas de Maria e demais corporações religiosas, ás distintas familias lageanas, a imprensa e a população, ás finezas e attenções me dispensaram. (T.IV, p. 12)

Levantamento de 1909: 3416 crismas, 2816 confissões e 1436 comunhões.

Os anos de 1910 a 1916 são registrados resumidamente, com renovações de provisões e provisões para a construção da Igreja Matriz, de novas capelas, indicando o crescimento substantivo da Igreja na região. Todavia, nenhuma Carta Pastoral com orientações para exercício do ministério.

No ano de 1917 os registros também são resumidos, as provisões administrativas criadas ou renovadas para construções, aquisições, expansão de capelas nas diversas intendências e novos povoados.

É o ano da Revolução de Outubro, na Rússia, com a queda dos Czares. É o tempo também da Primeira Guerra Mundial, da expansão da Revolução Industrial e do crescimento da ideia de Estado Nacional, com o crescimento dos movimentos que levariam a nazismo e fascismo e franquismo, na Europa (Alemanha e Itália e Espanha, respectivamente). Neste contexto, o patriotismo emerge como valor inquestionável.

Em dezembro de 1917 foi lavrado no Livro Tombo em estudo, o seguinte Mandamento:

Patriotismo e Oração do Exmo Revmo Sñr Bispo determina que os Revmos Sacerdotes da Diocese e principalmente vigários procurem despertar em seus parochianos sentimentos de verdadeiro e acrysolado patriotismo, mostrando-lhe que ao lado dever religioso prima entre os deveres civicos da hora presente o de alistar nas linhas de Tiro [ilegível] e algumas orações invocando o auxílio de

Deus sobre nosso Brazil, sobre as fôrças de terra e mar. (T. IV, p. 32)

Em 1918, por Mandato, a Carta Pastoral do Bispo tratando do Espiritismo, suas conseqüências e condenações lida nas missas da paróquia em diversos domingos. (T. IV, p. 34)

Em 22 de abril do mesmo ano uma carta convocatória do Bispo para o retiro espiritual da diocese e o segundo Synodo Diocesano.

Padre Gabriel Zimmer foi nomeado Vigário da Comarca Eclesiástica de Lages aos 24 de fevereiro de 1919, sendo da abrangência da referida comarca as paróquias de Curitibaanos, São Joaquim e Campos Novos. (T. IV, p. 40)

Dentre diversas provisões para construções de capelas, destaca-se a relativa à “Capella da Santa Cruz”. (idem, ibidem)

À página 17 do Tomo V uma circular renova recomendações sobre as licenças de abertura de “[...] collegios ou escolas catholicas, que devem ser sollicitadas directamente á Nossa Curia e só a ella a qual igualmente devem ser enviadas os boletins e outras informações que se destinam ao poder civil”.

Novamente são registradas muitas Dispensas matrimoniais a partir de 1919, a exemplo da seguinte:

Dispensa matrimonial em favor de José Victorino de Liz e Maria dos Prazeres Cordova do impedimento de consanguinidade em 3º gráo attingente 2º gráo simples do lado transversal.

Carta do Vigário Geral sobre casamentos mistos:

Por ordem de S. Ex^{cia} Re^{vma} comunico a V^a Rev^{ma} o seguinte:
Em 20 de agosto V^a Rev^{ma} pediu informações sobre como se devia proceder com os casamentos mistos religiosos contrahidos perante o ministro protestante e cujos filhos foram baptizados na Egreja catholica e educados na religião catholica. Si os paes que fizeram assim o seu casamento, querem agora justificarse com a Egreja, Va

Revma manda para cá os papéis quer dizer os requerimentos de cada um caso para cá, afim de receber a provisão de absolvição da excomunhão em que cahiu a parte catholica e a licença de ralizar casamento perante a Egreja. Como os filhos já foram educados pela religião catholica, basta só a promessa da parte catholica de não impedir o exercício da religião à parte catholica. (T.V, p. 47)

Registro de notícia que em de 7 de setembro de 1920 foi publicada uma Carta Pastoral sobre o Ensino e o Problema da Instrucção. (T.V, p. 48)

O Governo dos Vivos de Foucault se mostra no Requerimento do Vigário pedindo licença ao bispo para:

[...] conferir o S. Baptismo e receber a abjuração da heresia se fôr necessário para dez pessoas.

Pedindo dispensa para revalidar um matrimonio de uma catholica com um de religião duvidosa, talvez judaica, no caso em questão já houve contracto civil e existe uma prole que é baptizada e educada na Religião Catholica. (T.V, p. 48)

Em 1925, Dom Joaquim e o pároco de Lages, Frei Marcello Baumeister, iniciaram uma “Comissão preparatória” com três objetivos principais: Construir uma residência episcopal, adquirir um terreno para construção de um seminário diocesano e trabalhar junto aos veículos de comunicação da época para que preparassem e trabalhassem junto da população para que Lages fosse elevada à categoria de Bispado. (DIOCESE DE LAGES, [s.d.])

Em 18 de abril de 1925, Dom Joaquim telegrafou ao Frei Marcelo pedindo o envio urgente de nomes para a comissão de aquisição do Palácio Episcopal e do terreno do seminário. Frei Marcelo respondeu a Dom Joaquim com uma carta retratando as dificuldades de se constituir essa comissão devido as divergências políticas presentes na realidade lageana. No entanto, depois de muitos diálogos e da participação do então senador Vidal Ramos, foi constituída a Comissão que trabalhou e, junto com as autoridades eclesiásticas, ajudou a preparar a Região Serrana para a criação do Bispado de Lages. (idem, ibidem)

O Bispado de Lages foi criado em 17 de janeiro de 1927 através da Bula “*Inter Praecipuas*”, foi criado, composto por seis extensas paróquias: Lages,

Curitibanos, Canoinhas, Porto União, Campos Novos e São Joaquim. Mesmo sendo criada em 1927, só foi instalada definitivamente em 18 de outubro de 1929. A população católica era de aproximadamente 185.000 habitantes, num território de 58.587 km². Com o tempo, a Diocese de Lages chegou a contar com 60 paróquias que futuramente seriam desmembradas para formarem outras dioceses como Palmas, Caçador, Chapecó e Joaçaba.

Daí para frente, a tarefa principal girou em torno da estruturação e evangelização da nova Diocese, estando à sua frente o primeiro bispo diocesano Dom Daniel Henrique Hostin, ofm (1927-1973). (idem, *ibidem* [s.p.])

Conforme Costa (1982) os franciscanos estiveram durante cerca de oitenta anos à frente da Paróquia de Lages. Em 1902, sua residência foi elevada à categoria de Convento. O motivo do afastamento dos freis da paróquia foi a decisão do Conselho da Congregação Franciscana e do padre provincial, no sentido de que, em Lages, os franciscanos deveriam se dedicar ao ensino, “[...] através do Colégio Diocesano, certamente um dos mais importantes do Sul do País.” (COSTA: 1982, V. 1, p. 346)

D. Daniel era franciscano e trazia a simplicidade — não obstante fosse muito erudito — e a dedicação da sua Ordem religiosa. “Dom Daniel Hostin, Primeiro Bispo Diocesano de Lages. Primoroso orador Sacro deixou também na lembrança dos seus fiéis uma impressão de extraordinário espírito de caridade e de compreensão da sua missão verdadeira de evangelização.”(Costa, 1982: 370)

Provisão 4: Vigários Foraneos, por Dom Daniel Hostin (T.V, p. 64)

Fazemos saber que em virtude dos poderes ordinários que vl. 2128, 1^o do Direito Canonico Nos outorga: Havemos por bem, *nomine Domini invocator*, decretar a divisão do território de Nossa Diocese nas seguintes Vigarias Foraneas;
1^a compreende as parochias de Lages, São Joaquim, [ilegível] da Serra, Urubicy e Curytibanos.

2ª compreende as paróquias de Santa Cruz de Canoinhas e de Porto União.

1ª compreende as paróquias de Cruzeiro do Sul, Campos Novos, Rio Capinzal e Perdizes.

4ª compreende as paróquias de Santo Antonio do Chapecó, Porto Novo e São Carlos.

Dom Daniel Hostin esteve à frente da Diocese de Lages durante 44 anos. Dentre sua muitas qualidades como pessoa e como Pastor da Igreja, pode-se ressaltar seu espírito de amor ao próximo, sua simplicidade, sua capacidade oratória e principalmente seu comprometimento com a Evangelização de seu povo. Dentre suas grandes iniciativas estão a fundação do Colégio Diocesano, direcionado a educação; a criação do primeiro Curso Secundário na Região Serrana; a fundação do Centro de Formação Católica; a fundação do Seminário Diocesano; a criação do semanário “guia serrano”; a fundação em 1957, juntamente com a irmã Ida Meneghelli, da Congregação das Irmãs Franciscanas do Apostolado Paroquial, uma comunidade religiosa de direito diocesano com a missão de trabalhar nas mais diversas realidades paroquiais. (DIOCESE DE LAGES [s.d.]

Em sua Carta Pastoral de 1932, aconselha:

Irmãos e filhos dilectísimos

Prepara-se a Nação para convocar a Constituinte. O povo irá eleger os delegados que, em seu nome darão ao paiz uma constituição. Esta tem que corresponder aos sentimentos, á indole, á formação, ás tradições, ás influencias historicas e mesologicas do povo brasileiro. Para isso é absolutamente necessário que o povo escolha os que são dignos e, como taes, tem auctoridade de fallar em seu nome.

Os inimigos da Igreja tão desunidos entre si se congregam, agem, discutem o golpe que pregaram contra a Santa Igreja, na Constituinte, a introdução na nova legislação de leis nefastas e perniciosas, más, como sejam a adopção do ensino leigo, do divorcio, etc.

Os catholicos ficarão a hesitar, de braços cruzados, a dormir o sono da indiferença?

Não, irmãos e filhos dilectísimos! Seria um crime, seria uma traição. Tempo é pois de despertarmos para acção. Devemos agir immediatamente, preparando, formando, organizado a consciencia eleitoral.

Cada catholico seja um eleitor para poder, com seu voto, entrar primeiro na escolha dos que nos hão de dar os novo pacto fundamental da nossa nacionalidade, e mais tarde, concorrer par a eleição dos seus dirigentes constitucionais. (T.V. p. 65)

Por mais duas páginas D. Daniel apresenta justificativas de como orientar o rebanho a não votar nos inimigos da religião e estabelece pontos que devem ser tomados pelo clero como fundamentos à orientação para a eleição dos delegados constituintes:

1. As principaes obrigações do cidadão são: a) respeitar os depositários da auctoridade; b) contribuir para os serviços do Estado; c) cumprir o dever eleitoral com consciencia.
2. Em que consiste o dever eleitoral? Em eleger para representamntes os homens mais probos, mais christãos, si é possível, e mais capazes de procurar o bem geral.
3. É pecado votar em homens que se sabe não terem probidade, serem impios ou anti-patrioticos? É pecado e até grave, porque quem elege, assume a responsabilidade de todo o mal que os eleitos poderão fazer mais tarde á religião e ao paiz.
4. Será faltar ao dever de christão deixar de votar? Sim, ordinariamente o é porque esta abstenção póde ser causa do dominio dos homens mais perigosos e de sua ascenção ao poder. (T.V. p. 66)

Na sequência D. Daniel evoca o Cardeal Leme, nome gravado na História da Educação por ter sido a voz de Leão XIII e da *Rerum Novarum* no Brasil. E finaliza:

“A postos, pois, filhos dilectissimos! Por Deus e pela Patria! Pela Igreja e pelo Brazil!” (T.V. p. 66)

O advento da República fragilizou bastante a Igreja católica, devido à política liberal e ideologia positivista dos republicanos que clamavam por laicidade na educação e separação entre Igreja e Estado.

Não obstante, o ensino particular sob orientação de religiosos cresceu em todo o país: “[...] multiplicam-se os nossos colégios religiosos dirigidos pelos beneditinos, jesuítas, maristas e salesianos [...] (PORTAL DUCAÇÃO, 2015, [s.p.]

Havia ainda o crescimento do Espiritismo e do Protestantismo, conforme se percebe no Livro Tombo.

Contudo, a Igreja necessitou a partir do início dos anos 20 do século XX devido ao avanço das denominações protestantes, mais a hostilidade dos positivistas e liberais, aliadas à orientação da sé romana, fortalecer através da sua hierarquia nacional os laços com as alas conservadoras da sociedade civil e política do Brasil, iniciando-se este processo no governo de Epitácio Pessoa, oficializando-se no governo. (PORTAL DUCAÇÃO, 2015, [s.p.]

D. Daniel, suavemente trata de questões diversas, mas não descuida de nenhum aspecto que influencie em seu rebanho. Novamente lembra o Cardeal Leme:

Fazendo nossas as palavras do Senhor Cardeal havemos por bem determinar o seguinte:

1. Em todas as missas dominicaes, após as invocações finais ao Coração de Jesus, os sacerdotes rezarão com o povo a Oração pela Igreja e pela Pátria". (Será conveniente que uma vez por outra, se renove a explicação dos intuitos dessa oração)
2. Nas igrejas matrizes, em horas que mais convir, para facilitar a frequência dos homens na primeira quinta-feira do mez, se fará a diante do S.S. Sacramento solennemente exposto, o conhecido e piedoso exercício da [ilegível] Santa (si possível com pregação) pela christianização do Brazil.
3. A festa de São Pedro de Alcantara, advogado e protector official de nossa Pátria, seja celebrada este anno na intenção especial de christianização do Brazil e suas leis. Estas determinações serão observadas até a constitucionalização do paiz.

Esta circular será lida e explicada aos fiéis integralmente e archivada. [...] 2 de julho de 1932.

D. Daniel Hostin, Bispo Diocesano (T.V. p. 67)

O Bispo, partícipe da Liga Eleitoral Catholica, instituiu a Congregação da Doutrina Christã (p. 69) sob o título de Santo Antonio de Lisboa. Determinou que congregações semelhantes fossem criadas em todas as paróquias. (p. 69)

Em Lages, nomeou Dr Acacio Arruda como presidente da Liga Catholica e Celso Ramos (que posteriormente foi eleito governador do Estado) como vice-presidente. Com os líderes da Liga o Bispo fez excursões por Anita Garibaldi, Capão

Alto, Campo Bello, Painei, e Rio Bonito. (p. 69) Desta iniciativa calculou haverem conseguido perto de 800 eleitores para votar para a Constituinte segundo o interesse católico. (p.69)

No relatório anual de 1933 são descritos todos os eventos realizados, tais como festas, retiro, providências para o Congresso Eucarístico Nacional, inaugurações de capelas, gastos com reforma e manutenção da catedral e capela do convento, trabalho dos catequistas coordenados por Frei Camillo, atividades do grupo escoteiro e andamento das irmandades.

Há na mesma página um registro de ocorrência sobre os presbiterianos terem alugado o teatro municipal para fazerem propaganda da religião que confessavam. Trouxeram de São Paulo um orador especial que, segundo o registro “Felizmente saiu-se mal.” A primeira conferência que deveria tratar da Immoralidade do Confessionario “, não foi concluída porque “os catholicos entraram no teatro e o obrigaram a calar-se.” A polícia precisou intervir para livrá-lo de uma surra. Em vingança ele publicou um pasquim contra os padres e mais tarde uma conferencia contra a confissão. Como não foi seguido por ninguém, “meteu a viola no saco e desapareceu.”

O mesmo relatório dá conta que no ano de 1933 os presbiterianos não incomodaram, mas construíram um novo prédio para o colégio, tendo comprado o terreno do Sr. Alfeu Ramos, irmão do Aristiliano Ramos (p.70).

O Ginásio Diocesano foi inspecionado pelas autoridades governamentais que aprovaram o ensino ministrado.

Sobre o movimento espírita:

Alguns espiritas inventaram fazer um abaixo assignado para mandar vir o médium Mozart, um sujeito que ha poucos anos esteve aqui e sahi com os bolsos cheios de dinheiro. Felizamente com a influencia do Senhor Bispo e dos Padres alcançamos evitar esta exploração, pelo menos neste anno. (p. 70)

No início de outubro de 1933, por ocasião do onomástico de D. Daniel, o povo lhe fez diversos festejos, como: dia 7 um grande banquete no Lucena-Hotel, cujo

orador foi D. João Pedro Arruda; dia 10 houve manifestação popular em frente à catedral na qual tomaram parte todos os clubes da cidade; dia 8 houve Missa Pontifical solene na catedral; e dia 10 foi encenado drama das Filhas de Maria no Colégio Santa Rosa.

Estatísticas do ano: Batizados: 1961; casamentos: 298; confissões: 24528; comunhões: 44528; primeira comunhão a 552 crianças; visitas a doente: 162; práticas: 730; doutrinas: 1746.(p. 71)

12 padres trabalharam na paróquia de Lages em 1934; ocorreu o falecimento de Frei Rogério causando grande comoção na cidade, pois nela trabalhou incansavelmente desde 1892.

Sobre a Escola Normal, no relatório assim consta:

Com presença do representante do governo estadual e as autoridades civis e eclesiásticas foi inaugurada em 18 de Março a Escola Normal de Lages que por enquanto passa a funcionar no prédio do Grupo Vidal Ramos. Como parece que o governo fundou a escola normal para combater o Gymnasio Diocesano. Por diversas vezes o Exmo Bispo bem como os Padres se interessaram para que as Irmãs da Divina Providencia abrissem a escola normal e mesmo o governo ofereceu a escola ás irmãs mas não quiseram aceitar alegando que não tem bastante Irmãs. Agora está a escola normal e mãos de leigos que será prejuizo para a santa religião. (T.V, p. 72)

Acerca das Eleições Estaduais no relatório anual consta que foram realizadas no mesmo dia em que se realizava o Congresso Internacional (realizado em Buenos Aires, do qual D. Daniel participou). Nestas eleições, segundo o relato, devido à propaganda imprudente de algumas Zeladoras do Apostolado da Oração e também devido à “politicagem”, o vigário foi caluniado de fazer propaganda política.

Como o clero esperava há algum tempo, ocorreu uma cisão política no Partido Liberal em duas facções, uma liderada por Nereu Ramos e Henrique Ramos Junior e outra pelo Coronel Aristiliano Ramos. O Sr, Henrique foi avisado pelo próprio irmão Candido Ramos, que Celso Ramos fazia propaganda contra o Coronel. Da celeuma, restou a calúnia ao vigário. Este, na verdade, aconselhava: Façam como eu. Votem em quem desejarem e não contem a ninguém. (T.V, p. 72)

Estatísticas de 1934: 1908 batizados, 306 casamentos, 29833 confissões, 50187 comunhões, 202 visitas a doentes, 588 crianças fizeram a 1ª Comunhão, práticas 789, catequese 1103.

Estatísticas de 1935: 2436 batizados, 326 casamentos, 52043 comunhões, 155 visitas a doentes, 932 Sermões, 1127 catequese. (p.80)

Estatísticas de 1936: 2272 batizados, 379 casamentos, 29402 confissões, 52400 comunhões, 223 visitas a doentes, 635 sermões, 732 catequese. (p.81)

Estatísticas de 1937: 1420 batizados, 240 casamentos, 22090 confissões, 37084 comunhões, 204 visitas a doentes, 752 pregações, 761 catequese.

Estatísticas de 1938: 1058 batizados, 398 casamentos, 28799 confissões, 43838 comunhões, 152 visitas a doentes, 670 pregações, 643 catequese. (p. 89)

A estrutura eclesiástica, com suas práticas de registros, vigilância e apoio à população se inscreve no conceito de governamentalidade de Foucault. Foucault (1985) analisou como surgiu historicamente o tema relativo ao controle da população, no que tange às relações necessárias entre segurança, população e governo. Mostrou que já existiam escritos que aconselhavam ao príncipe — ou governante — quanto ao modo de se conduzir; de exercer o poder, de ser aceito e respeitado pelos súditos, desde a Antiguidade greco-romana; no medievo as recomendações para amar a Deus e obedecê-lo, como impor a lei divina na cidade dos homens, etc. Todavia, do século XVI até o final do século XVIII, muitos tratados sobre a temática se deslocam dos habituais conselhos aos príncipes, ou da política como ciência, para a arte do governo. De modo geral a questão do governo emergiu no Renascimento dirigida, por exemplo, ao governo de si mesmo — face ao retorno ao estoicismo; ou o problema do governo das almas e das condutas, tema das pastorais, tanto católica como protestante; a questão do governo das crianças, problema central da pedagogia, que surgiu e se desenvolveu no século XVI; enfim, o problema do governo dos Estados pelos príncipes. De que modo governar, como ser governado, que ações para ser o melhor governante, etc. Tais questões, no século XVI, se situam no entrecruzamento do processo de superação do feudalismo e instauração dos grandes Estados territoriais, administrativos e coloniais com um outro processo.

Práticas similares ocorreram nas colônias, em tempos diversos, de forma que é possível percebê-las nas vivências cotidianas das instituições austeras, neste caso, da organização eclesiástica em Lages.

Diante dos fragmentos apresentados com menções históricas do Livro Tombo explicitam os mecanismos de disciplinarização da população, sobretudo, católica da região de Lages, que, por meio da conduta do vigário e das prescrições relacionadas a postura dos Padres no cuidado com os sacramentos iniciais (batismo, primeira eucaristia, crisma) e o matrimônio, conseguem estabelecer uma moral que, para além dos valores cristãos se consolidarem, acabam por moldar a cultura e o comportamento de acordo com a ideia de moral de rebanho apresentada anteriormente.

Expor tais prescrições representa aqui, um exercício genealógico crítico, por expor conteúdos diversos e questionar, dentre outros, os conceitos de pecado — bem como a figura do diabo — contidos nos relatos do Livro Tombo que se tornaram autoevidentes do ponto de vista da cultura e moral daquele período da sociedade. Pretende-se nesse momento das considerações finais ampliar as interpretações existentes, porém propor esta interpretação como mais uma interpretação, ou seja, ao implodir os preconceitos ou autoevidências que se sedimentaram ao longo da história dos parâmetros que nortearam a formação da diocese de Lages.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura da gênese do Livro Tombo teve como finalidade vasculhar as cinzas de alguns dos seus registros a fim de trazer a nu as valorações documentadas que se tornaram sedimentadas, cristalizadas e, portanto autoevidentes. Tais valores advém dos conceitos de pecado e da figura o diabo que, por não serem questionados continuaram no escombros de uma sociedade regida por uma concepção de moral de rebanho.

Esta leitura teve como percurso uma rápida passagem pelos escritos de Nietzsche sobre a genealogia crítica, prosseguindo rumo à exploração um pouco mais ampla a respeito de algumas concepções do pensamento de Michel Foucault, sobretudo, a relação poder-saber e a sua concepção de sociedade disciplinar, para então chegar a uma interpretação própria da influência dos valores diocesanos na cultura e educação lageana no período de 1898 a 1938.

Os aspectos investigados sob a genealogia numa perspectiva crítica, fez implodir desses registros a noção nietzschiana de moral gregária, consolidada pelos mecanismos de controle do tempo e vigilância, instituídos pelas relações de poder e saber, nutridos pelos conceitos referentes ao pecado e a figura do diabo. A análise feita que sob a luz do pensamento de Michel Foucault, enraizado no solo preparado por Nietzsche, desvelou algumas práticas disciplinares presentes nas orientações sobre a conduta em relação aos sacramentos e comportamentos morais vigentes na cultura e, conseqüentemente na educação lageana.

Na concepção de genealogia crítica, primeiro pressuposto teórico deste trabalho, identificamos essa concepção como método de investigação, que além de se basear nos termos elementares como a vontade de poder, interpretação e engajamento presentes na ação do genealogista crítico, também trata-se de um procedimento prático que decorre do incômodo do pesquisador diante de algo que

questiona e que, impulsionado por uma vontade de poder busca trazer novas perspectivas sob a forma de interpretações, neste caso, as autoevidências contidas no Livro Tombo, visto que, o exercício genealógico crítico distancia o genealogista das causas últimas e finalistas dos fatos, pois o aproxima das condições circunstanciais de seu surgimento. Relembramos o exemplo de Nietzsche que, ao questionar o valor dos valores, abriu a possibilidade para que novas perspectivas pudessem se apresentar e proporcionar interpretações diversas que atuam numa espécie de jogo de forças, onde cada uma pretende-se afirmar como verdadeira, embora esteja presente a vontade de verdade, trata-se de trazer apenas mais uma verdade. Assim, o procedimento genealógico além de exigir um engajamento do genealogista, capaz de atingir algo além de conhecimentos produzidos pela pesquisa genealógica, ou seja, conduzir suas análises para um campo da vontade de poder, também faz com que ele se aproprie da condição fundamental do homem, a saber, a nobreza associada a natureza de animal de rapina, impedindo que esses instrumentos (valores) da cultura o condicione para a natureza do animal doméstico, manso e civilizado, portanto, não nobre. É nesse sentido que a genealogia crítica é uma forma de não suprimirmos a nós mesmos, de nos encontrarmos justamente por nos perdermos com vigor nas suspeitas, nos questionamentos, nas dúvidas e inquietações, nas vertigens advindas quando temos coragem de nos suspender da base de valores cristalizados pela autoevidência forjada pelo batismo da ideia de verdade.

Foucault (2009) ao relatar a história de Sétimo Severo procura tornar mais evidente o modo de governar, que, através de ritos e pompas transmitia suas verdades com a finalidade de se manter no governo usando apenas uma racionalidade controlada e não a violência. Costume esse que foi muito usado pelos imperadores no século II e III d.C.. Que através das pinturas dos astros, do céu estrelado, em lugares estratégicos — como o teto no lugar onde as audiências e sentenças eram pronunciadas e onde se distribuía a justiça —, para que as decisões do rei se assemelhassem ao poder da divindade. Acreditamos que aqui podemos nos remeter ao período da Idade Média quando a Igreja buscava através da arte nos mostrar que existia um céu e um inferno. Com objetivo de conduzir as pessoas, era

necessário ter uma liturgia que produzisse nos indivíduos certa constrição ou culpabilidade, isto é, através de um ritual da manifestação da verdade.

Pode-se dizer que na analogia que Foucault faz da forma de governar de Sétimo Severo, quando diz que a pintura por estar dividida entre dois cômodos do palácio, tinha como finalidade usar de uma metáfora, que poderia inspirar a magia, o misticismo e a religiosidade. Se, da sala, o que se projetava era o seu poder sobre os súditos, do quarto do Imperador a arte revelava suas inseguranças e medo do fim do Império. Encontrando outra forma de governar poderíamos dizer que, como a ave de rapina, fazia parecer ao povo que este seria o próprio condutor das suas ações e condutas. Sétimo Severo era um visionário. Sabia que para governar era necessário conhecer a quem se governa e o meio para se estabelecer este governo.

No entanto com esta analogia pode-se afirmar que governar é uma arte que consiste em estabelecer nas relações um ponto de verdade, não a verdade que se opõe ao falso, e sim uma verdade que surge destas relações e que se solidifica em meio ao desconhecido. O governo se dá na medida em que o poder direciona, domina a direção dos indivíduos e estes numa relação de si mesmos.

Alguns traços desse procedimento genealógico foram tomados das pesquisas de Foucault, quando ele questionou o aparecimento da necessidade da prisão como autoevidente, lançando-se a uma investigação que lhe permitiu interpretar esse fato sob a perspectiva nietzscheana da vontade de poder. O procedimento que levou Foucault a formular uma questão nuclear e própria do seu pensamento, ou seja, a articulação entre poder e saber, abrindo espaço para que pudesse estabelecer sua tese de que os saberes se produzem num feixe de relações de poder, das quais também podem ser constituintes.

As análises de Foucault sobre a aplicabilidade de técnicas disciplinares nas práticas sociais do final do século XVIII e início do XIX, levaram a concluir que a sociedade contemporânea ainda se configura como 'sociedade disciplinar'. Essa sociedade caracterizada pela organização do espaço e tempo, pela vigilância constante que proporciona o registro do comportamento dos indivíduos, que somadas com a avaliação, extraem saberes sobre eles que são revertidos em novas formas de controlá-los.

Segundo Foucault, a eficiência desses mecanismos fez com que permanecessem sendo aplicados. Esta eficiência pode ser considerada como fruto da relação poder-saber que já traz em si, a vontade de poder que fomenta essa relação. Portanto, considera-se inevitável a presença dessa relação em práticas sociais que se efetivam com sucesso. Nesse sentido, se identificou essa relação, bem como seus dispositivos, ao analisar a afirmação do bispo, no Tomo III, sobre o perigo da ausência do padre ou de sua inércia, o que contribuiu para proliferar o pecado do concubinato legal e não legal decorrente do comportamento dos moços em lugares onde a fé é moribunda e não existe conhecimento dos valores e da ordem moral.

Assim, a ação do diabo poderá vencer o jogo entre os juízos de bem e mal já instituídos na moral vigente. Isto significa que o comportamento dos moços deve ser vigiado, controlado, tornando-os, segundo Nietzsche, animais civilizados e domesticados, onde seus instintos de homem associado à natureza de animal de rapina são suprimidos ou minimizados. Logo, é essa influência dos valores diocesanos cristãos baseados nos conceitos de pecado e da figura do diabo que impedem que tal comportamento não seja questionado e seja entendido como autoevidente. Contudo, o comportamento tanto dos jovens moços, quanto do padre que assume o seu papel nessa responsabilidade de zelar pelas almas, ficam inibidos de serem questionados. Pois da mesma forma que as técnicas disciplinares aplicadas nos indivíduos lhes retiravam a condição de sujeitos da sociedade, passando a ser sujeitados por ela.

Estas semelhanças podem ser percebidas nas técnicas desenvolvidas ainda no surgimento da sociedade disciplinar, mas adotadas de maneira interligadas pelas instituições modernas e contemporâneas, tais como: vigilância, exame, modelo panóptico, inclusive pelas possibilidades das novas tecnologias. Essas técnicas estão presentes, sobretudo, nos fragmentos dos registros do Livro Tombo que embora não tenham o caráter punitivo tal como vimos nas *lettres-de-cachet* que assumiam esse caráter e tinham como resultado a prisão, que não eram penalidades no sistema penal francês, mas se configuravam como punições de condenação à morte, à fogueira, ao esquartejamento, etc., porque até então estar preso significava estar aguardando a punição. Comparando com os registros no

Livro Tombo, mostram que os mecanismos da Igreja tinham o caráter tanto de advertência como de punição quando aplica excomunhão. Como vimos, na Carta Pastoral do Bispo tratando, por exemplo, do Espiritismo, suas consequências e condenações deveriam ser lidas nas missas que fossem mais oportunas aos fiéis da paróquia. (*conf.* T. IV, p. 34) Assim, tais cartas fizeram o papel do controle do comportamento moral e religioso, tal como ocorreu o controle do tempo que possibilitou a produção de corpos dóceis e úteis na sociedade industrial.

Nesse sentido é que se percebe a vigilância como princípio para o controle da população lageana, identificada nos registros dos fragmentos do Livro Tombo, que almeja um comportamento norteado por uma moral gregária, resultante das práticas das técnicas eficazes, sobretudo, da vigilância e da oração, da confissão e dos exercícios espirituais. Todas estas técnicas, segundo Foucault, são articuladas pela relação poder-saber e aplicadas nas instituições austeras que seguiram o modelo prisional, que no caso da Igreja, nota-se estas relações de micro poderes, por exemplo, nas apologias ao poder do bispo no cuidado das almas.

Diante, portanto, das semelhanças entre as técnicas disciplinares analisadas por Foucault e os registros do Livro Tombo, constatou-se ao final deste trabalho uma implosão das valorações, práticas, saberes e preconceitos presentes nos registros tendenciosos contidos no Livro Tombo da Catedral de Lages, que sob a égide dos conceitos de pecado e da figura do diabo, tornaram valores comportamentais supostamente autoevidentes e, portanto, inquestionáveis na cultura e educação local.

Contudo, neste trajeto, tivemos o olhar direcionado para o sentido crítico da genealogia nas reflexões foucaultianas, como instrumento de implosão das autoevidências da moralidade gregária presente na cultura educacional de Lages, a partir dos Tomos II, IV e V do Livro Tombo, ou seja, abrangendo desde 1898 até 1938 — da Catedral de Lages, mas persistimos em nos aproximar para poder desvendar alguns pontos que estavam encobertos pelo discurso da igreja. Esse desvendamento não teve qualquer pretensão de trazer ou mostrar alguma verdade, porque a leitura efetuada teve desde seu ponto de partida a expectativa pelas possibilidades de “novas perspectivas fugidias cujo vislumbre incita a continuidade da investigação” (DIEZ, 2002: 46). Contudo, este estudo fez emergir uma série de

questões no que diz respeito a educação, visto que a pesquisa se desenvolveu na linha temática de Políticas e Processos formativos em Educação. Logo, questões como: Existe a possibilidade de um conservadorismo católico, ou mesmo o ensino religioso em um colégio católico já não ocultaria, por princípio, uma carga valorativa tipicamente cristã-católica no ensino religioso? Quais valorações acabaram por se sedimentar ao longo do tempo nos currículos? Como o ensino religioso se insere no atual debate que se faz sobre a noção de um Estado laico? Em que medida, nessa relação Estado laico e ensino religioso, a função do professor não passaria a ser genuinamente aquela do genealogista crítico?

Imagino a abrangência da influência dos conteúdos do Livro Tombo da Catedral na sociedade catarinense, considerando as prescrições nele contidas e o contexto de suas emissões e propagações, se no ano de 1929 a população católica de Lages era de cerca de 185.000 habitantes, e sua Diocese chegou ter 60 paróquias, muitas das quais se desmembraram em novas dioceses. É um tratado de governo que definiu a criação e condução de inúmeras instituições, especialmente paróquias e escolas, instituições mais próximas e influentes na condução das pessoas.

Assim, entendo que fazer emergirem as autoevidências, escrever para libertar a vida e traçar linhas de fuga: este é o mister do genealogista crítico — do educador —, tanto na escola como nas instituições nas quais exerce seu ofício.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, JR. A Avaliação da educação superior no contexto das Políticas Educacionais. In: RISTOFF, D.I.; SOBRINHO, J. D. **Avaliação Democrática**: para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.

ARAÚJO, Inês L. Da “pedagogização” à educação: acerca de algumas contribuições de Foucault e Habermas para a filosofia da educação. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v.3, n. 7, p. 75-88, set./dez. 2002.

ARAÚJO, Inês Lacerda de. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. In: <http://arquidiocesedecuritiba.org.br/> Download em, 12.01.2015.

ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. IN: <http://arquifln.org.br/>. Download em, 12.01.2015.

BLONDEL, Eric. “The Question of genealogy”. In: SCHACHT, Richard (Ed.) **Nietzsche, Genealogy, Morality**: 306-317. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. **CNPq**. <http://www.cnpq.br/>. download em outubro de 2003.

_____, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196/96. In: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, Manual operacional para Comitês de ética em pesquisa. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível <http://www.uniplac.net/cep/> acesso em 14/05/2013.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental. Volume I,II,III: Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretária de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

CAMPOS, Maria Malta. PREFÁCIO. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira(Orgs.). Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e Desafios. Campinas: Autores Associados 1999.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista. In DEL PRIORI, Mary (Org.). História das Crianças no Brasil. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000.

CHAVES, Ernani. Foucault e psicanálise / Ernani Chaves: apresentação de Benedito Nunes. – Rio de Janeiro : Forense – Universitária, 1988.

COSTA. Licurgo. O Continente das Lagens: Sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 4 volumes

CRUZ, Milena Carvalho Bezerra Freire de Oliveira e CRUZ, Walter Firmo de Oliveira. O PODER E O SUJEITO: notas sobre a teoria e o método de Michel Foucault. Disponível em:http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/36/PDF%20para%20INTERNET_36/07_Milena%20Carvalho%20e%20Walter%20Firmo.pdf. Acesso em: 27 ago. 2013.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. José Carlos Rodrigues. Lisboa: Veja, 1985.

DIEZ, C.L.F.; HORN, G.B. **A Construção do texto Acadêmico**: Manual para elaboração de projetos e Monografias. Curitiba: Livro de Areia, 2002.

_____, **Orientações para elaboração de projetos e monografias** 3.ed- Curitiba: 2013.

DIEZ, Carmen Lúcia Fornari. **Os bas-fonds da educação no Brasil Colonial**. Piracicaba: UNIMEP, 2001. Tese de doutorado em Filosofia e História da Educação. Mimeo

DIOCESE DE LAGES. **A Igreja na Serra Catarinense**. [s.d]. Mimeo.

_____. IN: <http://www.diocesedelages.org.br/>. Download em, 12.01.2015.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Trad. M. T. da Costa Albuquerque. Introd. Gilles Deleuze. 2. ed. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1986,

DREYFUS, H. L; RABINOW, P. (1995). Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica (V. P. Carrero, Trad.) (Coleção Campo Teórico). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUARTE Junior; João Francisco. O que é Realidade. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ERIBON, Didier. Michel Foucault (1926-1984). Trad. Hildegard Feist. São Paulo. Cia. das Letras. 1990.

ESCOBAR, C.H. **O Dossier**: últimas entrevistas. Rio de Janeiro : Taurus, 1984.

FOUCAULT, M. A Verdade e as Formas Jurídicas / Michel Foucault, (tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes, supervisão final do texto Léa Proto de Abreu Novaes... et AL. J. – Rio de Janeiro: Nau Ed. 1999.

_____. **As palavras e as coisas.**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. Rev. Roberto Cortes de Lacerda. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. 2ª. ed **Estratégia, poder-saber** / Michel Foucault; organização e seleção de textos, Manoel Barros de Motta; tradução, Vera Lucia Avellar Ribeiro. Coleção Ditos e Escritos IV – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. 3.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1985-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980/** Michel Foucault; tradução, transcrição e notas Nildo Avelino. –São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Em defesa da sociedade:** curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT. **Microfísica do Poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. 5ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. Nietzsche, a Genealogia e a História. In:_____. **Microfísica do Poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. 5ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985 p. 12-22.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhte. 29ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

GENTILI, Pablo (Org.) **Desencanto e utopia:** a educação no labirinto dos novos tempos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole:** o que a globalização está fazendo de nós. Trad. de Ana Luzia X. de A. Borges. RJ. SP: Record, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e o Educador Social**. SP: Cortez, 2010.

KREMER-MARIETTI, Angèle. **Introdução ao pensamento de Michel Foucault**. Trad. César Augusto Chaves Fernandes. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1974.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica / Moysés Kuhlmann Jr. – Porto Alegre: Mediação, 1998.

LAGE, Michelle Torres; ROSA, Marco André Cernev. **Evolução da Infância no Brasil: Do Anonimato ao Consumismo. Revista Eletrônica de Educação**. Ano IV. No. 08, jan./jul. 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas. Ed. Unicamp, 2000.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder?** Trad. Renato Janine Ribeiro & Silvia Lara Ribeiro. São Paulo. Brasiliense. 1984.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber:** a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MARTON, S. **Nietzsche e a transvaloração dos valores**. São Paulo: Moderna, 1993.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. in DEL PRIORE. Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. **Revista história**. São Paulo, n. 120, jul. 1989. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00348309198900010006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 jun. 2013.

MUCHAIL, S.. T. Sobre o conceito de genealogia em Michel Foucault. Revista de Filosofia (Curitiba). Curitiba, PUCPR: v.13, n.12, p.7-12, jan./jul.2001.

_____. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. in.: RIBEIRO, R. J. **Recordar Foucault: os textos do colóquio de Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1985

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A Gaia Ciência** Trad. Paulo Cesar de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. Trad. Paulo Cesar de Sousa. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Ó, Jorge Ramos do. **O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)**. Lisboa: Educa, 2003.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação Infantil em Florianópolis: Cidade Futura**, 2000.

PASCHOAL, Edmilson. **A dinâmica da vontade de poder como proposição moral nos escritos de Nietzsche: Genealogia e ética em Nietzsche**. Campinas: UNICAMP, 1999. Tese de Doutorado em Filosofia. Mimeo.

PEREIRA, Rita Marisa Ribes; SOUZA, Solange Jobim. Infância, conhecimento e contemporaneidade. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (Orgs.). **Infância e produção cultural**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

PORTAL DE BIOGRAFIAS. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Portal:Biografias>. Download em 12.01.2015

PORTAL EDUCAÇÃO. <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/43445/finalidades-da-educacao-brasileira-na-primeira-republica#ixzz3QYCGJjtD> - download em 15.01.2015.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs). **A Arte de Governar Crianças**. A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil. 3ª Ed.– São Paulo: Cortez, 2011.

ROSENBERG,.....In FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ, Coordenação do Patrimônio Cultural. URL:

<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=46>.

Download em 25.09.2014.

SERRA CATARINENSE, 2013: [s.p.] <http://www.serracatarinense.com/urubici/> Acesso em 23/01/2013

SOUZA, Simone Terezinha Feldhaus de. **Educação Infantil na Proposta Curricular de Santa Catarina**: desafios e possibilidades. Dissertação de Mestrado. UNIPLAC - Lages (SC), 2013.

STRECK, Danilo R. Pesquisar é Pronunciar o Mundo. UNISINOS. 2004. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Mesa_Redonda/Mesa_Redonda/01_07_25_Pesquisar_e_pronunciar_o_mundo.pdf. Acesso em: 10 nov. 2012.

TRONCA, Italo. **Foucault vivo**. São Paulo. Pontes. 2004.

TURA, Maria de Lourdes Rangel. A observação do cotidiano escolar. In: ZAGO, Nadir, CARVALHO, Maria de Pinto; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.) **Itinerários de Pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 184-205.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Biblioteca Digital USP**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/>> Acesso em: 14 ago. 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **Biblioteca Digital UNICAMP**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>> Acesso em: 13 ago. 2012.

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Educação da infância: história e política**. Rio de Janeiro: DR&A, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 3ª Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. Cursos de Foucault no College de France. <http://www.michelfoucault.com.br/files/Cursos%20de%20Foucault%20no%20Coll%C3%A8ge%20de%20France.pdf>. Dowload em 23.05.2014.

VIESENTEINER, 2005, S. P.) **a noção de poder em Foucault**. Curitiba, PUCPR, 2001. Texto didático MIMEO